

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA – UEM/UEL

NEIDIANA BRAGA DA SILVA SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE
E REFLEXIVIDADE: UMA LEITURA
ALTERNATIVA DO MOVIMENTO
ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL**

Maringá
2020

NEIDIANA BRAGA DA SILVA SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E
REFLEXIVIDADE: UMA LEITURA
ALTERNATIVA DO MOVIMENTO ESPORTE
PARA TODOS NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Associado em Educação
Física – UEM/UEL, para obtenção do
título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Juliano de Souza

Maringá
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S729p	<p>Souza, Neidiana Braga da Silva Políticas públicas de esporte e reflexividade : uma leitura alternativa do movimento esporte para todos no Brasil / Neidiana Braga da Silva Souza. -- Maringá, PR, 2020. 137 f.color., figs., tabs., maps.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Juliano de Souza. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL, 2020.</p> <p>1. Políticas públicas de esporte. 2. Esporte Para Todos. 3. Modernização reflexiva. 4. Cosmopolitismo. 5. Reflexividade. I. Souza, Juliano de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 796.01	

NEIDIANA BRAGA DA SILVA SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E
REFLEXIVIDADE: UMA LEITURA
ALTERNATIVA DO MOVIMENTO
ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, na área de concentração Práticas Sociais em Educação Física, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 26 de junho de 2020.

UEM/CCS/DEF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA (UEM/UEL)

Prof. Dr. *Juliano de Souza*
Coordenador

Prof. Dr. **Fernando Marinho Mezzadri**
Participação remota – Resolução nº 013/2018-CEP

Fernando Augusto Starepravo
Prof. Dr. **Fernando Augusto
Starepravo**

Prof. Dr. **Juliano de Souza**
(Orientador)

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pequenos priminhos, Louyse, Lúcio, Naylla e Gabriel, para que eles nunca deixem de acreditar que seus sonhos podem se tornar realidade. Didi ama vocês!

Agradecimentos

O mestrado foi uma jornada desafiadora, de autossuperação do início ao fim. Nesse percurso, fui agraciada com uma rede de apoio emocional e profissional que tornou esse caminho mais leve e prazeroso. Aprendi muito com vocês, não poderia deixar de citá-los aqui:

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora que sempre foram meu porto seguro, sem Vocês não teria conseguido – permaneçam cuidando de mim!

À Mainha (Lucineide) e a Painho (Ademiro) vocês são meus maiores exemplos de garra e fé – me ensinaram a nunca desistir, eu os amo infinitamente!

À minha irmã, Narlana que sempre me questionou o “por que insisto nessa loucura de estudar” (risos), ela sempre cuidou de mim, do jeito dela, é claro, te amo!

A meu noivo Dêvison, nós aprendemos muito sobre a ambiguidade da saudade, ela que tanto doeu nos ensinou muito sobre o amor. Obrigada por sonhar junto comigo e me apoiar nas aventuras. Você foi, e é essencial, eu te amo!

À Mainha Glorinha, minhas tias Luciene, Lucidreia e Núbia que desde o meu nascimento são minhas maiores incentivadoras, sonham comigo, rezam por mim, e sempre que eu preciso estão à disposição – amo vocês!

Aos meus primos, Idalécio, Flor e Deme que me davam abrigo em Salvador/BA sempre que necessário – vos amo!

A toda minha família que esteve ao meu lado (mesmo com mais de 2000 km de distância) – vocês são os melhores!

Ao Prof. Dr. Juliano de Souza que além de ser meu orientador se tornou um grande amigo. Obrigada pela oportunidade concedida e os conhecimentos compartilhados – você é incrível e eu o admiro demais.

Ao Prof. Dr. Fernando Starepravo que me incentivou a fazer o mestrado, e se fez presente em todo o processo de qualificação e defesa. Obrigada pelo carinho e amizade!

Ao Prof. Dr. Fernando Mezzadri que aceitou o convite para compor a banca de qualificação e defesa. Sou sua fã!

Ao CEGEL/UESB, vulgo “uma seita” (risos), que me ensinou dar os primeiros passos no caminho da pesquisa, com destaque a Ivan e Murillo meus parceiros de aflições e aventuras.

Aos meus amigos de OEFE/UEM que me acolheram tão bem e compartilharam de minhas angústias teóricas, metodológicas e pessoais. Vini, Brasil, Verô, Bada, Rafa e Pedro, vocês são muito especiais, gratidão!

Aos meus amigos do GEPPOL e do CBCE-PR, Felipe, China, Allan, Layane, João, Jeferson, Andressa e Fernanda, vocês me abraçaram em diversos momentos dessa jornada. Obrigada pelo carinho e pelas cervejas (risos)!

A Tom que desde o início me incentivou e me deu o suporte necessário para que pudesse vencer essa etapa – sem você essa missão seria impossível! Obrigada por ser um pai, amigo e irmão, para mim e para todos do CEGEL!

À Republica do Acarajé, família que construí nesse período, Tom, Pedro, Murillo e Patrícia. Com certeza uma família “muito unida e também muito ouriçada” (risos). Entre as resenhas e os churrascos sempre havia uma discussão política e sociológica... Obrigada pelas reflexões profissionais e pessoais, aprendi muito com vocês (inclusive a cozinhar)!

À Gisiele, Giulia e Dona Inez, que me apresentaram a culinária paranaense (risos) e me abraçaram em várias datas especiais. Vocês foram um pouquinho da Bahia em Maringá, gratidão!

À minha amiga Lay que foi meu abrigo e minha irmã mais velha, mesmo estando a 2000 km de distância. Uma pela outra sempre!

Às minhas musas fitness, Aline e Giovanna, que tornaram Maringá uma cidade melhor pra mim. Vocês são muito especiais!

A todos os meus amigos que torceram e rezaram por mim, amo vocês!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL na Universidade Estadual de Maringá, em especial o Prof. Dr. Giuliano.

À Secretária do PEF-UEM, Guisela Ratz Scoarize que me fortalecia com seus abraços e sempre me auxiliou no necessário!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

“A gratidão é a memória do coração” (Antístenes, s/d).

*“[...] Não perca a força e o sonho
Não deixe nunca de acreditar
Que tudo vai acontecer...”*

(Música Chance, composição de Eduardo Faro)

SOUZA, Neidiana Braga da Silva. **Políticas públicas de esporte e reflexividade: uma leitura alternativa do movimento esporte para todos no Brasil.** 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá(UEM), Maringá/PR, 2020.

RESUMO

No pós-Segunda Guerra ocorreram diversas mudanças mundiais no bojo das políticas públicas, eclodindo em novas percepções conceituais em várias áreas. O esporte também passou a questionar suas bases, resultando na emergência de uma nova perspectiva, a do esporte não formal. Nessa premissa, foi desenvolvido na Noruega o Movimento Esporte Para Todos com vistas a ofertar atividades que propiciassem a prática do esporte de participação, lógica que se capilarizou por diversos países no mundo. No Brasil, sua estruturação ocorreu durante a década de 1970, período em que estava em vigência o Governo Militar. E apesar de existirem estudos que investigam o referido fenômeno, pouco se discutiu acerca de sua estruturação no país, frente as mudanças globais e nacionais que estavam em voga naquele momento. Ao partir desse pressuposto, o objetivo do presente trabalho foi analisar se o desenvolvimento do Esporte Para Todos no Brasil evidenciou um processo determinístico, conforme sugerido em parte da literatura da área da Educação Física, investigando, para tanto, algumas obras que abordaram o Esporte Para Todos no Brasil com base na teoria marxista e, em termos analíticos, considerando as ambiguidades presentes na dinamicidade dos processos políticos e sociais daquela época. No que diz respeito ao instrumento metodológico, o trabalho é do tipo exploratório de natureza qualitativa. Para tal, realizou-se uma revisão exploratória de dois livros (CAVALCANTI, 1984; CASTELLANI, 1988), e uma análise documental de dados oficiais (decretos, leis, orientações etc.) do aparato institucional do governo brasileiro durante a década de 1970. Ao realizar a análise dos dados foi possível verificar que a linhagem marxista na EF, rotinizou a visão do EPT como instrumento de controle social em suas produções científicas. Além disso, identificou-se uma interpenetração do global com o local – e vice versa – no processo de implantação do Programa no Brasil. Por outro lado, percebeu-se que o desenvolvimento do EPT não se resumiu apenas às influências do campo econômico, mas ocorreu por meio de outras esferas sociais. Em termos gerais a releitura teórica reflexiva e cosmopolita do EPT brasileiro empreendida nesse estudo, possibilitou uma nova perspectiva acerca da história contada sobre o programa no país, evidenciando os processos cegos e surdos da modernização reflexiva no globo. Todavia, acredita-se que a cientificização reflexiva efetuada, subsidie a realização de outros trabalhos que venham aprofundar o debate acerca das categorias utilizadas, ampliando a diagnose sobre o EPT no Brasil.

Palavras-Chave: Governo Militar. Políticas públicas de esporte. Esporte Para Todos. Modernização Reflexiva. Cosmopolitismo. Reflexividade.

SOUZA, Neidiana Braga da Silva. **Public sport policies and reflexivity: an alternative reading of the sport movement for all in Brazil.** 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá/PR, 2020.

ABSTRACT

In the post-World War II, there were several world changes in the context of public policies, resulting in new conceptual perceptions in several areas. Sport also began to question its bases, resulting in the emergence of a new perspective, that of non-formal sport. In this premise, the Sport for All Movement was developed in Norway with a view to offering activities that favor the practice of participation sport, a logic that has become popular in different countries around the world. In Brazil, its structuring occurred during the 1970s, a period in which the Military Government was in force. And although there are studies that investigate this phenomenon, little has been discussed about its structuring in the country, given the global and national changes that were in vogue at that time. Based on this assumption, the objective of the present study was to analyze whether the development of Sport for All in Brazil showed a deterministic process, as suggested in part of the literature in the area of Physical Education, investigating, for this purpose, some works that addressed Sport For All in Brazil based on Marxist theory and, in analytical terms, considering the ambiguities present in the dynamics of the political and social processes of that time. With regard to the methodological instrument, the work is of an exploratory type with a qualitative nature. To this end, an exploratory review of two books (CAVALCANTI, 1984; CASTELLANI, 1988) was carried out, and a documentary analysis of official data (decrees, laws, guidelines, etc.) of the institutional apparatus of the Brazilian government during the 1970s. When performing the data analysis, it was possible to verify that the Marxist lineage in EF, routinized the vision of the EPT as an instrument of social control in its scientific productions. In addition, an interpenetration of the global with the local - and vice versa - was identified in the process of implementing the Program in Brazil. On the other hand, it was noticed that the development of EPT was not limited to the influences of the economic field, but occurred through other social spheres. In general terms, the reflective and cosmopolitan reinterpretation of the Brazilian EPT undertaken in this study, enabled a new perspective on the story told about the program in the country, showing the blind and deaf processes of reflexive modernization in the globe. However, it is believed that the reflexive scientificization carried out, subsidizes the realization of other works that will deepen the debate about the categories used, expanding the diagnosis about EPT in Brazil.

Keywords: Military Government. Public sport policies. Sport For All. Reflective Modernization. Cosmopolitanism. Reflexivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estrutura do Sistema utilizado no Diagnóstico de 1971	81
Figura 2 -	Organograma Decreto Nº66.296/1970	86
Figura 3 -	Organograma Decreto Nº66.967/1970	87
Figura 4 -	Organograma Decreto Nº 81.454/1978	89
Figura 5 -	Parceria Com diversos segmentos sociais	100
Figura 6 -	Calendário de anual de atividades nacionais do EPT	102
Figura 7 -	Canais de divulgação do EPT	103
Figura 8 -	O Estado de Mato Grosso 1977	104
Figura 9 -	Diário de Natal (1977)	105
Figura 10 -	Cartazes de divulgação do EPT no Brasil	109
Figura 11 -	Simbologia do EPT no Brasil	112
Figura 12 -	Quantitativo de especialistas em Esporte para Todos pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM por região (1985)	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Fontes primárias relacionadas ao esporte.....	26
Quadro 2 -	Fontes secundárias relacionadas ao esporte	27
Quadro 3 -	Áreas dos Setores Administrativos Estaduais (1969 – 1970).....	88
Quadro 4 -	Decálogo da Campanha Esporte Para Todos.....	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEGEL	Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer
CND	Conselho Nacional de Desportos
COI	Comitê Olímpico Internacional
EF	Educação Física
EPT	Esporte Para Todos
EUA	Estados Unidos da América
FEBBAL	Federação Baiana de Baleado
FIFA	Federação Internacional de Futebol
GEIPOT	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
LEB	Loteria Esportiva brasileira
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEFE	Observatório de Educação Física e Esporte
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PND	Política Nacional da Educação Física e Desportos
PNED	Plano Nacional da Educação Física e Desportos
RJ	Rio de Janeiro
TAFISA	<i>The Association for International Sport for All</i>
TMR	Teoria da Modernização Reflexiva
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Questão-problema e hipótese.....	21
Justificativa	21
Objetivos.....	23
Objetivo geral.....	23
Objetivos específicos.....	23
Estruturação dos capítulos da dissertação.....	23
CAPÍTULO 1 - MÉTODO E REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE.....	24
1.1 Método científico	24
1.1.1 Tipo de pesquisa.....	25
1.1.2 Coleta de dados.....	26
1.1.3 Organização e análise dos dados.....	28
1.2 Referencial teórico de análise.....	29
1.2.1 A Teoria da Modernização Reflexiva e a análise da política pública de esporte.....	29
1.2.2 A reflexividade e a dualidade interrelacional.....	35
1.2.3 Política x Subpolítica: interfaces de um mundo cosmopolita...	40
CAPÍTULO 2 - OS ESTUDOS ACERCA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL: UMA DIAGNOSE EXPLORATÓRIA.....	46
2.1 Uma revisão exploratória acerca dos estudos da política pública de esporte no Brasil.....	48
2.1.1 Esporte Para Todos: um discurso ideológico.....	50
2.1.2 Educação Física no Brasil: a história que não se conta.....	58
2.1.3 A história que (não) se conta e o Esporte Para Todos.....	65
CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL	70

NA DÉCADA DE 1970: UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA	
3.1 O Esporte Para Todos no cenário mundial.....	70
3.2 O Esporte não formal no Brasil: notas introdutórias ao EPT.....	74
3.2.1 A Loteria Esportiva brasileira.....	75
3.2.2 O Diagnóstico de Educação Física e Desportos de 1971 e a Estrutura Administrativa do Esporte.....	78
3.2.3 A Política e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos.....	90
3.3 O Movimento Esporte Para Todos no Brasil.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

Uma série de mudanças na dinâmica social podem ser observadas no período pós-Segunda Guerra Mundial, tais como: a ampliação da comunicação global; a autoconfrontação entre a diversidade cosmopolita e as tradições locais, a burocratização do Estado, a difusão econômica capitalista e a estruturação do *Welfare State*¹ (GIDDENS, 1997; BECK, 2011). Essas mudanças podem ser justificadas através da globalização, tradição e incerteza, tríplice que impacta mundialmente em grau cada vez mais elevado (GIDDENS, 1996a).

O fim da aliança entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS) no período pós-Segunda Guerra Mundial, ocasionada pela dissonância entre interesses distintos, deixou em voga a divisão ideológica do mundo. De um lado os países capitalistas e, do outro, os países socialistas, resultando em instabilidade e eclodindo a Guerra Fria (1947-1991). Reznik (2004, p. 19) afirma que essa díade refletiu na recuperação das tensões ideológicas presentes no ano de 1917. Hobsbawn (2005), pontua que a instabilidade frente ao futuro do capitalismo e do liberalismo, bem como o fortalecimento da URSS, sustentou a Guerra Fria e a bipolaridade internacional, afetando diversos setores nacionais e globais, entre eles, o político, o econômico, o sociocultural e o militar.

Nesta perspectiva, a política pública de esporte também sofreu uma série de modificações. Conforme Melo e Bittencourt (2013, p. 70), o esporte no pós-Segunda Guerra Mundial ocupou um espaço no “[...] quadro sociocultural global, tendo sido constantemente mobilizado ao redor de questões locais (de forma denotada no âmbito dos clubes), temas nacionais (sobretudo no que se refere à construção de discursos identitários) e projeções internacionais”. Os autores ainda enfatizam que a presença do fenômeno esportivo durante esse período foi reforçada pela operacionalização política no cenário competitivo e bipolar em que se encontrava o mundo durante a Guerra Fria. Em adição, o crescimento esportivo no âmbito midiático e a percepção do esporte na condição de grande “arma” de mobilização para fins diversos enfatizaram o uso político de tal fenômeno.

¹ Termo referente ao Estado de Bem-estar Social, correspondente a ampliação da intervenção estatal no âmbito da proteção social.

No campo científico, Bueno (2008) relata que nos anos 1960 surgiu na Europa um movimento de alguns intelectuais em oposição à perspectiva predominante do esporte de alto rendimento, influenciando na estruturação da área de conhecimento referente à Sociologia do Esporte. Desta forma, Solar Cubillas (2015) afirma que esse período foi de questionamento acerca do papel educativo do esporte, que já havia se perdido, ocasionando uma reavaliação das práticas esportivas e do seu papel social (CANAN, 2018). Para Giddens (1996a, p. 29), existem grupos que presumem a emergência de valores pluralistas, irremediáveis e distantes de “julgamentos”, enquanto seus críticos pontuam uma desesperança nessa tolerância autêntica sem crivo. Nesses termos, o autor reforça a existência de valores universais, ou seja, valores compartilhados cosmopolitamente: “[...] nós os descobrimos sob um signo negativo, as ameaças coletivas que a humanidade criou para si mesma” (GIDDENS, 1996a, p. 29).

Além das diversas alterações na dinâmica dos processos políticos relacionados ao esporte, outras esferas sociais também refletiram tais modificações, a exemplo do movimento de Contracultura, que surgiu no final da década de 1940 e ganhou forças nas décadas seguintes. O movimento transcorreu nos Estados Unidos da América (EUA) e se expandiu pela Europa e América Latina, composto por grupos de atores sociais distintos: artistas, hippies, negros, ativistas, políticos, etc. Esses indivíduos manifestavam-se de forma diversa e em sua maioria faziam oposição a algum “padrão” vigente (PEREIRA, 1984, p. 13). Para Gould (2009, p. 402) diversas pautas eram defendidas pela Contracultura, “[...] ideais como igualdade, liberdade e práticas artísticas com o corpo tornaram-se revolucionárias e, depois, incorporadas à cultura de um modo geral”.

De acordo com Giddens (1996a, p. 19), a crise ecológica e os variados movimentos reacionários que surgiram em relação ao tema se apresentam como reflexos da modernidade que conforme se torna “globalizada e “voltada em direção a si própria”, avança contra seus próprios limites” expressando inúmeros dilemas morais, existenciais e heterodoxos. Neste contexto, Goldemberg e Barbosa (2004, p. 19) afirmam que durante meados dos anos 1950 ocorreu uma ampliação da preocupação com a questão ambiental em todo mundo, emergindo em diversos países um abrangente arcabouço legal

referente à temática, como exemplo: a Lei do Ar Puro na Inglaterra; a criação de agências de monitoramento e avaliação ambiental na América do Norte e na Europa.

Desse modo, diante da degradação crescente dos recursos naturais e do aumento significativo de desastres ambientais, a década de 1960 significou uma mudança de paradigma na gestão ambiental, ao levar em consideração a intensificação do discurso de conscientização sobre o assunto. No ano de 1961, foi criada a Rede *World Wildlife Fund* – WWF que em sua primeira década de funcionamento subsidiou a execução de 356 projetos de conservação ambiental em todo mundo (REDE WORLD WILDLIFE FUND, 2019).

Em 1962, Raquel Carson publicou o livro denominado “*A Primavera Silenciosa*”, retratando os danos ocasionados pelos compostos químicos no pós-guerra que resultou na proibição do uso de algumas substâncias prejudiciais à saúde da população e do meio ambiente. Em adição, observa-se outras contribuições científicas acerca da temática, a exemplo, a produção sobre os impactos ambientais a partir da lógica matemática delineada pelo Clube de Roma nos anos 1960, na França. No Brasil, houve modificações no aparato legislativo e institucional, com a promulgação do Estatuto da Terra em 1964, o Código de Defesa Florestal em 1965 e a Lei de Proteção à Fauna de 1967.

No que se refere às políticas públicas de esporte no Brasil, a intervenção estatal se deu a partir da década de 40, por meio do Decreto-lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que instituiu o Conselho Nacional de Desportos e estipulou normas para regulamentação das organizações esportivas nacionais. Tubino (1996) sinaliza que essa legislação promoveu uma ruptura entre Esporte e Educação Física, reflexo dos interesses do Ministro Gustavo Capanema, porém ambas áreas continuaram pertencentes ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Conforme Mazoni (1941, p. 16), o decreto-lei de 41 legitimou o esporte como elemento da modernidade (racionalizado e eficiente), valorizando o fenômeno no âmbito da vida moderna, bem como incluindo o país no rol dos poucos que continham legislação para o setor em questão. Vale ressaltar que durante a referida década, houve uma produção significativa de leis e normas almejando a institucionalização e qualificação do esporte (MARINHO, 1980;

MELLO FILHO, 1995; TUBINO, 1996; MANHÃES, 2002; VERONEZ, 2005; BUENO, 2008).

Starepravo e Marchi Júnior (2016) abordam que nesse período o fenômeno foi institucionalizado legalmente na condição de um bem coletivo a ser ofertado pelo Estado, refletindo numa redução da margem de ação da auto-organização esportiva da sociedade, impulsionando assim, o desenvolvimento de uma relação de dependência tutelar clientelista. Outro ponto a ser considerado na década de 1940, foram as articulações políticas realizadas para que o país sediasse a Copa do Mundo de Futebol em 1950. Esse escopo foi atingido e tornou esse evento o grande projeto nacional esportivo do período. Apesar da seleção brasileira não ter sido campeã, o país obteve prestígio internacional pela organização da Copa (SARMENTO, 2006, p. 94).

Contudo, ao considerar a regularidade estrutural e financeira da política pública de esporte no período abordado, Bueno (2008) afirma que a inserção de Alfredo Colombo na Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde estabeleceu novos caminhos para o setor esportivo nacional, destacando assim o agente em detrimento da estrutura. Melo (1996, p. 27) revela que o período foi considerado de crescimento institucional no âmbito da Educação Física e as primeiras manifestações esportivas comunitárias implementadas pelo Estado surgiram nesse período por meio do projeto “Ruas de Recreio”, no Rio de Janeiro.

Além disso, através do Decreto nº 43.177 de 5 de fevereiro de 1958 foi instituída a Campanha Nacional de Educação Física que, no âmbito do esporte, previa a realização de cursos de treinamento e orientação, seminários, simpósios, congressos, festivais nacionais e internacionais para a docência na área. Vale destacar que a campanha não foi implementada (BUENO, 2008). No domínio da Ciência Política, Howlett e Ramesh (2003) afirmam que campanhas são utilizadas como instrumento político para estimular a mudança de atitude.

Na década de 1960, durante governo do presidente João Goulart (Jango) foi sancionado o Decreto nº 53.741/1964 para implementar um plano diretor com vistas ao desenvolvimento da Educação Física e Desportos. Tal plano enfatizava o desenvolvimento de atividades “físico-recreativas-desportivas” no contexto **escolar** e comunitário como válvula propulsora para a qualificação do alto rendimento (BRASIL, 1964). Bueno (2008) pontua que o referido

documento reiterou o dever estatal para com o setor esportivo, além de reconhecer os inúmeros problemas que assolavam o esporte na época, tais como: infraestrutura incipiente e ações frágeis por parte do Estado. Nesse período, o país vivia uma crise política e econômica em potencial com movimentos grevistas e ameaças de “golpe” militar (FICO, 2004; ALMEIDA, 2009; VILLA, 2014).

Na realidade, o Brasil se tornou arena de luta ideológica entre os países precursores da Guerra Fria. Os partidos de espectro ideológico de direita, derrotados consecutivamente e insatisfeitos com a embrionária democracia de massas, buscavam se ancorar em figuras militares no âmbito político. Os partidos de espectro ideológico de esquerda também almejavam apoio militar e alguns grupos nas Forças Armadas que comungavam de seus ideais foram considerados uma força política extra (VILLA, 2014).

Em meio a toda instabilidade instaurada no país, o governo em exercício decidiu realizar um comício no dia 13 de março de 1964 denominado “Comício da Central” no Rio de Janeiro (RJ), com a presença de distintas figuras políticas, deputados, senadores, representantes de movimentos sociais etc. O então presidente, Jango, tentou acalmar os ânimos públicos com um discurso eloquente enfatizando as “forças poderosas” que estavam enfrentando e, ao mesmo tempo, buscou o apoio do povo e da “classe trabalhadora” para solucionar os problemas e pressionar o Congresso com vistas à aprovação das reformas propostas pelo governo (VILLA, 2004; FICO, 2004).

Neste ínterim, o presidente assinou três decretos referentes à estatização das refinarias de petróleo, a reforma agrária e ao tabelamento de aluguéis. Duas dessas medidas dependiam de alterações constitucionais e em meio a tensão entre Executivo e Congresso era previsível a resistência. Conforme Villa (2014), Jango não estava preocupado com o processo de implementação desses decretos, sendo que, sua pretensão era utilizá-los politicamente contra o Congresso, aplicando um golpe de Estado. Por outro lado, Fico (2017) relata que essa narrativa se apresenta de forma incipiente, haja vista a fragilidade dos dados empíricos.

Diante das controvérsias presentes no período, a população respondeu aos estímulos presidenciais e foram às ruas de São Paulo no dia 19 de março de 1964. Essa mobilização ficou conhecida como a “Marcha da Família com

Deus pela Liberdade”. No entanto, o posicionamento dos manifestantes era contrário aos desejos de Jango, tendo em vista que eles não apoiavam as reformas de base e pediam o fim do governo (FICO, 2004; VILLA, 2014).

Jango se apresentava indiferente perante ao estado caótico e instável em que o país se encontrava. Diante a decadência governamental, o Congresso Nacional decretou a vacância do cargo de Presidente da República no dia 1 de abril de 1964, sob o apoio de diversos setores, inclusive de movimentos da Igreja Católica e das marchas das mulheres de classe média munidas de rosários. Paralelo a isso, tropas militares vindas de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro (RJ) se aproximavam, lideradas pelo general Olympio Mourão Filho, enquanto no RJ já existia outro grupo militar também contrário ao governo, liderado pelo general Arthur da Costa e Silva. Segundo os relatos históricos apontados por Villa (2014), não houve resistência militar por parte do governo, iniciando assim, um novo regime político no Brasil, o Governo Militar².

No que se refere ao esporte no Governo Militar, segundo Linhales (1996) este se desenvolveu por várias frentes, seja na perspectiva ideológica autoritária, tecnocrática até o período de maior abertura política, com o governo de Geisel, no ano de 1975. Além disso, ocorreu o resgate da visão nacionalista do esporte, acarretando para o setor e para a própria Educação Física – EF a visão de instrumento ideológico, em busca de habilidades e aptidão física (LINHALES, 1996; DARIDO, 2003; BUENO, 2008).

Por outro lado, apesar dos referidos autores sinalizarem um uso político-ideológico do fenômeno, com destaque para a perspectiva do rendimento, durante a década de 1970 o olhar acerca do esporte não formal adentrou a esfera institucional brasileira, resultando na implementação do Movimento Esporte Para Todos – EPT em 1977. Tubino (2003) relata que foi desenvolvida uma visão científica de que o EPT também foi utilizado como ferramenta de alienação das massas no período, e reafirma que “[...] Esta percepção, na nossa opinião, é equivocada porque os fundamentos do Movimento Esporte para Todos já eram internacionais e não apoiados em circunstâncias nacionais” (TUBINO, 2008, p. 28). Logo, se faz necessário o questionamento das bases

² No sentido de distanciar-se da carga ideológica abarcada pelos termos “ditadura militar”, “regime militar” e “golpe militar” se assume nesse trabalho a noção de Governo Militar.

intelectuais que contaram a história do EPT no seio do Governo Militar brasileiro, considerando as mudanças nas distintas esferas sociais ocorridas mundialmente, com vistas a garantir o avanço científico na área.

Vale ressaltar que tal período histórico por muito tempo foi considerado um tabu no âmbito das discussões acadêmicas. Contudo, no início do século XXI houve um crescimento considerável de público nos seminários que abordavam a referida temática, concomitante ao interesse em investigações acerca do assunto em questão. Fico (2004, p. 30) relata que os “[...] velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um desprendimento político que o distanciamento histórico possibilita”. Apesar disso, os fatos foram (e ainda são) contados através de lentes alicerçadas em sistemas de crenças que inferem na explicação dos acontecimentos relatados.

Na área de Educação Física, alguns estudos³ acerca do referido período foram realizados. Entretanto, cabe destacar que até onde o esforço exploratório nos permitiu alcançar, encontrou-se estudos na seguinte temática: EF escolar em diferentes cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2001; ARAUJO, 2011; REI, 2013). Em contrapartida, algumas teses e dissertações investigaram eventos, modalidades esportivas e agentes relacionados a EF na época (MILLEN NETO, 2006; LICO, 2007; ROSINA, 2018).

No âmbito dos estudos acerca da política pública de esporte, durante o referido período, não foram identificados trabalhos que tivessem a política pública de esporte durante o Governo Militar na condição de objeto analítico. Entretanto, ao retratar o EPT, que se desenvolveu durante o Governo Militar – na década de 1970 – foi possível identificar a dissertação de Valente (1993), que realiza um estudo histórico sobre o programa e posteriormente em sua tese (1996), o autor aborda a relação do EPT com a descolarização e o olimpismo. Por outro lado, a dissertação de Pazin (2004) aborda o Movimento e sua constituição como pedagogia corporal e a tese da autora (2014) ainda explora o conjunto de interesses em torno da prática de esportes na formação do indivíduo para o tempo livre. E ainda a tese de Teixeira (2015) que trata o EPT e a educação popular.

³ Cabe destacar que a referida temática será abordada com maior profundidade no capítulo II - “Os estudos acerca das políticas públicas de esporte no Brasil: uma diagnose exploratória”.

Questão-problema e hipótese

Desta forma, percebe-se que apesar da existência de diversos estudos que investigam o EPT, o que é em sua maioria evidenciado gira em torno do uso do Programa como meio de controle social, além do trato mais historiográfico acerca do fenômeno (relação com rupturas entre esporte escolar e de alto nível). Nesse sentido, identifica-se uma lacuna referente a análise da estruturação da política pública de esporte no referido período, frente as diversas mudanças globais em voga, que podem ter inferido no contexto de tomada de decisão do setor em questão. Partindo desse pressuposto, a pesquisa se desenvolverá a partir da seguinte questão-problema: *O desenvolvimento do Esporte Para Todos no Brasil evidenciou um processo determinístico, conforme sugerido em parte da literatura da área da Educação Física?*

Nesta perspectiva, defende-se como hipótese de trabalho que, em que pese as colorações ideológicas presentes no cenário político brasileiro durante o período do Governo Militar, houve no referido contexto de política pública de esporte no Brasil, especialmente na figura do EPT, uma série de delineamentos concatenados às mudanças globais no que tange ao domínio da participação esportiva, não como uma mera coadjuvante ou condição alienada no processo, mas como força propulsora dessa própria dinâmica.

Justificativa

A motivação para a realização deste estudo perpassa pelas inquietações da pesquisadora no que diz respeito à história/trajetória das políticas públicas de esporte no Brasil. Logo, torna-se necessário ponderar que a aproximação da mesma com a temática das políticas públicas foi através do ingresso no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e, em seguida, no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –UESB. Além disso, a inserção no Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer – CEGEL

vinculado à UESB, corroborou para o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre a temática em questão.

Por meio do CEGEL foi possível acompanhar e desenvolver estudos correlatos às políticas públicas de esporte e lazer implementadas em diversos municípios baianos. Sendo assim, delineou-se o trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Educação Física através da análise dos programas e projetos de esporte e lazer implementados nos municípios que compõem o território de identidade Médio Rio de Contas/BA. Ao mesmo tempo, o trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Serviço Social foi direcionado para um diagnóstico sobre os aspectos históricos e conceituais que permeiam a análise e a avaliação de programas e projetos sociais.

Ademais, a inserção no programa de Pós Graduação Associado Stricto Sensu em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá – UEM e da Universidade Estadual de Londrina – UEL bem como a participação no grupo de pesquisa Observatório de Educação Física e Esporte – OEFE/UEM construíram uma possibilidade para que novas impressões e inquietações referentes ao objeto de estudo fossem produzidos, com destaque ao endossamento da releitura teórica tanto no campo epistemológico da Educação Física – quanto no âmbito da Sociologia do Esporte.

Além da resignificação e ampliação dos estudos acerca da temática, através da releitura teórica do EPT no Brasil, um outro quesito a ser levado em consideração na realização da referida pesquisa foi a busca por inovação teórica na área, já que na contemporaneidade a Teoria da Modernização Reflexiva sustentada pelos sociológicos Ulrich Beck e Anthony Giddens, em primeiro momento parece não ter sido mobilizada no âmbito dos estudos da política pública de esporte no Brasil. Vale ressaltar que, outras áreas de conhecimento já utilizaram a referida teoria, tais como, a Sociologia Ambiental (GUIVANT, 1998, 2001; FERREIRA, 2006; FERREIRA et al, 2006; SILVA, 2015), a Saúde (LUIZ; COHN, 2006; PORTO, 2007; IANNI, 2010), a Comunicação Social (ZAVARESE, 2004; CARVALHO, 2006; CARVALHO, 2017), além da própria Educação Física no âmbito da Epistemologia e da Educação Física Escolar (SOUZA, 2018a; 2018b; PIRES; BARBOSA-RINALDI; SOUZA, 2018; SOUZA, 2019), entre outras. Desse modo, acredita-se que a forma como tal temática tem sido retratada no âmbito das discussões e

produções acadêmicas, indica uma possibilidade de releitura teórica não só do objeto eleito para esse estudo como das próprias políticas públicas de esporte e lazer de maneira mais ampla.

Objetivos

Objetivo Geral

- Investigar se o desenvolvimento do Esporte Para Todos no Brasil evidenciou um processo determinístico, conforme sugerido em parte da literatura da área da Educação Física.

Objetivos Específicos

- Apresentar a Teoria da Modernização Reflexiva como ferramenta de análise da política de esporte e lazer;
- Analisar algumas obras que abordaram o Esporte Para Todos no Brasil com base na teoria marxista.
- Examinar o desenvolvimento do Movimento Esporte Para Todos no Brasil sob a ótica da Teoria da Modernização Reflexiva.

Estruturação dos capítulos da dissertação

No que diz respeito à estruturação do trabalho, optou-se por organizá-lo em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, almeja-se o delineamento de um ensaio teórico acerca da utilização da TMR como referencial teórico de análise da política pública de esporte. Nesta lógica, espera-se elucidar os pressupostos teóricos que servirão como base analítica para a pesquisa.

No segundo capítulo, efetuou-se uma diagnose exploratória, estabelecendo contra ponto a alguns estudos acerca do movimento Esporte Para Todos no Brasil. Para tal, serão analisadas duas obras de linhagem marxista, para evidenciar o trato com a política e esporte, com destaque para o EPT. Por fim, o objetivo do terceiro capítulo encontra-se relacionado ao delineamento do EPT no Brasil na década de 1970 sob a ótica da TMR.

CAPÍTULO 1: MÉTODO E REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE

O presente capítulo abordará os aspectos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa dissertativa, com o intuito de elucidar os elementos que auxiliaram na compreensão do processo de desenvolvimento do EPT no Brasil. Além disso, discutirá os aspectos teóricos que constituem a TMR empreendidos pelos autores Ulrich Beck e Anthony Giddens, estes que serviram de base para a análise do EPT no Brasil.

1.1 Método científico

O progresso científico é objeto de estudo de diversos epistemólogos, e apesar das diferenças entre as concepções, no geral o que há em comum entre eles é a tentativa de compreender e/ou estabelecer caminhos para o desenvolvimento científico. Para Popper (1974) os critérios de demarcação de uma teoria estão atrelados à capacidade de refutação em que ela é submetida. O autor revela que o avanço científico ocorre através de conjecturas e refutações, considerando a testabilidade, a refutabilidade e a falseabilidade de teorias.

Além disso, Popper (1980) questiona o uso do método indutivo, e afirma que teorias não podem ser deduzidas de afirmações derivadas da observação. Para ele o método hipotético-dedutivo seria mais adequado para o estabelecimento do problema de demarcação e garantia do desenvolvimento científico. O método hipotético dedutivo presume a construção de um quadro teórico como peça chave para a identificação dos problemas, que ao serem delineados geram hipóteses e/ou conjecturas que quando postas à prova são falseadas ou corroboradas (POPPER, 1980).

Em termos gerais, as concepções de avanço na produção de conhecimento científico, presumem o empreendimento de um arcabouço de instrumentos metodológicos que sustentem a realização de estudos científicos.

Para tal, será apresentado, o tipo de pesquisa, o procedimento de coleta de dados, e a forma de organização e análise dos dados.

1.1.1 Tipo de pesquisa

No que concerne ao instrumental metodológico, o presente estudo configura-se como exploratório de natureza qualitativa. De acordo com Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória “[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Raupp e Beuren (2006, p. 81) apontam que a reunião de conhecimentos com novas características promove o aprofundamento em dimensões até então desconhecidas.

Um dos pontos importantes existentes que reforça essa perspectiva pela busca por novos horizontes é o uso da ótica do cosmopolitismo metodológico, como forma de aprofundamento analítico do objeto, já que o comumente utilizado é o viés do nacionalismo metodológico. Beck (2018, p. 57) difere os termos com o seguinte apontamento: “[...] nacionalismo metodológico é a concepção de que o mundo gira em torno da nação, e para efeitos reflexivos não só pode como deve ser substituído pelo cosmopolitismo metodológico, ou seja, a concepção de que a nação gira em torno do mundo em risco”.

Além disso, Beck (2011) revela que uma nova roupagem científica se materializa como consequência da modernidade. Do mesmo modo em que a sociedade passa por um processo de transformação, a ciência também sofre influência dessa nova dinâmica, perdendo assim, o caráter simplista, bem como a hegemonia do conhecimento (cientifização pela metade) e passa a ser reflexiva, momento em que ela se autoconfronta, colocando em xeque as suas bases e os seus efeitos externos. Para Beck (2018) os profissionais que só utilizam a perspectiva nacionalista estagnam, não enxergando as novas facetas sociais e a quebra de fronteiras que ficam explícitas, mas não são mencionadas na história contada.

Neste contexto, pensar a produção do conhecimento a partir do nacionalismo metodológico apenas com o olhar nacional não dá conta de problematizar tais movimentações, tendo em vista que o cosmopolitismo se encontra presente a todo instante nesse entrave e nas novas formas de se

(re) fazer a sociedade. A própria cientificidade simples quando migra para a reflexiva surge dessas incidentes colorações abarcadas pela abertura de “novos mercados mundiais, novos padrões de inovação” frente aos riscos globais e seus efeitos colaterais, provocando assim, reflexividade profunda nas entranhas sociais (BECK, 2018, p. 67-68). Logo, a necessidade de compreender esse processo reflexivo e cosmopolita no desenho do Movimento Esporte Para Todos no Brasil, fez com que o recorte temporal da pesquisa fosse delineado a partir de 1970 até 1980, período inserido no contexto do Governo Militar no país. Vale ressaltar que apesar de alguns documentos serem publicados *a posteriori* ao recorte estipulado, seus dados correspondem ao período investigado.

1.1.2 Coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada a partir da análise bibliográfica e documental. May (2004) afirma que os documentos apresentam informações que estruturam a tomada de decisão dos agentes. Para Lakatos e Marconi (2001), tal pesquisa diz respeito à coleta de dados em documentos escritos, ou não, em várias instituições, podendo ser feita paralelamente ao acontecimento ou após.

Quadro 1 – Fontes primárias relacionadas ao esporte

DOCUMENTO	PERÍODO
Decreto-Lei nº 594 ⁴	27 de maio de 1969
Decreto nº66.118	26 de janeiro de 1970
Decreto nº66.296	3 de março de 1970
Decreto nº 66.967	27 de julho de 1970
Diagnóstico da Educação Física/Desportos	1971
Decreto nº 68.702	3 de junho de 1971
Decreto nº 68.703	3 de junho de 1971

⁴ A inclusão do Decreto-Lei nº 564 de 1969, se justifica devido se tratar do marco legal que institui a Loteria Esportiva Federal, temática que será abordada de forma explícita no Capítulo 3. Por outro lado, a exclusão da Lei nº6.269/ 1975 e do Decreto nº77.774/1976, o Caderno Técnico Noções de Administração Para Profissionais de Educação Física e do Desportos de 1979, ocorreu porque os mesmos não apresentam correlação com esporte não formal. Além disso, também foram excluídos, o III Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979) de 1976, e a Política da Educação, da Cultura e do Desporto de 1977, por apresentarem os mesmos conteúdos explicitados na Política Nacional e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos (1976-1979).

Lei nº 6.251	8 de novembro de 1975
Política Nacional de Educação Física e Desportos	1975
Plano Nacional de Educação Física e Desportos (1976 – 1979)	1976
Decreto nº 80.228	25 de agosto de 1977
Decreto nº 81.454	17 de março de 1978
Educação, Cultura e Desporto: Rumos e Realizações	1978
Campanha Esporte Para Todos: Documento Básico	1977
Programa Esporte Para Todos	1978
ANAIS ESPORTE PARA TODOS – 1º CONGRESSO NORTE/NORDESTE	1982
Catálogo de agentes e publicações para cooperação técnica nacional e internacional	1985

Fonte: Portal da câmara dos Deputados e Domínio Público. Elaborado pela autora.

Nesta lógica, utilizou-se vários documentos (leis, decretos, resoluções e relatórios) que indicaram a realização de ações voltadas para a política pública de esporte no período investigado, como pode ser observado nos quadros 1 e 2. Vale ressaltar, que foram utilizadas fontes documentais primárias – dados originais – e fontes secundárias – dados mobilizados por outros autores, ou seja, de segunda mão (OLIVEIRA, 2007; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009).

Quadro 2 – Fontes secundárias relacionadas ao esporte

DOCUMENTO	PERÍODO
Entrevista com Antônio Carlos Bramante	2015
Entrevista com Edison Francisco Valente	2015
Entrevista com Kátia Brandão Cavalcanti	2015
Entrevista com Lamartine Pereira da Costa	2015

Fonte: Teixeira (2015).

Em relação a elaboração do capítulo sobre o referencial teórico de análise foram utilizadas as obras de Ulrich Beck e Anthony Giddens como ferramentas de delineamento da TMR. Dessa maneira, foram consultadas diversos livros com destaque para: “As consequências da Modernidade” (GIDDENS, 1991); “Para além da esquerda e da direita” (GIDDENS, 1996a); “Modernização Reflexiva” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997); “A Constituição da Sociedade” (GIDDENS, 2009) “Sociedade de risco” (BECK, 2011); e “A metamorfose do mundo” (BECK, 2018).

Para a elaboração da revisão exploratória foram utilizados dois livros: “*Esporte Para Todos: um discurso ideológico*” de Kátia Brandão Cavalcanti (1984) e “*Educação Física no Brasil: a história que não se conta*” de Lino Castellani Filho (1988). Vale ressaltar, que a escolha das referidas obras se justifica por elas utilizarem a perspectiva marxista no bojo da EF e do esporte, além de abordarem com imersão o período investigado nesse trabalho dissertativo. Destaca-se que uma revisão exploratória se caracteriza pela descrição do conhecimento existente sobre o assunto, delineando a pesquisa atrelado ao padrão de honestidade intelectual (LAKATOS, 1998; GARABITO et al, 2009). Nesse sentido, pretende-se perceber de que forma as referidas obras de linhagem marxista abordam o desenvolvimento da política pública de esporte no Brasil durante o Governo Militar com destaque para o Movimento Esporte Para Todos – EPT.

No que diz respeito à análise do Movimento Esporte Para Todos no Brasil durante a década de 1970 serão analisados os documentos apresentados nos quadros 01 e 02. Em relação as fontes de coleta de dados, foram utilizados: os Portais da Câmara de Deputados do Brasil, Domínio Público e o Planalto Nacional, além das entrevistas realizadas por Teixeira (2015).

1.1.3 Organização e análise dos dados

A organização dos dados foi realizada a partir da leitura seletiva e análise dos materiais selecionados através das categorias elencadas na pesquisa. Desta forma, utilizou-se duas categorias analíticas: reflexividade institucional e cosmopolitismo. Ambas foram circunscritas na TMR pelos autores Ulrich Beck e Anthony Giddens. Tais categorias se referem às mudanças estruturais que impactaram o ordenamento da sociedade pós-tradicional e são importantes ao tema perscrutado na pesquisa porque consideram a dinamicidade presente nos processos, não se limitando apenas a uma análise puramente economicista e a hierarquização da relação entre agente e estrutura.

Salienta-se que apesar das categorias analíticas estarem ancoradas na TMR, o trabalho localiza-se na dimensão política (*polity*) de Klaus Frey (2000), considerando o sistema político-institucional, mas sem deixar de lado a dualidade inter-relacional que permeia esta esfera.

Neste sentido, propor uma releitura teórica sobre a referida temática torna-se uma incursão necessária para galgar novos caminhos a serem percorridos a partir de olhares ainda não delineados pelo campo científico. Desse modo, busca-se situar e acompanhar a metamorfose mundial, porém, tal proposta não significa uma substituição ou dogmatização teórica, mas sim, a complementação das tipologias existentes. Logo, acredita-se que a análise da política pública de esporte no país, assim como o EPT, no que tange a sua constituição e trajetória tem sido abordada a partir de lentes nacionalistas, desconsiderando assim as mudanças e as influências cosmopolitas no processo.

1.2 Referencial teórico de análise

As dicotomizações analíticas presentes nos estudos acerca das políticas públicas de esporte no Brasil que corriqueiramente canalizam suas análises por meio da prevalência da estrutura em detrimento ao agente ou vice e versa, costumam demarcar a literatura científica na área. Sendo assim, pretende-se apresentar uma nova perspectiva teórica que permita observar essa dupla concepção de forma relacional através da conexão entre os contextos fragmentados.

Tal concepção de dualidade inter-relacional se apresenta como condição e consequência do desenvolvimento social. Giddens (2009) afirma que a produção social é constituída por meio das predisposições e ações dos indivíduos, porém os mesmos necessitam das condições expostas pela estrutura, estando cientes delas ou não. Logo, existe uma interdependência entre estrutura e agente que delineia um olhar horizontal acerca das relações. Sendo assim, o presente capítulo busca apresentar os pressupostos teóricos que alicerçam a TMR como ferramenta de análise das políticas públicas de esporte. Para tal, evidencia-se a seguir, os conceitos-chave que serão utilizados na pesquisa, a saber: risco, destradicionalização, individualização, cientificação reflexiva, subpolítica, reflexividade e cosmopolitismo.

1.2.1 A Teoria da Modernização Reflexiva e a análise da política pública de esporte

A concepção de mundo da TMR está atrelada as formas em que a modernidade se manifesta no contexto social, no sentido de não centralizar a explicação da realidade apenas por meio de um viés ultra especializado, seja ele econômico ou funcionalista. Nesse sentido, Beck (1997, p. 16) afirma que tal sociedade não permite escolha ou rejeição no decorrer dos processos “que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças”, surgindo através do continuísmo progressivo da modernização autonomizada.

Beck (2011) aponta que as narrativas teóricas que acreditam na premissa de sujeitos revolucionários conduzidos por determinantes sociais precisam ser repensadas, haja vista que não permitem explicar a nova dinâmica social que se apresenta de forma difusa e complexa. Ao abordar tal dinamicidade espera-se identificar as idiosincrasias – que se encontram em constante metamorfose – reconhecendo-as enquanto inter-relacionais, podendo assim resultar na constituição de uma diagnose mais precisa da realidade. Por outro lado, torna-se necessário afirmar que essa explicação não vincula-se ao relativismo ou conformismo social, mas sim à possibilidade de compreensão da realidade para além de questões subjetivas.

Ao considerar a complexidade desse processo, Giddens (2001) aponta que a radicalização da modernidade foi intensificada pelas relações sociais e impulsionada pela quebra das comportas nacionais. A investigação dos processos sociais globalizados expõe a necessidade de ampliar a visão acerca do que somos como e por que agimos (GIDDENS, 2005). Em contrapartida, não é prudente que os acontecimentos tratados enquanto inevitáveis, naturais, positivos e reais, sejam explicados de forma simplificada, haja vista as distintas forças que influenciam as relações. Neste sentido, tais acontecimentos precisam ser questionados no intuito de evidenciar a complexidade que permeiam esses processos e “[...] entender os modos sutis, porém complexos e profundos, pelos quais nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é fundamental para a abordagem sociológica” (GIDDENS, 2005, p. 24).

Giddens (2001) ainda relata que as transformações presentes na conjuntura social emergem através de tendências processuais e de características estruturais que se desenvolvem a partir das disposições envoltas nessas relações. Além disso, a concepção *giddensiana* referente à

modernidade reflexiva pontua a autoconfrontação entre várias esferas, a exemplo, do próprio crescimento mercadológico industrial que encontra-se exposto aos limites ecológicos apresentados pela crise dos recursos naturais.

Outro ponto importante foi observado por Beck (2011), o qual sinaliza que a modernização é estimulada pela reorganização das formas de trabalho, a descomplexificação tecnológica e a modificação dos estilos de vida. Ao mesmo tempo, a emergência dos conflitos políticos e sociais, a ampliação das estruturas de poder e de participação popular, bem como as formas de compreensão da realidade através da expansão das normas de produção e divulgação científica tornaram-se elementos explicativos da nova dinâmica social vigente.

Tais argumentos na esfera da EF, podem ser justificados pela intensificação de diversas práticas corporais, individualizadas à exemplo do montanhismo, crossfit, trekking, corridas de aventura dentre outras. Souza (2019, p.8) afirma que “[...] o trabalho que os atores reflexivos fazem sobre os seus corpos a partir de atividades físicas [...] já não se permite explicar devidamente por modelos teóricos que situam o movimento de construção de suas biografias como dialética negativa e opressora.”

A incerteza e os efeitos colaterais presentes na conjuntura social – que impulsionam os agentes a tomarem decisões constantemente – propõe ao indivíduo, a partir dos conhecimentos adquiridos em sua trajetória, a necessidade do agir. Logo, a ampliação do acesso ao conhecimento produzido infere diretamente no mundo social e natural, impulsionando tais decisões. Beck (2011) afirma que tal sociedade se apresenta como um tema e um problema permeados pelos riscos que são respostas das interações do homem com a natureza e do homem com a sociedade. Desse modo, o autor aponta a existência de dois tipos de riscos: os externos, advindos de catástrofes naturais, a exemplo dos terremotos, e os fabricados, isto é, aqueles decorrentes das atividades da sociedade industrial, como aquecimento global.

Conforme Guivant (2016, p. 230), esses riscos não são comuns, eles geram consequências “[...] irreversíveis, uma vez identificados, invisíveis e democráticos, ultrapassando qualquer fronteira e classe social”. Ao serem concebidos no contexto de incerteza, a maioria desses riscos não podem ser calculados. A exposição aos mesmos pode gerar efeitos colaterais

imprevisíveis, sendo que, não se tem controle e na maioria das vezes nem conhecimento sobre tais riscos (DOMINGUES, 2002). Outra característica a ser observada diz respeito ao perfil global que faz com que esse tipo de situação atinja a todos, independentemente da classe social. Haja vista que a nova dinâmica social dilui as formações de camadas sociais, ocupações, classes, gênero, família, etc. Tais modificações podem gerar autodestruição, bem como auto reconstrução (BECK, 1997). Essa imprevisibilidade no desenvolvimento da sociedade e o emaranhado de riscos presentes em sua formação indica que as instituições e os agentes não possuem controle sobre estes.

Vale ressaltar que os riscos não podem ser tratados como assuntos de ordem. Beck (1997) relata que a ordem se sufoca, emergindo como um efeito causal do pluralismo que insurge dos riscos e se metamorfoseia clandestinamente entre as relações morais, de poder e de tomadas de decisão, ou seja, ao abordar os riscos e seus efeitos colaterais deve-se levar em consideração a ambiguidade que os compõem.

Esse processo explicita momentos em que os efeitos colaterais produzidos não entrarão na agenda política ou serão alvos de disputas políticas. Porém, em outras circunstâncias estes dominarão o campo de debates e conflitos políticos seja em âmbito público ou privado. De acordo com Beck (1997, p.16) os “[...] aspectos da sociedade industrial tornam-se social e politicamente problemáticos”.

Diante dessa inconstância frente às múltiplas possibilidades de escolhas, é válido ponderar que existem situações em que as decisões são tomadas baseadas nos princípios da velha sociedade, evidenciando as tensões entre tradição e destradicionalização, reflexo dos divergentes níveis em que a sociedade desenvolve a modernização reflexiva (BECK, 1997). Nesta lógica, a concepção de tradição na abordagem *giddensiana* pode ser compreendida como um ambiente identitário, individual ou coletivo. Giddens (1997, p. 100) relata que “[...] a identidade pressupõe significado; mas também pressupõe o processo constante de recapitulação e reinterpretação”. Além disso, a garantia de um contexto tradicional presume a existência de guardiões da verdade formular.

Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica. Esta preocupação psicológica é uma das principais forças que permitem às tradições criarem ligações emocionais tão fortes por parte do "crente". As ameaças à integridade das tradições são, muito freqüentemente, se não universalmente, experimentadas como ameaças à integridade do eu (GIDDENS, 1997, p. 100).

No entanto, enquanto Ulrich Beck argumenta a modernização reflexiva no ímpeto da incerteza/insegurança, no sentido de as tomadas de decisão girar em torno desse mundo de risco por meio da inconstância e imprevisibilidade das relações, Giddens acredita que tais decisões são prescritas através do aspecto da confiança/certeza, escolhidas com base na segurança ontológica⁵ da inter-relação agente e estrutura. Isso não significa que Giddens desconsidera os riscos, a incerteza fabricada e os efeitos colaterais. O autor apenas pondera que esse contexto complexo impulsiona o indivíduo a fazer escolhas evitando colocar em xeque suas crenças e interesses, ou seja, a sua segurança ontológica.

Todavia, a conservação da tradição perpassa em parte, por um projeto de radicalismo renovado, pelo qual o mundo social passa a ser entendido como resultado de ações sociais inerentes ao indivíduo, descaracterizando assim, a influência de qualquer intervenção externa, seja de ordem teológica ou natural. Desta forma, tal tradição não pode ser conservada estaticamente, ela acaba sendo reinventada devido as modificações na produção de conhecimento, nas crenças e nos costumes, apresentando-se como resultados da radicalização da modernidade que destradicionaliza as relações (GIDDENS, 1997).

Esse processo abre possibilidade para uma subjetividade autônoma por meio de uma individualização genuína no que se refere aos ambientes naturais, sociais e psíquicos. Ao mesmo tempo, Beck (1997) afirma que a individualização é resultado da modernidade e não só modifica as relações como também redesenha os conflitos sociais. Nesta lógica, as demandas que eram superadas coletivamente, na atualidade, cada vez mais são percebidas,

⁵ Para Giddens (1997, p. 100), segurança ontológica diz respeito. "[...] a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, [...] Esta preocupação psicológica é uma das principais forças que permitem às tradições criarem ligações emocionais tão fortes por parte do "crente"."

interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos, sendo eles, influenciados pelos seus conhecimentos e sua consciência.

Esses impulsos individualizatórios competem com experiências do destino coletivo no mercado de trabalho (desemprego em massa, desqualificação etc.). Eles conduzem, porém [...] à libertação do indivíduo de vínculos sociais de classe e de posições de gênero de homens e mulheres [...] a individualização acarreta a suspensão dos fundamentos vitais de um pensamento baseado em categorias tradicionais da sociedade dos grandes agrupamentos (BECK, 2011, p. 108-109).

Vale ressaltar que tanto dentro quanto fora da coletividade a margem de ação dos agentes estão atreladas à suas biografias, interesses e objetivos, no sentido de autoproduzirem o mundo por meio das tendências institucionalizadas e padronizadas dos estilos de vida. Isso não significa que os indivíduos foram captados pelo sistema capitalista ou que estes sejam alienados por não terem ascendido socialmente, mas revelam que as características de controle das ações individuais que são institucionalmente dependentes podem ser permeáveis (BECK, 2011).

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado na participação esportiva na Espanha. Leira-López e Lizalde-Gil (2013) evidenciam uma evolução nas práticas dos esportes individualizados com destaque para às atividades gímnicas em academias, natação e ciclismo, tornando-se um movimento crescente em escala mundial que coloca em voga o *self* – o impulsionando a tomar decisões – já não forjado no contexto classista, pelo menos não somente nele.

Em termos gerais, os valores individualizados evidenciam a emergência de uma nova ética que segundo Beck (2011, p. 145), “[...] repousa sobre o princípio dos deveres para consigo mesmo, o que incide em uma tensão com a ética tradicional”, em que “[...] os deveres têm necessariamente um caráter social e harmonizam a atuação do indivíduo como o todo, integrando-a nele.” Além disso, é perceptível que a característica paradoxal presente nas relações, salienta a emergência de uma “nova imediação” entre indivíduo e sociedade, na concepção de que as crises individuais podem afligir as crises sociais ou vice-versa.

Cada um individualmente passa a ser a unidade de reprodução vital do social [...] os indivíduos são, tanto no interior como no exterior da família, atores de suas próprias garantias de existência via mercado, bem como ao planejamento e organização de suas biografias (BECK, 1986, p. 118).

Com efeito, a emergência da individualização conduz os agentes a se apartarem nas coalizões sociais e políticas, as quais se tornam uma espécie de refúgio para a superação de situações-problemas. Tais coalizões podem ser abordadas como alianças provisórias atreladas as decisões tomadas a partir da inter-relação entre indivíduo e sociedade que eclodem em terrenos diversos e distintos, repletos de disputas ideológicas, econômicas e culturais (BECK, 2011).

As reflexões sobre a sociedade de risco aprofundam o debate com um novo conceito denominado metamorfose mundial (BECK, 2018). Conforme o autor, este termo vai além da observação do lado negativo dos efeitos colaterais da referida sociedade. Esse ideário de metamorfose do mundo perpassa pela compreensão de que a sociedade se reinventa constantemente e se transforma, não necessariamente de forma revolucionária, mas como um movimento na nova modernidade.

Um exemplo correlato à metamorfose mundial seria o uso de hormônios como ferramenta farmacológica. A utilização desse produto surge no propósito de resolução de alguns problemas de saúde através de antidepressivos ou como método contraceptivo. Posteriormente, começou a ser utilizado para melhorar o desempenho de atletas em diversas modalidades esportivas (MORTON; STOCKTON, 2000; PRECIADO, 2008). Para Beck (2018, p.41-42) apesar “[...] dos objetivos estarem fixados na estrutura da velha visão de mundo de um conceito tradicional [...] no nível prático foram escancarados os portões da manufaturação cada vez mais ampla da vida humana”. Esse processo desencadeou outras possibilidades tendo em vista o surgimento de novas realidades.

Um ponto a ser considerado é que essas modificações de panoramas sociais, segundo Beck (2018, p. 59) “provocam ação gravitacional global”. Logo, não é possível ignorar os impactos da reflexividade na modernidade, ou seja, as novas formas de família, as ações frente às mudanças climáticas no mundo, sem falar da inclusão desses e outros assuntos na agenda política.

Nesse metajogo do poder⁶, compreender a relação de interdependência entre indivíduo e sociedade, bem como os aspectos que configuram a reflexividade e o cosmopolitismo se tornam cruciais na busca pela compreensão da realidade.

1.2.2 A reflexividade e a dualidade inter-relacional

A concepção de dualidade inter-relacional está vinculada à relação entre agente e estrutura. Nesse sentido, para Giddens (2009) a perspectiva de agente está atrelada ao indivíduo que produz efeitos e exerce poder, tal premissa permite a emergência do conceito de agência, que conforme o autor não corresponde à intencionalidade da pessoa em realizar determinada tarefa, mas à sua capacidade de realização. Em referência à estrutura Giddens (2009) relata que esta corresponde às regras, as relações, aos recursos etc. que podem ser delimitados através do tempo-espaço e de sistemas sociais, reforçando que a extensão das práticas no âmbito do espaço-temporal designam as instituições. Assim, através da agência do agente que entra em “choque” com as premissas estruturais, inúmeras decisões precisam ser tomadas. Logo, nesse contexto ambíguo, incerto, permeado por riscos a concepção de reflexividade não pode ser desconsiderada.

De maneira cumulativa e latente – como já evidenciado – os riscos geram ameaças que colocam em xeque as bases sociais. Segundo Giddens (1997, p. 17), a confrontação entre os fundamentos da modernidade e os efeitos colaterais da modernização se distinguem pela ampliação do conhecimento no sentido da autorreflexão: “[...] é exatamente a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco”. Neste sentido, a tese sustentada pela TMR – de forma simplificada – indica que quando a modernização se alastra, os sujeitos ampliam sua capacidade de agir frente aos seus condicionantes sociais. Desta forma, a relação “indivíduo e sociedade” – que se apresenta de maneira difusa – é intensificada. Esse choque entre agente e estrutura, abarcada pela nova dinâmica social, impulsiona o que os autores denominam de reflexividade. Conforme Giddens (1991, p. 39):

⁶ Meta jogo do poder se trata de uma política de efeitos colaterais envolvida num conflito entre quem defende a ordem nacional e quem a contesta reescrevendo as regras de poder e da política (BECK,2018)

[...] A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Temos que elucidar a natureza deste fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas.

O termo reflexividade abordado no âmbito da TMR, “não implica (como pode sugerir o adjetivo reflexivo) reflexão, mas (antes) autoconfrontação” (BECK, 1997, p. 16). Sendo assim, tal conceito encontra-se situado na inter-relação “agente” e “estrutura”, intensificada pela ampliação do acesso ao conhecimento produzido. Giddens (1991) pontua que os indivíduos se conectam rotineiramente com as bases que integram seu próprio fazer, possibilitando que estes interfiram nas conjecturas da ordem social convencional. Logo, tal fenômeno se manifesta decisivamente através da agência humana.

Nesse contexto, o caráter diferencial atingido pela reflexividade diz respeito ao seu papel na reprodução do sistema onde os interesses e as ações se automodificam. É válido pontuar que a crença de que a razão traria certeza e segurança para os indivíduos visando a superação da perspectiva tradicional e dogmática nas inter-relações é uma falácia. Giddens (1991, p. 40) indica que “[...] a reflexividade da modernidade de fato subverte a razão [...] é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada”. O conhecimento reflexivo aplicado faz parte da constituição social e devido à instabilidade e o autoquestionamento perante as relações, não há garantias de que as “certezas” não serão revisadas.

[...] A expansão de nosso entendimento do mundo social poderia produzir uma abrangência progressivamente mais elucidativa das instituições humanas e, daí, crescente controle tecnológico sobre elas, se a vida social fosse inteiramente separada do conhecimento humano ou se esse conhecimento pudesse ser filtrado continuamente nas razões para a ação social, produzindo passo a passo aumentos na racionalidade do comportamento em relação a necessidades específicas. Ambas as condições de fato se aplicam a muitas circunstâncias e contextos da atividade social. Mas ambas são carentes daquele impacto totalizador que a herança do pensamento iluminista estabelece como uma meta (GIDDENS, 1991, p. 43).

Em termos gerais, Giddens (1991, p. 44) evidencia que “[...] não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para seu caráter instável ou mutável”. Nessa perspectiva, a reflexividade está relacionada a produção de autoconhecimento perito e leigo que altera os processos sociais. Na realidade, é uma via de mão dupla, enquanto os indivíduos munidos de tais conhecimentos tomam decisões e modificam seus estilos de vida, as estruturas também se posicionam perante eles alteram suas regras.

Em referência à dualidade inter-relacional, Beck (2011) relata que a reflexividade pode ser explicada a partir de duas concepções: institucional e privada. Na medida em que a sociedade identifica alterações na forma dos indivíduos viverem e se organizarem, um processo de adaptação é constituído, dando origem a reflexividade institucional. Ao mesmo tempo, a situação inversa poderá ser materializada, dando origem a reflexividade privada, ou seja, no momento em que o indivíduo se adapta às novas dinâmicas sociais. Beck (2011, p. 163) pondera que:

[...] a falta de soluções institucionais (p. ex., falta de creche e jornadas de trabalho inflexíveis, insuficientes garantias sociais) potencializa conflitos nas relações privadas, e vice-versa: medidas institucionais aliviam a discórdia privada entre os sexos. Estratégias privadas e políticas de solução precisam portanto ser consideradas em seu devido contexto.

Desta forma, ambas perspectivas ocorrem de maneira natural, sendo que, os riscos e os seus efeitos colaterais alteram a vida social. Atrelado a tal concepção, Giddens (1997) aborda que a reflexividade institucional é adversária da tradição, haja vista que a destradicionalização é resultado da ampliação da reflexividade. O autor ainda pontua que vários costumes individuais se tornam coletivos quando são constituídos pela propagação e podem ser resultado da inferência generalizada da reflexividade institucional. No âmbito esportivo, Mattes e Souza (2018) apresentam como exemplo de reflexividade e destradicionalização, a reconfiguração da prática das corridas de rua que apesar de ser algo legitimado na humanidade, tem-se reestruturado, ampliando o número de praticantes, bem como ofertado um leque maior de realização de eventos em escala global.

Um outro ponto considerável ao tratar da dualidade inter-relacional no contexto esportivo é a criação de estruturas governamentais e não governamentais para o fomento de práticas esportivas, a exemplo do Baleado⁷, considerado uma prática tradicional em várias cidades brasileiras que devido a tal difusão em território baiano no ano de 2018 foi criada a Federação Baiana de Baleado (FEBBAL), se configurando como a primeira federação da modalidade no Brasil (FEBBAL, 2018). Percebe-se que os indivíduos passam a se apropriar do cotidiano, das crenças, dos conhecimentos produzidos globalmente, que os impulsiona a agir de forma distinta às idiossincrasias tradicionais nos campos mais imediatistas da vida privada – desde o cotidiano ao emocional – e da sociedade em geral, abrangendo o conhecimento dialógico especializado (GIDDENS, 1997). De acordo com o sociólogo inglês:

Os costumes locais são mais genuinamente hábitos coletivos quando são criados por influências internas a uma área ou comunidade; mas é provável que aqueles que são remanescentes de práticas mais tradicionais se desenvolvam em itens que alguns têm chamado de museu vivo. Se os traços pessoais estiverem mais intimamente conectados com os costumes sociais, os hábitos perderam todos os laços com a verdade formular da tradição (GIDDENS, 1997, p. 125).

Torna-se evidente que a influência biográfica nas tomadas de decisão diluí consideravelmente a concepção de classes sociais pois existem outros fatores que influenciam na construção do *self*, sendo que, não apenas o viés econômico pode ser considerado. Para explicar de forma reflexiva essa dinâmica, Giddens (1997) reforça que a reflexividade é uma característica axial da modernidade reflexiva (riscos, efeitos colaterais, individualização, destradicionalização) que entra em autoconfrontação consigo mesma e com os princípios da modernidade simples. Nesse contexto, o mundo social, em sua maioria, se apresenta de forma consciente, moldado conforme presente no imaginário humano. Todavia, tal dualidade acarretou uma potencialização das incertezas e ameaças.

⁷ Dois times, cada um se “[...] coloca num campo, sendo que apenas um jogador/a de cada lado deverá se colocar atrás da linha de fundo do campo adversário, denominado "reserva" [...] Ao ser dado o sinal de início, o jogador/a que está com a bola tenta entregá-la ao seu time, que tem o objetivo de atirá-la ao campo contrário com o propósito de “balear”, “carimbar” algum adversário” (OLIVEIRA JÚNIOR e CORREIA, 2011).

Vale ressaltar que ao discorrer acerca da reflexividade e a inter-relação dualista, não pode ser desconsiderado a perspectiva ambígua presente nessa autoconfrontação. Logo, é um equívoco emitir um juízo de valor, seja ele positivo ou negativo, acerca dos acontecimentos no ímpeto da modernidade reflexiva, antes de ao menos diagnosticar e analisar como a reflexividade e as demais características da modernização se (re)estruturaram nos distintos contextos. Nesta lógica, espera-se que tal categoria possa auxiliar o processo de compreensão da dinâmica relacionada ao desenvolvimento do Movimento Esporte Para Todos, implementado durante o Governo Militar no Brasil.

Em termos gerais, a reflexividade é produzida e se autoproduz, já não abarcando uma explicação minimalista do contexto que permeia a inter-relação (agente e estrutura), que foi significativamente intensificada pela abertura das comportas nacionais. Desta forma, Ortiz (2009, p. 243) relata que a modernidade, se transforma em modernidade-mundo e ultrapassa seus limites territoriais, tornando a “nação” insuficiente para compreensão de um fenômeno por si só, haja vista que há um contexto inter-relacional que transborda os limites territoriais. Além disso, percebe-se que a sociedade de risco reacende o institucional “não político”, possibilitando que os indivíduos interfiram de forma contínua nas decisões políticas reflexivamente (SÁ, 2009).

1.2.3 Política x Subpolítica: interfaces de um mundo cosmopolita

A sociedade de risco demonstra que os processos sociais não desenvolvem as ameaças externamente, no inumano, no exótico, mas salienta que estes perigos eclodem em si mesmo, adquiridos pela autotransformação e autoconfiguração que se encontra atrelada ao conhecimento. Os riscos, nesse sentido, também se tornam um determinante da autopolitização social, modificando definições, espaços e meios da política (BECK, 2011). Nos termos da TMR, a metamorfose sistêmica da política, segundo Beck (2011), pontua a ligação entre mudanças sociais e controle político, deixando em voga a bipolaridade, uma ideia de “cidadão dividido”, entre a perspectiva privada do trabalho (técnico – econômico) e a perspectiva de direitos democráticos em todos os campos de formação (político- administrativo).

[...] Essa construção apoia-se, por um lado, na equiparação entre progresso técnico e social e, por outro lado, no fato de que a direção do desenvolvimento e o resultado da mudança técnica são tomados como expressão de inafastáveis restrições objetivas de caráter técnico-econômico. Inovações tecnológicas aumentam o bem-estar coletivo e individual. Nessas elevações do padrão de vida, também os efeitos negativos (obsolescência, riscos de redundância da força de trabalho, riscos de aplicação, riscos de utilização, ameaças à saúde, destruição da natureza) encontram invariavelmente sua justificativa. Mesmo um dissenso sobre “efeitos sociais” não impede a execução de renovações técnico-econômicas. Este fatalmente escapa à legitimação política, chegando mesmo a possuir – ainda mais e comparação com procedimentos democráticos-administrativos e percursos de implementação – um poder de realização pura e simplesmente imune à crítica. O progresso substitui o escrutínio (BECK, 2011, p. 276).

Nestes termos, ao considerar os arranjos institucionais que compõem a arena política, a metamorfose social é direcionada como efeito colateral das decisões, projeções econômicas. Assim, foram estabelecidos dois processos opostos de organização desses arranjos: o primeiro correlato ao sistema político institucional e o segundo diz respeito às modificações contínuas em todas as esferas da vida (BECK, 2011).

Ao relatar o político e não político⁸, Ulrich Beck (2011) apresenta que no início do século XX questionou-se a naturalização da análise social a partir da desigualdade e divisão de classes sociais, além do desenvolvimento da ciência e da produção industrial. Logo, tais visões de mundo foram enfraquecidas com a intensificação da modernização reflexiva no globo. Para o autor,

Com o colapso do antagonismo entre Oriente e Ocidente, ocorreu uma situação paradoxal. A política ainda se desenvolve nas mesmas velhas jaulas, mas o leão está livre. As pessoas fingem estar no zoológico - sem o leão. Elas tratam os leões que correm soltos como leões do zoológico, e consideram isso sensibilidade narcisista, caso estes últimos não procurem obedientemente jaulas pacíficas para lá se trancarem (BECK, 1997, p. 49).

Apesar da destradicionalização presente na modernização reflexiva, não se pode negar a perspectiva de reprodução social, não no sentido de paralisar o tempo/desenvolvimento, mas com a concepção de que as maneiras de lidar com as situações vão se reinventando. Nesse sentido, Beck (1997) pondera que as divergências entre direita e esquerda, capital e trabalho, conflitos entre

⁸ Segundo Beck (2011, p. 278) “[...] o político se limita ao que é politicamente rotulado, a atividade do sistema político [...] Essa mudança social consome-se entretanto sob a forma do não político.”

grupos de pressão e partidos políticos continuaram em voga. Todavia, modificam suas regras e, em alguns casos, um polo interfere diretamente no outro, evidenciando que a política (simples) que dita as regras do jogo e aquela que remodela as normas (reflexiva) se acrescentam. Beck (1997) aponta que ocorrem alternâncias entre os momentos de dominância.

A política que altera as regras, por sua vez, almeja uma política da política, no sentido da alteração das próprias regras do jogo. Há duas coisas relacionadas a este tipo de meta ou superpolítica: primeiro, a mudança do sistema de regras e, segundo, a questão de para qual sistema de regras se deve mudar (BECK, 1997, p. 49).

As metamorfoses no jogo político podem ser observadas no contexto brasileiro, através da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que ocasionou uma mudança nas regras do jogo político no país. Tal fato fica perceptível ao observar a organização dos ministérios, que sofreu significativas ampliações, sendo criado o Ministério do Esporte. Durante o governo de Dilma Rousseff e posteriormente o do presidente Michel Temer, tal órgão se encontrou ameaçado em vários momentos, porém perdurou até o ano de 2018, indicando que apesar das regras terem sido levemente modificadas – metaforicamente – o time ainda conseguiu se sustentar em campo. No entanto, com a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019, altera-se as normas, de modo que o Ministério do Esporte não conseguiu sustentar-se enquanto *status* de Ministério no novo/atual governo. Vale ressaltar que inúmeros fatores influenciaram a manutenção e a suspensão da pasta, desde aos econômicos aos políticos, etc.

No que diz respeito às dissoluções dos limites políticos, estes resultam na emergência da subpolítica, termo que se refere a uma nova cultura política mundial. Nesse sentido, Beck (2011) relata que o sistema político-administrativo já não pode ser o único espaço das decisões e ocorrências políticas. Desse modo, as redes de participação e acordo emergem a partir de novas formas de reinterpretação e negociação no âmbito político, inflexionando assim, modificações internas de intervenção, controle e resistência através da democratização, surgindo conforme Beck (2011, p. 279) como um “[...] sistema subpolítico da modernização científico-técnico-econômica” em escala mundial.

Pode-se observar que a implementação e desenvolvimento do Programa Agita São Paulo, que foi criado no ano de 1996, pelo Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul – CELAFISCS, indica a ação da subpolítica no contexto brasileiro, que posteriormente adentra o sistema cosmopolita, influenciando ações ao redor do mundo. O Agita tem como objetivo reduzir os índices de sedentarismo no Estado de São Paulo – Brasil, e para seu desenvolvimento estabeleceu-se uma rede de especialistas, via CELAFISCS, com a Secretaria de Estado da Saúde – SES/SP, além de órgãos internacionais, tais como, o *Center for Disease Control and Prevention* – CDC dos Estados Unidos, o *Health Education Authority* da Inglaterra e o Programa *Active* da Austrália, todos considerados principais referências nos estudos acerca da temática (MATSUDO et al, 2009). Posteriormente em 2015, tal iniciativa se tornou uma rede global conhecida como Agita Mundo, constituída por diversos países, “[...] cujo objetivo principal é promover a atividade física para um estilo de vida saudável em pessoas de todas as idades e habilidades, através da mobilização social” (PORTAL AGITA, 2020).

Outra perspectiva interessante acerca do Agita Mundo é sua possível relação com o EPT. Conforme Tubino (2003, p. 28), o EPT adquiriu novas formas com o passar dos anos, desde a democratização do lazer à promoção da saúde. Nessa lógica o autor afirma que:

Este novo sentido do EPT teve início com o Programa Vida Ativa da Organização Mundial de Saúde (OMS). O premiado Programa Agita São Paulo, que evoluiu até o Programa Agita Mundo, de concepção do brasileiro Vitor Matsudo, é o melhor exemplo do Movimento Esporte para Todos com ênfase na Saúde.

A política nessa concepção global – em que a modernidade é produzida e, ao mesmo tempo, se autoproduz – atuaria num sistema de reestruturação, autodissolução transformação governamental. Por outro lado, deve-se ponderar que na sociedade de risco o jogo e as regras são em escala mundial. Conforme Beck (1997, p. 51): “[...] este modelo de política é dúbio por várias razões, não apenas por uma inflação redobrada das exigências. Espera-se que a política governamental esteja encarregada de tudo, e também que todos que dela participem estejam desejando maximizar sua influência pessoal”.

Em referência aos termos “política da política”, ou “invenção do político”, Beck (1997) aborda que não há necessidade de normatização de suas significâncias, mas coloca em xeque as ideologias e utopias ditas presentes nas escolhas que se distanciam da realidade. Ademais, Giddens (1996a, p. 23) apresenta o conceito de “política de vida”, como uma política relacionada com o estilo de vida, envolta pelas disputas e contestações referentes as formas em que nós, enquanto indivíduos e humanidade, “[...] deveríamos viver em um mundo onde aquilo que costumava ser fixado pela natureza ou pela tradição está atualmente sujeito a decisões humanas.”

Paralelo a isso, o autor ainda relata que com a universalização da reflexividade social, o ideário de confiança ativa implica em uma política gerativa que está atrelada à ligação entre Estado e a reflexividade na sociedade global, permitindo que os indivíduos (*self* ou coletivamente) atuem no contexto social total, referente aos problemas e soluções, sem esperar que as coisas aconteçam (GIDDENS, 1996a). Nesse ínterim, Giddens (1996a, p. 23) relata que “[...] ela opera fornecendo condições materiais e estruturas organizacionais para as decisões de política de vida tomadas por indivíduos e grupos na ordem social mais ampla”.

Vale ressaltar que nem sempre a subpolítica implicará na reorganização da macroestrutura, uma vez que a política que segue regras tem predominado no *modus operandi* de muitos Estados-Nação. Todavia, desconsiderar a existência e influência da subpolítica neste âmbito corresponde a ocultar um movimento importante incrustado não só à reinvenção da vida **como** também da política, em sentido estrito e amplo, sob o pano de fundo da segunda-modernidade.

O caráter inconstante do Estado e o fato de que mais ou menos toda a população vive no mesmo “espaço discursivo” que o Estado e as agências governamentais cria novos dilemas e novas contradições políticas de grande importância. Por exemplo, nos lugares onde o governo nacional tornou-se apenas um entre outros pontos de referência para a vida de um indivíduo, muitas pessoas poderiam não “ouvir” o que está se passando no domínio político, ainda que possam manter-se mentalmente “em contato” em uma base mais consistente do que antes. O “desligamento” pode expressar uma aversão pelas momicas dos políticos, mas pode também está ligado a uma vigilância específica em relação às questões que a pessoa considere importantes. Nesse ponto a confiança poderia se misturar ao cinismo em uma combinação incômoda (GIDDENS, 1996a, p. 24).

Ao retratar o campo político mundial nos anos 1970, Beck (2011) relata que o poder decisório político sofreu influências não apenas dos efeitos colaterais, mas também da autonomia relativa presente na reorganização do mundo pós-guerra. O autor ainda pontua que o sucesso da política reduz o controle estatal e deslocaliza a mesma, no sentido de que se tornam sistemas abertos exigindo novas definições e concepções que as lentes analíticas do passado não permitem identificar.

Desta forma, ao abordar as questões de poder no âmbito da TMR, Beck (2018) sinaliza que a metamorfose mundial deixa de ser tratada sob a ótica das relações de poder de produção, passando a serem enxergadas como poder de definição, fazendo referência aos recursos e poder dos agentes, normas e conhecimentos que determinam a construção social de forma dialógica, incluindo a política de invisibilidade.

A política de invisibilidade corresponde aos variados tipos de riscos produzidos que são invisíveis às indústrias, aos órgãos de controle, etc. No entanto, devido a inter-relação nacional-global, perante a metamorfose dos riscos e ameaças em muitos casos alcança-se a política de visibilidade, a exemplo do uso do tabaco (BECK, 2018). Em adição, Ulrich Beck (2018) enfatiza que a política não possui os mesmos limites anteriores, nem estão ligadas apenas aos atores ou instituições estatais. Apesar disso, o novo e o velho se conversam, se reinventa, através de uma dupla contingência⁹.

[...] De maneira destacada, essa metamorfose da política de poder não envolve simplesmente percepções em mudança, mas uma real confusão de categorias, roteiros, peças, jogadores, papéis, doutrinas e espaços de ação. Esse conflito da “negociação da metamorfose” pode ser observado a partir de diferentes perspectivas, do ponto de vista globalizante ou dos atores em movimentos da sociedade civil (BECK, 2018, p. 197).

Em decorrência da quebra das comportas nacionais, Giddens (1996a) sinaliza que não existe possibilidade de nenhum Estado, cultura, ou grupo se isolar exitosamente da ordem cosmopolita global. É mais uma característica

⁹ “ Nada permanece fixo, nem as velhas instituições e os sistemas básicos de regras, nem as formas e os papéis organizados específicos dos atores; em vez disso, eles são perturbados, reformulados e renegociados, num conflito entre aqueles atores ou organizações que defendem aqueles que tentam mudar a ordem nacional da política” (BECK, 2018, p. 197).

inerente, incontrolável da modernização reflexiva na sociedade. Nesse contexto, espera-se que a reflexividade e o cosmopolitismo auxiliem na análise **do desenvolvimento** do Movimento Esporte Para Todos no Brasil na década de 1970 possibilitando enxergar resquícios da estruturação da sociedade de risco no referido recorte temporal.

CAPÍTULO 2 – OS ESTUDOS ACERCA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO BRASIL: UMA DIAGNOSE EXPLORATÓRIA

As modificações no trato com a justificação dos acontecimentos sociais sofreram um desenvolvimento gradual, aquilo que era explicado a partir do demiurgo, do natural, passa a ser tratado de forma distinta devido à ampla exposição aos riscos e seus efeitos colaterais, ocasionando a emergência de uma construção social e científica peculiar. De acordo com Beck (2011), tais peculiaridades podem ser compreendidas através de uma tríplice perspectiva da ciência: [1] concebendo-a enquanto causalidade; ou [2] como um espaço definidor e solúvel dos riscos; ou [3] uma abrangência de novas mercancias da cientificização.

Assim, Beck (2011) sinaliza que em meio à crítica, a coprodução e codefinição dos riscos, o conhecimento científico se desenvolve de forma contraditória e ambígua. Nesses termos, o choque entre ciência, práxis e espaço público deixa em voga a díade presente em seu processo de

constituição: a cientificização simples e a reflexiva. A cientificização simples está atrelada à explicação preexistente do mundo, por meio da natureza, onde o conhecimento e a racionalidade científica não duvidam de suas premissas (BECK, 2011). Para o autor:

[...] Quando as ciências e as disciplinas especializadas adotam e iluminam as bases, as conseqüências e os erros umas das outras, a mesma coisa acontece com a racionalidade especializada, que a cientificação simples realiza com a racionalidade leiga. Estas falhas tornam-se discerníveis, questionáveis, capazes de arranjos e rearranjos. A questão ecológica penetra em todos os campos ocupacionais e se faz sentir em controvérsias substantivas em relação aos métodos, procedimentos de avaliação, normas, planos e rotinas. Seja como for, a existência de divisões ecológicas nos grupos ocupacionais torna-se um indicador e um critério essenciais da estabilidade da sociedade industrial clássica (BECK, 1997, p. 64).

Ao abordar as concepções de mudanças mundiais, no âmbito social, científico e ecológico, Beck (1997, 2011) evidencia que a dúvida/incerteza entra no jogo científico e a ciência, antes inquestionável, passa a se autoquestionar, colocando em xeque seu objetivo de verdade e esclarecimento absoluto. Esse choque, entre tradição e modernidade, leigos e especialistas, sinaliza a fase em que ciência se depara com um espaço público e uma práxis resistente, ancoradas nas suas evidências exitosas, em busca de estratégias para proteção de suas crenças “inabaláveis” de progresso científico (BECK, 2011).

No que diz respeito à cientificização reflexiva, Beck (2011, p. 237 – 238) afirma a existência de um alto grau de ambivalência, devido a chance e emancipação da práxis social vinculada à ciência e por meio dela, condição que, por outro lado, isenta os posicionamentos devotados “[...] e ideologias socialmente válidas contra pretensões científicas de esclarecimento e abre as portas para uma feudalização da práxis científica de aquisição de conhecimento por meio de interesses econômicos-políticos e de novas forças religiosas”. O autor ainda reforça que o papel social da ciência oscila entre início e fim das possibilidades de agência, com as influências externas, contraditórias e incertas que fomentam os conflitos no interior dos campos profissionais.

Logo, a ciência também passa a ser construtora de tabus, no mundo social, produzindo reflexivamente, perante aos distintos contextos, riscos diversos e efeitos colaterais problemáticos, ou seja, a cientificização de

protesto contra ela mesma. Tal protesto, reflete no surgimento de argumentos contraditórios que são colocados em xeque contra si próprios, na ultra especialização do trabalho científico, bem como na marginalização de algumas ciências “[...] submetidas a um teste de politização de dimensões até então desconhecidas” (BECK, 2011, p. 242).

Diante disso, a ambiguidade presente na modernidade reflexiva é evidenciada. A expansão do acesso ao conhecimento no conjunto, ciência, práxis e senso comum, ocasiona o desenvolvimento de novos instrumentos teórico-metodológicos, além de uma espécie de anticientificização, que conforme Beck (2011, p. 243) apesar das contradições existentes, esse processo reflexivo da ciência é contínuo e destradicionalizado.

Considerando as dinâmicas sociais difusas, além da modificação científica em escala global, espera-se compreender as disposições do campo científico da política pública de esporte no Brasil frente a tais metamorfoses. Na sequência, será abordada uma diagnose exploratória acerca dos estudos marxistas sobre o EPT no país.

2.1 Uma revisão exploratória dos estudos de linhagem marxista acerca da política pública de esporte no Brasil

A partir do que foi evidenciado a início, sobre a produção científica na modernidade reflexiva, pretende-se esboçar neste tópico uma revisão exploratória dos estudos de linhagem marxista na política pública de esporte no Brasil, com destaque no EPT. Vale ressaltar, que será utilizado como aporte teórico os estudos de Gildo Marçal Brandão (2005, 2007) que discute a estruturação de famílias intelectuais no país.

Brandão (2005, 2007) relata a formação do pensamento social como algo processual repleto de consensos e conflitos, que se conectam e desconectam no decorrer da história. Pondera-se que apesar do contexto político, econômico e os próprios atores envolvidos serem distintos, há um fio condutor que interliga as formas de pensar.

Num quadro como esse em que linhas quebradas escondem ou se superpõem a continuidades subterrâneas, não será surpresa constatar que tais linhas evolutivas, famílias intelectuais ou formas de pensar não são naturais e imediatas. De fato, as conexões e

continuidades entre representantes de uma mesma tendência ou família intelectual não são dadas espontaneamente [...] a fragmentária história brasileira levou a que pensadores começassem várias vezes do zero, ignorando os que antes deles chegaram a diagnósticos parecidos e soluções similares (BRANDÃO, 2007, p. 63).

No âmbito da EF, identifica-se a existência de famílias intelectuais que nos termos de Souza, Oliveira e Marchi Júnior (2018, p. 104) constituem um cordão invisível que “[...] interliga as produções científicas e culturais levadas a rigor sob esse crivo analítico em diferentes contextos e épocas”. Nesse sentido, ao retratar a produção da família intelectual marxista no contexto dos estudos acerca do esporte, os autores sinalizam que existem conexões entre a produção científica crítica e outras produções culturais, ponderando que há um diálogo entre os intelectuais e alguns grupos sociais, justificando-se pela proximidade entre as formas de pensar atrelada aos anseios de transformação social de ambas as partes.

Ainda, com base em Souza, Oliveira e Marchi Júnior (2018), percebe-se a conjectura de um sistema de crenças em torno dessa perspectiva de pensamento, haja vista o grau de segurança ontológica ao qual ela emite, o que pode dificultar a proximidade com a realidade.

Burke (1992) ao retratar o avanço dos estudos históricos, revela que há um movimento de questionamento das bases científicas que emergem sob o olhar estrutural e/ou individual, evidenciando os conflitos em detrimento dos consensos ou vice-versa, se afastando da realidade plural, dinâmica e relacional que permeiam as conjunturas sócio-históricas dos fatos.

Nessa premissa, a releitura teórica/histórica dos fatos se apresenta como uma ferramenta de desenvolvimento científico. Referente a isso, Popper (1980) sinaliza que o critério definidor do status científico de uma teoria é a sua capacidade de ser refutada/testada. Para tal, se faz necessário delinear o problema de demarcação¹⁰, traçando uma linha entre as afirmações de uma referida teoria e colocando-as à prova, considerando, ao mesmo tempo, o grau de autoquestionamento da mesma.

Partindo desse pressuposto, foram selecionadas duas obras, o livro de Kátia Brandão Cavalcanti *“Esporte para todos: um discurso ideológico”*

¹⁰ Critério para definir o caráter científico das teorias (POPPER, 1980).

publicado no ano de 1984 e o livro de Lino Castellani Filho *“Educação Física no Brasil: a história que não se conta”* do ano de 1988, com o propósito de estabelecer um contraponto a alguns estudos acerca do movimento Esporte Para Todos no Brasil. A escolha dos livros justifica-se por estes utilizarem a perspectiva marxista no bojo da EF e do esporte, além de abordarem com imersão o objeto investigado nesse trabalho dissertativo.

Pondera-se que o processo analítico de produções científicas de um período histórico passado, ao qual almeja-se empreender nesse capítulo, não procura emitir olhares presentistas, condição que, nos termos de Pimentel (2000) se configuraria na ratificação do passado e qualificação das lentes teóricas atuais, mas, pelo contrário, busca privilegiar o olhar da cientificização reflexiva que questiona e promove o avanço científico provisório.

2.1.1 Esporte Para Todos: um discurso ideológico

O livro *“Esporte Para Todos: um discurso ideológico”* da autora Kátia Brandão Cavalcanti, publicado em 1984, faz uma análise sociológica sobre o movimento do EPT no Brasil durante a década de 1970. Com o objetivo de investigar e revelar a essência do discurso acerca de tal elemento no país, Cavalcanti (1984), utiliza-se dos conteúdos publicados pelo periódico *Comunidade Esportiva*¹¹ e de documentos internacionais e nacionais relacionados ao EPT.

Nesse sentido, o debate gira em torno de três conceitos chave: esporte, lazer e educação permanente, abordados na condição de produtos do processo de industrialização, considerados pela autora como fenômenos potencializadores do EPT. Para tal, Cavalcanti (1984) organiza seu livro em introdução e mais cinco capítulos: I – os documentos internacionais e as reflexões do Esporte Não-Formal no Brasil; II - perspectiva sociológica do

¹¹ A Revista *Comunidade Esportiva* foi criada na década de 1980 no Rio de Janeiro, como fruto das ações do Movimento Esporte Para Todos na disseminação de conhecimento (BRAMANTE e PINTO, 1991).

esporte; III – a relação lazer e sociedade; IV – visão sociológica da educação permanente; V – análise do discurso sobre o EPT no Brasil; e VI – Conclusões.

No que diz respeito à introdução, são abordadas algumas características do EPT no mundo até sua chegada no Brasil. Cavalcanti (1984) relata que o movimento emergiu na Noruega em 1967, através da campanha TRIMM lançada por Per Hauge-Moe para estimular a prática de atividade física. Ainda no mesmo ano o EPT se espalhou por diversos países, resultando na realização do 1º Encontro Internacional para a discussão do EPT, em Ruit na Alemanha Ocidental, o qual contou com a participação de representantes da Noruega, Suécia, Alemanha e Bélgica. Cavalcanti (1984) aponta que posteriori a realização do referido encontro o EPT se expandiu pela Europa, além de atingir o Canadá e os Estados Unidos da América – EUA.

Com base na autora, a discussão acerca do acesso ao desporto de massa no Brasil começa em 1973, reflexo da participação de Lamartine Pereira da Costa e Otávio Teixeira na Jornada Internacional sobre Estudo do Esporte em Buenos Aires, na Argentina, além de citar que o Diagnóstico de 1971 reorganizou e redirecionou o esporte no país. Logo, percebe-se que prevalece uma visão estrutural onde os agentes e o aparato institucional são supervalorizados, desconsiderando as possíveis influências das práticas esportivas desenvolvidas/vivenciadas pela população naquela época, que podem ter refletido – ou não – na estruturação da concepção Não-Formal do esporte.

No âmbito do desenvolvimento do EPT, Cavalcanti (1984) reforça os elementos institucionais relatando que campanhas e marcos legais foram cruciais, citando a Campanha Mexa-se da Rede Globo de Televisão (1975), a Lei nº 6.251 de 1975 e o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (1976). Além disso, pontua que a estrutura administrativa responsável pela implementação do EPT, no ano de 1977, foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) do Departamento de Educação Física e Desporto (DED) do Ministério de Educação, tais setores realizaram vários eventos nacionais para a organização e lançamento da campanha. Assim, o EPT durou 2 anos encerrando-se em 1978, envolveu 2.772 municípios na época, 9.7 milhões de pessoas participaram dos eventos, com 10.458 mil voluntários (CAVALCANTI, 1984).

Através das características do Movimento apresentadas por Cavalcanti (1984), percebe-se que apesar de ser um Programa Nacional, o mesmo possuía um aspecto local, utilizando-se de dois métodos: 1) atividades locais ocorriam com frequência e eram agregada as ações; 2) atividades nacionais se desenvolviam com espaçamento de tempo significativo e possuíam obrigatoriedade, a exemplo das Ruas de Lazer, os passeios ciclísticos e etc.

Nessa lógica, evidencia-se que em um contexto de Governo Militar, de aspecto centralizador e autoritário – conforme relata maior parte dos escritos – existiam ações de cunho descentralizado no processo de implementação do EPT, que não são consideradas de forma relacional nas análises de Cavalcanti (1984). Vale ressaltar que de acordo com Canan (2018), durante esse período foi introduzido ao contexto da gestão, instrumentos de organização tecnocrática como, ordenamento legal regulatório, planos, normas e diretrizes. Logo, emergiu um novo olhar para a organização política institucional, ocasionando a realização de ações que convergiam com a percepção autoritária/centralizadora que predominava no Governo Militar.

Ao abordar os princípios e finalidades sociais do EPT, Cavalcanti (1984, p. 16) afirma que com a abrangência e destaque do Movimento em escala mundial, estes “[...] ou são colocados como irrelevantes ou são ocultados propositalmente, ao se deslocar o foco da reflexão para os meios – a socialização – evitando assim o questionamento das relações entre esporte e sociedade”. Fica evidente que na concepção da autora o esporte era visto como meio de manter os indivíduos distantes de questões políticas-sociais de grande escala, todavia, não são pontuadas as possíveis potencialidades ofertadas pelo fenômeno analisado.

No primeiro capítulo, os documentos internacionais que influenciaram o delineamento do esporte não formal no país foram observados, sendo eles: a Carta Europeia do Esporte Para Todos (1975), o documento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO Papel da Educação Física e do esporte na formação da juventude na perspectiva da formação permanente (1977) e a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto (1978).

A Carta Europeia do Esporte Para Todos foi elaborada pelo Conselho da Europa em 1975, tinha como objetivo consolidar as ações do esporte não

formal, práticas que já existiam por volta de uma década em diversos países. Cavalcanti (1984) relata que o referido documento foi decisivo para impulsionar as políticas nacionais de Educação Física e esporte, bem como ampliou o campo social para o desenvolvimento da prática de atividade física.

Outro ponto relatado, é que a Carta apresenta cinco deliberações relacionadas as responsabilidades das entidades públicas no desenvolvimento do EPT: 1) sustentação e complementação das ações de ordem privadas que beneficiasse todos; 2) socialização entre grupos sociais distintos; 3) condições exequíveis para a vivência esportiva; 4) financiamento que atenderia os interesses do esporte, sem ser o recurso material o foco; 5) proteção integral do esporte e do atleta, evitando comportamento excessivo e uso do fenômeno como meio de propaganda política (CAVALCANTI, 1984).

Assim, fica evidente que o referido documento abordava, embora que timidamente, a possibilidade de parcerias com as práticas esportivas de ordem privada, e ainda é possível perceber que o mesmo possuía uma concepção de que as vivências esportivas organizadas por grupos e/ou indivíduos sem vínculos governamentais poderiam ser potencializadas, favorecendo a ampliação do acesso a prática esportiva, refletindo na saúde e nas questões culturais daquela época. No entanto, o que é reforçado pela autora são as percepções de que Carta Europeia retratava o esporte como um “[...] instrumento de propaganda política, fator de alienação individual e social e um meio de distrair a atenção das populações dos grandes problemas econômicos e sociais”, afirmando que tal versão do esporte não deveria ser operacionalizada.

Em relação ao documento da UNESCO Papel da Educação Física e do esporte na formação da juventude na perspectiva da formação permanente (1977), a autora afirma que este almejou definir um novo papel para o setor sob a ótica da educação permanente, conceito afeto as necessidades da modernidade emergente naquela época. Vale ressaltar que tal premissa objetivava orientar os indivíduos na sociedade e em sua relação com o meio o qual vivem, e referente ao esporte acreditava-se que este seria indispensável para a formação ética das crianças e adolescentes protegendo-as dos perigos da comercialização frequente, reforçando a visão do esporte como ferramenta de alienação e/ou emancipação (CAVALCANTI, 1984).

Diante das críticas ao esporte, Vianna e Lovisolo (2011) abordam a inclusão social por meio do fenômeno em questão, e pontuam que existem tensões na academia acerca de suas funções, seja como instrumento alienador e emancipatório, ou na concepção de que ele é um fim em si mesmo. Segundo os autores isso impacta diretamente no descaso com a EF escolar, no desenvolvimento do esporte e, até mesmo, com a prática regular de atividade física.

Nesse sentido, é possível observar que ao “abandonar” o olhar positivista, biologista etc., a área desenhou-se para um outro extremo – o da crítica exacerbada –, deixando a EF e, conseqüentemente, o próprio esporte com um “ar negativo”, reflexo da ocultação da ambigüidade presente nas distintas esferas que interferem na consolidação e desenvolvimento do fenômeno.

No que diz respeito à Carta Internacional da Educação Física e do Desporto (1978), esta objetivava desenvolver a EF e o esporte a serviço do progresso humano favorecendo e estimulando os governos e as entidades de terceiro setor a se inspirarem nela. Para efeitos de implementação das ideias propostas na Carta Internacional, Canan (2018) pontua que a mesma é corriqueiramente citada como crucial para a institucionalização do Esporte no mundo.

Em meio a esse emaranhado de deliberações internacionais acerca da estruturação do esporte, percebe-se que o Brasil também foi se organizando institucionalmente para o desenvolvimento da área. Partindo desse pressuposto, Cavalcanti (1984) cita o Plano Nacional de Educação Física e Desporto – PNED (1976), como o documento que introduz a perspectiva de esporte de massa no país, com uma visão voltada para a recreação e a saúde.

Conforme Cavalcanti (1984), o PNED **vislumbrava uma ampliação da prática esportiva comunitária como um movimento espontâneo de participação popular, através da adoção de estratégias de implementação de ações de baixo custo:** campanhas, mobilização e ações voluntárias, ressaltando que o apoio financeiro público era utilizado na fase de orientação e divulgação. Vale ressaltar que a operacionalização do PNED apenas foi delineada em tom de crítica pela autora, desconsiderando outras variáveis em potencial, como, a corresponsabilidade entre os entes federados, descentralização, além da

relação entre planejamento e execução, características a serem consideradas e investigadas sobre o delineamento da gestão pública.

No âmbito da fundamentação teórica, Cavalcanti (1984) apresenta a concepção de que a literatura não se atentava para o esporte como um instrumento político de poder, mas o abordava apoliticamente até 1984. Oliveira (2012, p.156) ao analisar a relação entre esporte e política no Governo Militar, afirma que “[...] é difícil sustentar que o esporte, fenômeno tipicamente moderno, apenas atualizaria aquele impulso humano de dominação”, reduzindo a complexidade que engloba o esporte, a política e as relações socioculturais do jogo “dominantes x dominados”.

É sabido que as mudanças sociais ocorridas no período da Revolução Industrial inferiram na organização e no desenvolvimento das práticas esportivas e de lazer, desde as atividades recreativas e as realizadas no tempo livre para a recuperação da força de trabalho, a ampliação dos meios de comunicação e de transporte que influíram na popularização do fenômeno, potencializando sua importância em escala mundial. Em torno disso, Cavalcanti (1984) afirma que o esporte se estrutura a partir do desenvolvimento das forças produtivas resultas do progresso científico e técnico que reflete também no surgimento de novas modalidades.

Além disso, para Cavalcanti (1984) a estruturação do esporte está entrelaçada com o quadro político global, desde a confrontação entre os indivíduos, a característica revolucionária que não admite barreiras artificiais naturais, raciais e/ou políticas. Haja vista, que no contexto das competições as condicionantes pré-estabelecidas são iguais para todos, rompendo com quaisquer premissas antidemocráticas (CAVALCANTI, 1984). É visível que a autora reconhece as influências e as inter-relações globais na estruturação do esporte, porém enfatiza que todas essas relações ocorrem para atender os interesses das classes dominantes.

Em referência a relação entre esporte e sociedade, Cavalcanti (1984) utiliza de vários autores como Dunning, Brohm, Luschen e Weiss, Cagigal, Snyder e Spreitzer para apresentar a complexa abordagem que demanda o fenômeno investigado, no entanto, seu delineamento é especialmente baseado em Brohm.

Assim, a autora considera ideológica a distinção conceitual entre esporte de massa e esporte de alto rendimento, afirmando que existe uma afinidade estrutural entre eles, e que por meio das diferenças tenta-se ocultar as referidas aproximações. Ademais, o fenômeno é considerado uma “válvula de segurança” que permite compensar as desigualdades sociais pela esperança de ascensão social.

Ao mesmo tempo, Cavalcanti (1984) relata que uma instituição esportiva é caracterizada pelo cruzamento de elementos, econômicos, políticos, culturais e ideológicos, o que nas palavras de Althusser (1980) se caracterizaria como um aparelho ideológico de Estado, com a função de propagar a ideologia de rendimento físico corroborando com os preceitos dominantes. Em meio a esta concepção, Cavalcanti (1984) com base em Brohm (1976), apresenta quatro aspectos que compõem as instituições esportivas: 1) pirâmide: aspecto profissional (econômico), espetáculo (ideológico), estudantil (pedagógico) e militar (político); 2) Dinamicidade repleta de conflitos e contradições; 3) economia; e 4) relações interinstitucionais. Reforçando a concepção que o esporte naquele período era, nas palavras de Cavalcanti (1984, p. 50):

[...]um aparelho massivamente dominante na maioria das sociedades industriais e pós-industriais, ao ponto de tornar-se um instrumento de dominação política [...] o esporte é a forma dominante da educação do corpo, mais ainda, o esporte é um sistema de dominação dos indivíduos através do corpo.

Seguindo essa concepção de esporte como alienador, Cavalcanti (1984) apresenta duas funções sociopolíticas do esporte: as externas – responsáveis pela propagação da nação para o mundo – e as internas – relacionadas com a estabilização do sistema capitalista, manutenção da ordem pública, despolitização da massa e colaboração de classes. Para a autora, as relações Estados-Nação existem, mas se apresentam de forma passiva, com os indivíduos na condição de “marionetes” dentro da sociedade, manipulados/alienados pelo fenômeno esportivo para servir aos caprichos da classe dominante. Tal posicionamento reduz as inter-relações globais apenas à perspectiva mercadológica, desconsiderando outros aspectos sociais que influem nas arenas decisórias. Beck (2011) sinaliza que os indivíduos seguem traçando suas histórias de forma autonomizada do enquadramento classista

ossificado, e passam a adquirir uma realidade própria descolada da referida classificação.

No que diz respeito à relação lazer e sociedade, Cavalcanti (1984) relata que o fenômeno em questão, é o principal meio ideológico de fuga da realidade, reforçada pelo indivíduo consumidor e/ou produtor, que gera modificações nos estilos de vida. Segundo a autora, a proposta de esporte não formal democratizado para ocupação do tempo livre é, sobretudo, uma proposta de antilazer, ou seja, o indivíduo exerce um mínimo de autonomia sobre seu tempo livre tornando-se impotente para se defender do consumismo esportivo. Tensionada pela conexão educação X política, educação X realidade social.

Conforme Giddens (1996a) os agentes são dotados de conhecimentos, e suas escolhas cotidianas são com base neles e no grau de confiança que eles remetem, ação que infere em diversos momentos na autoconfrontação entre indivíduo e estrutura. Giddens (1996b) ainda afirma que em diversos momentos os agentes se afastam e se aproximam das normas e recursos estruturais estrategicamente, é um processo complexo, contínuo e reflexivo.

Beck (2011) ao argumentar acerca da relação da educação dentro desse contexto de modernidade, aponta que os vínculos de classe foram rompidos, dando voz e vez às escolhas individuais dentro do contexto de tomada de decisão. Nesse sentido, há de se considerar as distintas esferas que se autoconfrontam, produzindo deliberações que ocasionam o redesenho educacional.

Em referência à educação permanente, Cavalcanti (1984) argumenta que a mesma surgiu para integrar toda a educação ao sistema econômico da produção industrial e globalizar toda a formação. No contexto dos países subdesenvolvidos emerge como um instrumento de dominação cultural, já no âmbito dos países desenvolvidos estes utilizam-se dos órgãos internacionais para generalizar suas inovações pedagógicas.

Cavalcanti (1984, p. 75) pontua que perante aos tensionamentos e a doutrinação colocada pela educação permanente cada vez mais globalizada, “[...] as decisões do indivíduo são, na realidade, pseudodecisões pessoais”. Contudo, tais modificações são reflexos das mudanças sociais emergentes durante tal período, um exemplo é a própria ampliação do acesso as

informações, bem como pela cientificização reflexiva que se auto aperfeiçoa constantemente. Além disso, tais elementos também impactaram na expansão da prática esportiva, que segundo Cavalcanti distanciou o fenômeno de seus valores.

Na realidade, apesar de Cavalcanti apresentar informações importantes e históricas acerca do EPT, as lentes de análise mobilizadas durante seu estudo, reduzem e limitam o olhar sobre o esporte não formal como instrumento de dominação política durante a década de 1970. Por outro lado, vale ressaltar que o contexto político pode ter sido um terreno fértil para reforçar tais linhas de pensamento que foram se tornando rotinizadas na área.

Nesta perspectiva, é possível que tal rotinização tenha sido reflexo desse contexto político e social, em que a liberdade de expressão científica, social e cultural era limitada, **possivelmente reflexo do período do Governo Militar**. Além disso, o referido período condiz com a ebulição de crises econômicas mundiais, bem como a ampliação do acesso a produção de conhecimento, logo de certa forma, a conjuntura reforçava a identificação individual/coletiva com os pressupostos teóricos marxistas em emergência no país durante a década de 1980. Não obstante, vale ponderar que há uma pluralidade de dados de extrema relevância, porém a limitação do olhar economicista/classista faz com que não tenhamos uma síntese mais realista do desenvolvimento, implementação e impactos do EPT no país. Em momento oportuno procurar-se-á fazer uma leitura alternativa de alguns desses mesmos fatos, mas à luz de uma nova perspectiva teórica.

2.1.2 Educação Física no Brasil: a história que não se conta

O livro *Educação Física no Brasil a história que não se conta*, do autor Lino Castellani Filho publicado em 1988, apresenta os aspectos históricos do desenvolvimento da EF brasileira utilizando-se da perspectiva teórico crítica de análise. Assim como Cavalcanti (1984), Castellani (1988) se ancora na justificativa da ausência de criticidade analítica na EF brasileira, reafirmando que apenas sob as lentes do materialismo histórico dialético se poderia realizar uma análise “realista” do contexto político e social que influenciou os direcionamentos da profissão.

Ademais, o livro se divide em: apresentação, introdução, I – “Lá vem com história”, II – da história que nos é conta da para o revelar de uma outra história e 01 – pra onde caminha essa história. Por meio dessa divisão, o autor apresenta possíveis influências políticas, sociais e institucionais na estruturação da EF no decorrer da história do país, iniciando pelo Brasil Império até o período de redemocratização. As áreas mais sinalizadas são, a militar e a médica (na condição de categoria profissional), além de pontuar as discussões de raça e gênero que permeiam o setor.

Nesse sentido, Castellani (1988) utilizando-se de contribuições de Vieira Cunha (s/d) afirma que o ramo pedagógico da Motricidade Humana é a EF, que busca compreender e explicar a conduta motora humana, que naquele contexto histórico vinha sendo investigada por filósofos e educadores em todo o mundo e sofria uma marginalização no campo teórico brasileiro, apontando que a área era desvalorizada em prol da veiculação alienadora da ideologia dominante (CASTELLANI, 1988).

Paralelo a isso, Castellani (1988) pontua que a concepção classista da Educação fomenta a díade trabalho intelectual x trabalho manual – tão presente naquela época – precisava ser superada, desenvolvendo assim uma nova concepção de EF. Para tal, o autor mobiliza os estudos de Manacorda (1976) e Rouyer (1977), embasados nos escritos de Karl Marx, para justificar a posição contrária a fragmentação das concepções pedagógicas do setor, reforçando a necessidade de uma perspectiva de formação que considere sem separações entre o intelectual, a EF e os avanços tecnológicos.

Por outro lado, são apresentadas três tendências na EF brasileira: a psicopedagogização, biologização e a pedagogia sedimentada na linha histórico crítica ancorada especialmente nos estudos de Dermeval Saviani. Castellani (1988) relata que no âmbito das disputas teóricas existem dois blocos, de um lado a concepção detentora da hegemonia e de outro uma força emergente atrelada a uma prática profissional transformadora. Partindo desse pressuposto, com o objetivo de estruturar esse novo olhar para a área durante o período, Castellani relata que:

[...] passamos a considerar que para descrevermos com propriedade a Educação Física, teríamos que despi-la das vestes por ela até então trajada (descaracterizá-la, portanto), pretendendo-se, com o

gesto de desnudá-la, desvendarmos e passarmos a entender a personagem por ela representada no cenário educacional armado no palco social brasileiro. Assim., ao vê-la nua, poderíamos resgatá-la em sua dimensão histórica, nela objetivando-se encontrar a sua identidade (CASTELLANI, 1988, p. 23).

Vale ponderar que para Castellani (1988) a EF na sociedade exercia diversos papéis, acarretando para sua prática significados próprios de cada período histórico. Logo percebe-se que as regras ditadas se modificam constantemente, porém não apenas por meio de uma vertente estrutural, mas partir de um movimento inter-relacional entre agente e estrutura. Todavia, tal premissa é desconsiderada pelo autor que enfatiza a EF como instrumento ideológico alienador e alienante.

Ao tratar do período do Brasil Império, Castellani (1988) afirma que houve uma relação entre a criação e estruturação das instituições militares e o desenvolvimento da EF brasileira, por meio da Escola Militar criada em 4 de dezembro de 1810. Porém, a concepção de EF como educativa não era considerada nos espaços de prática esportiva e devido a atitudes descontroladas dos jogadores “[...] as Classes armadas, num gesto de grande visão patriótica, iniciaram modestamente o seu fecundo e honesto núcleo de trabalho e catequese – a Escola de Educação Física do Exército” (CASTELLANI, 1988, p. 27).

Castellani (1988) relata que as instituições militares foram umas das principais na potencialização da filosofia positivista no Brasil. Nesse sentido, para o autor a perspectiva positiva era uma ferramenta que naquela conjuntura correspondia com os ideários de uma nação em potencial desenvolvimento, onde “ordem e progresso” sinônimos de “segurança e desenvolvimento”, se apresentavam necessárias para a superação dos problemas existentes.

[...] marcadas pela influência das instituições militares – contaminadas pelos princípios positivistas e uma das que chamaram para a si a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da ordem social, quesito básico à obtenção do almejado Progresso – a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo forte, saudável, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país (CASTELLANI, 1988, p. 30).

Vale ressaltar que a relação entre EF e saúde corporal também foi explorada pelos médicos, de princípio social e higienista, que conforme Castellani (1988) utilizaram como meio para ditar regras na nova sociedade, redefinindo os padrões corporais, morais e intelectuais dos indivíduos. Assim, Castellani (1988, p. 33) afirma que ao “[...] criar o corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente [...] acabou contribuindo para que este corpo, eleito representante de uma raça”, reforçando preconceitos sociais e raciais, colocando a burguesia branca em posição dominante.

O autor ainda relata que havia a concepção de que a Arte e a EF não contribuía com o intelecto e não eram consideradas ciência pelos positivistas, mas apesar destes menosprezarem as atividades físicas, usufruíam da área para disciplinar os corpos em busca do progresso. No que diz respeito a relação da EF com o meio científico, esta ocorre pela ciência da saúde, no âmbito da fisiologia e psicologia (CASTELLANI, 1988).

Com essa concepção de saúde corporal a EF no âmbito das Classes educacionais, foi vinculada ao trabalho manual em detrimento do intelectual, desvalorizando as ações, em especial as relacionadas a concepção de trabalho, como a atividade física. Ainda, com os conflitos fomentados pelo choque entre corpo x mente, no âmbito das questões de gênero a Educação Física era mais aceita pelos meninos, haja vista o ideário militar e as questões de gênero (CASTELLANI, 1988). De acordo com o autor:

Destinava-se, portanto, à Educação Física, nessa questão da eugenia da raça, um papel preponderante. O raciocínio era simples: mulheres fortes e sadias, teriam mais condições de gerarem filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres (CASTELLANI, 1988, p. 43).

A presente constatação é reforçada pelo autor e apresentada como reflexo da modernização da sociedade brasileira que deixa de ser agrícola-rural e passa a ser urbana-comercial. Pondera-se que a adoção de novas perspectivas no cenário brasileiro é abordada como instrumento de fortalecimento da classe dominante e da ordem social vigente, emitindo uma conotação negativa acerca das mudanças na organização da sociedade apesar

do reconhecimento da existência de tais modificações. Como pode ser observado no trecho abaixo:

[..] na perspectiva de elaboração do espectro de modernização da sociedade brasileira. Em um determinado instante, refere-se ao preço pago pela maioria da população pela modernização que se configurava, na fase republicana [...] a sociedade brasileira continua a modernizar-se, mas a um preço muito alto, pesadamente pago pela maioria da população excluída de tais benefícios por viver no campo (CASTELLANI, 1988, p. 54).

Os “benefícios” citados pelo autor estão atrelados às condições de trabalho, isolamento intensificado pelo coronelismo. Por outro lado, no âmbito educacional surge o analfabetismo como desafio para a modernização, intensificada pela distinção na formação entre as classes.

Nesse sentido, não apenas as questões de gênero passam a ser consideradas, haja vista que com a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, Castellani (1988), relata que são emitidas novas perspectivas sob a ótica da eugeniação da raça, como, a premissa de Segurança Nacional considerando os perigos internos (a exemplo da “intentona comunista¹²”, dentre outros) e os perigos externos (conflitos mundiais, cenário político-econômico global etc.). Intensificando, nesse sentido, a relação entre moralidade e fortalecimento do físico, com os ideais de defesa da nação.

No período pós Segunda Guerra Mundial, a prática esportiva começou a ser utilizada nos espaços fabris, como forma de socialização entre os funcionários, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Para Castellani (1988), a referida prática se configurava como estratégia de controle/fiscalização dos trabalhadores fora do ambiente fabril, voltada para o atendimento dos interesses da classe dominante potencializando assim a capacidade produtiva dos funcionários. No que se refere ao período do Estado Novo, Castellani (1988) relata que:

[...] Ingênuo seria pensar que documentos legais promulgados naqueles tempos não trouxessem, enraizados em si, profundas cicatrizes do autoritarismo que permeou todos aqueles anos. Mais

¹² Intentona militar, foi o “Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa “intento louco, plano insensato”. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores” (ABREU, s/d).

intrigante ainda é saber que os novos documentos legais que se sucederam aqueles, na direção dos destinos da Educação Física e do Esporte no Brasil, em pouco ou em quase nada alteraram a política traçada pelos seus ancestrais (CASTELLANI, 1988, p. 78).

Na esfera educacional, o autor afirma que as Leis 5540/1968 e 5692/1971 relacionaram a formação escolar como meio mecânico para a qualificação técnico-profissional, utilizando-se de Teorias Acríticas de Filosofia da Educação. Paralelo a isso, Castellani acrescenta que no contexto da EF, ocorreu uma continuidade de percepção, com foco nos aspectos físicos, todavia as leis citadas acima reforçaram “[...] o caráter instrumental, caráter esse que [...] veio a configurar-se no zelar, enfaticamente, pela preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, buscando [...] assegurar ao ímpeto desenvolvimentista” (CASTELLANI, 1988, p. 83).

Ademais o Parecer nº 853/1971 e a Resolução nº 8/1971 do Conselho Federal de Educação sinalados por Castellani (1988), apontam uma concepção de fazer prático que desconsidera veementemente a teoria (prática pela prática). E ainda, perante aos problemas de ordem Epistemológica, como a ausência de um corpo e sistematização de conhecimentos, configurando-se apenas no fazer prático, a EF enraizou-se numa compreensão de saúde de ordem biofisiológica, distanciando-se da concepção de saúde social da Organização Mundial da Saúde – OMS (CASTELLANI, 1988).

No entanto, tal delineamento de modificação de concepção epistemológica da área ocorrida durante esse período, encaminhou a EF para um outro extremo o da teorização em busca de transformação social, o que resultou na descaracterização profissional e a perduração da ausência de um corpo de conhecimento, objeto de estudo etc. (TANI, 1996; SOUZA, 2019).

Ao observar a Lei 6251/1975, Castellani (1988) emite uma análise como se ela tivesse abarcado apenas a performance e a aptidão física. O que talvez possa ter ocorrido devido uma extração de um trecho da lei, para ser utilizado como instrumento que reforça/defende as hipóteses e argumento dos pesquisadores, sem um olhar mais ampliado sobre o documento.

Outro ponto perceptível no livro é a crítica as parcerias público-privadas no desenvolvimento do esporte, no entanto, fica nítido que pouco se analisa de que forma tal parceria foi desenvolvida, e já é emitido um olhar negativo sobre

ela, de forma incipiente e apenas com o argumento de que era o meio de preparação física dos trabalhadores refletindo na potencialização da produção, bem como um instrumento de alienação, para que os funcionários canalizassem suas energias e se esquecessem dos problemas de ordem social, trabalhista etc.

Ademais, durante o texto é reforçado que a EF contribuiu para a premissa da “segurança e desenvolvimento” que corroboravam diretamente com os ideais cívicos e militares tão presentes no governo militar (1964-1985). Castellani (1988) também pontua o esporte como instrumento de canalização emoções e relata que o slogan utilizado em 1970 “[...]noventa milhões em ação, pra frente Brasil, salve a Seleção!” deixa em voga apologias a questões cívicas e patriotas no sentido de repressão e alienação.

A propaganda é um importante meio utilizado para divulgação de ações e realizações, segundo Oliveira (2012, p. 162), “[...] é um dos grandes motores da política, explodindo o seu uso em regimes autoritários ou totalitários” e ainda acrescenta que com a vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo do México em 1970 a propagação contínua não era utilizada apenas para acalmar os ditos “revolucionários”, mas também para criar um sentimento nacionalista e inserir o país na arena internacional. Potencializado pela percepção do esporte como vitrine para garantia de prestígio e parcerias internacionais.

Além disso, explicitando a entrada da EF no ensino superior, Castellani (1988) afirma que tal acontecimento visava atender as ações propostas pela ordem política vigente, no sentido de servir como controle de possíveis riscos em potencial que poderiam colocar em xeque o modelo societário eminente.

Ao abordar o Movimento Esporte Para Todos – EPT, Castellani (1988) apresenta a mesma análise emitida aos elementos anteriores, que a Campanha foi um instrumento de alienação para induzir o pensamento de que apesar do desenvolvimento econômico os aspectos sociais estavam sendo considerados. E ainda relatou que:

[...] a falácia de seu pressuposto básico (melhoria da qualidade de vida dos brasileiros), somada ao discurso da quantidade com prejuízo da qualidade, conduzindo a uma prática mantenedora de desigualdades através das diferentes oportunidades, (vinha) sendo alvo de críticas por parte de estudiosos do assunto. Tais críticas traduzem a certeza do desvelamento da intenção intrínseca ao

discurso e prática do EPT de mascarar a característica classista da estrutura social brasileira (CASTELLANI, 1988, p. 92).

Durante a breve explanação acerca do EPT não foi explicitado as relações internacionais, muito menos as práticas esportivas extragovernamentais existentes que possivelmente potencializaram o desenvolvimento do esporte Não-Formal no Brasil. Por outro lado, ao citar os agentes envolvidos no processo de implantação e implementação das ações, nem ao menos os nomes são citados.

Em um outro momento do livro aparece a menção ao EPT, como uma ação apolítica, Castellani (1988), cita as passeatas e os passeios a pé como duas atividades do programa e questiona por que as mesmas recebiam investimentos governamentais e destaque nos meios de comunicação, enquanto as passeadas de cunho político eram reprimidas. Obviamente que existem diferenças entre as ações esportivas do EPT e as manifestações populares, os objetivos são distintos, sem contar que o contexto da década de 1970 era de um Governo Militar que continha uma certa repressão aos movimentos sociais.

Ademais, Castellani (1988) realizou algumas entrevistas com alguns professores de EF da época investigada, sendo eles: Prof. Alberto La Torre de Faria, Prof. Vinicius Ruas Ferreira da Silva, Profa. Maria Lenk, Prof. Jarbas Gonçalves e o Prof. Moacir Daiuto. Os entrevistados relataram suas trajetórias pessoais/profissionais correlacionando com o período político-social do país. Vale destacar, que nenhum dos professores citaram o EPT durante suas entrevistas, porém pontuaram veementemente os episódios repressivos do período do Governo Militar.

2.1.3 A história que (não) se conta e o Esporte Para Todos

Ao realizar a análise das duas obras foi possível verificar que apesar dos autores pertencerem a uma mesma linhagem teórica, existem aproximações e distanciamentos em suas argumentações. Vale ressaltar que Castellani (1988) investiga um maior recorte temporal tendo como objeto a história da estruturação da EF e do esporte no Brasil. Em contrapartida, Cavalcanti investiga especialmente o Movimento Esporte Para Todos.

Salienta-se que o período em que os livros foram publicados condiz com a redemocratização do país, em que estava em evidência formas distintas de pensar, devido os 21 anos de Governo Militar e a ampliação do acesso ao conhecimento. Na área da EF e do esporte isso acabou por intensificar as polarizações, de um lado um olhar mais biológico atrelado à saúde (considerado positivo/apolítico), do outro a busca por transformação social (considerado crítico).

Acerca da conjuntura científica, autores marxistas, enfatizam que existem visões de mundo em toda perspectiva epistemológica, sob a premissa da disputa por hegemonia nas relações sociais ancoradas em cada momento histórico (GORENDER, 2003; CORRÊA, 2007; DAS NEVES PEDRUZZI et al, 2014). Logo, baseado na teoria marxista o conhecimento é utilizado politicamente a favor dos interesses dominantes, o que soa contraditório a partir do que foi apresentado por Cavalcanti (1984) e Castellani (1988). Haja vista que os autores afirmam que a produção de conhecimento sobre a EF, o esporte e o EPT, foi desenvolvida apoliticamente até a década de 1980.

Outro ponto observado é que independente do objeto e seus desdobramentos na sociedade brasileira, as considerações de ambos os autores são de que o esporte é um instrumento de alienação e que foi bastante mobilizado pelo Governo Militar com a intenção de controlar os indivíduos para manter a ordem e sanar possíveis revoltas. Por outro lado, fica-se a impressão de que os dados não são suficientes para sustentar tal argumentação, tendo em vista que a métrica utilizada ignora diversos fatores que influenciam no delineamento das políticas, como por exemplo, as influências globais que apesar de serem citadas são reconhecidas apenas com um olhar mercadológico, de que foram estratégias de adequação ao que estava acontecendo no mundo como meio para atender os interesses das classes dominantes, desconsiderando outras esferas cosmopolitas que foram cruciais para o desenvolvimento do esporte no país.

Além disso, em diversos trechos Cavalcanti (1984) deixa implícito que o EPT ocorreu de forma descentralizada, com responsabilidades e ações participativas em pleno período do Governo Militar, tais características se enquadram em um perfil político que colide com o perfil vigente na época citada, como pode ser observada nos excertos abaixo:

[...] A primeira orientação proposta foi a definição de dois tipos de programa: um nacional e outro local. O programa nacional deveria ser constituído por promoções simultâneas de uma única atividade, num mesmo dia, período ou fim de semana, pois era considerado que, nestes eventos de impacto em âmbito nacional, residiriam a força da campanha [...] o programa local visava aumentar o número de praticantes nos esportes já conhecidos ou em outras atividades a serem introduzidas [...] Considerando um movimento de massa como um movimento de participação comunitária, o PNED estabeleceu que o apoio financeiro do governo deveria ser localizado nos meios de orientação e de divulgação, sempre em condições de baixo custo (CAVALCANTI, 1984, p. 18 – 30).

A autora não apresenta indícios dos possíveis fatores que influenciaram o Governo Militar a utilizarem o método da descentralização e de estratégias de baixo custo na implementação das ações do Movimento. No geral ela apresenta o uso do EPT como ferramenta da redução da autonomia do sujeito nas decisões acerca do seu lazer, além de ser **um instrumento utilizado** pelo governo para manter a ordem social vigente.

Ademais, Cavalcanti (1984, p. 15) reconheceu Lamartine Pereira da Costa e Otávio Teixeira como peças importantes para a estruturação do esporte não formal no país, destacando que a participação desses agentes nas *Jornadas Internacionales de Estudio sobre el Deporte* em Buenos Aires, em 1973, reafirmou o envolvimento do país com o Movimento. Por outro lado, foi possível perceber que ao citar os agentes envolvidos na estruturação do EPT, Castellani (1988) não descreve os nomes dos mesmos, evidenciado nos trechos abaixo:

Segundo nosso entender a FBApef ressurgiu em 1984, graças aos esforços – nem um pouco desinteressados – daqueles que circulavam em torno do Esporte Para Todos, EPT, esforços dependidos face à necessidade que tinham e pela possibilidade que viam, de fazer da Federação e das Apefs canais valiosíssimos de propagação dos ideais inerentes ao EPT.[...] Ainda com relação ao episódio do seu ressurgir, lembramos que, quando os convidados pela subsecretaria de Esporte Para Todos, da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura – SUEPT/SEED/MEC – foram chamados a discutir a questão (primeiro em Mogi das Cruzes/SP, lá sendo definido o Congresso do EPT em Belo Horizonte/MG como o fórum ideal para a legitimação da idéia), a maioria dos ali presentes, representantes das Apefs, explicitou um posicionamento personificado e não aquele outro amadurecido em debates com seus representados, pois tais debates... não existiram (CASTELLANI, 1988, p. 166 -167).

No campo da Epistemologia, sob a ótica *kuhniana* a invisibilização é uma forma de manter a circularidade de paradigmas na condição de ciência normal (KUHN, 1962). No debate epistemológico ainda existe a perspectiva de argumentação *ad hominem* em que as colocações são rejeitadas por conta de o lugar de fala ser oposto as formas de pensar hegemônicas (FEYERABEND, 2007). Por outro lado, a Ciência Política considera a invisibilização como uma estratégia utilizada para silenciar os ditos “adversários” (CAPELLA, 2002).

Vale ressaltar que a linhagem marxista perdura com seus argumentos de que o Esporte Para Todos era utilizado como instrumento de “alienação” pela classe dominante durante o período do Governo Militar, a exemplo: Mascarenhas (2005, p. 100) afirma que “[...] o direito ao esporte e o direito ao lazer apresentavam-se como importante instrumento de controle e garantia da chamada paz social, além de começar a forjar novos hábitos de consumo entre os adeptos desta campanha”. Na mesma linha de pensamento, Veronez (2005, p. 249) também apresenta o EPT como “[...] um espaço de contestação, não apenas ao esporte de alto rendimento, mas também aos próprios princípios por ele divulgados [...] que foi considerado um aparelho ideológico do Estado para manipular consciências”.

No contexto dos pós-críticos, Bracht (2005) também corrobora com essa perspectiva do uso do Movimento como instrumento de controle social. O autor reitera que a indústria cultural se apropriou das concepções do esporte não formal para a reprodução do capital em escala mundial.

Apesar de não ser o objetivo do referido capítulo, salienta-se que no bojo do campo científico brasileiro, também foi desenvolvida uma outra perspectiva analítica sobre o EPT, aquela em que a história é contada pelo olhar da atividade física e saúde. Saba (2003, p. 84) ao apresentar o EPT como uma campanha de massificação da prática física, afirma que:

A atividade física aparecia como um meio de reduzir as pressões características da prática física competitiva, buscando o acesso universal a prática do exercício físico bem orientado e envolvendo, além dos aspectos estritamente corporais, as vertentes culturais, sociais, de saúde e de educação física permanente.

De forma bem embrionária, pode-se afirmar que nessa esfera de análise, é reproduzido o embate científico (e político) **travado** no campo da Educação Física brasileira, entre a área sociocultural e a biológica. Ademais, ao observar

os distintos olhares científicos sobre o EPT, percebe-se que existe um fenômeno concreto acontecendo (ou que já aconteceu), no caso o EPT, e sobre ele afirmações e percepções são filtradas conforme as lentes analíticas utilizadas.

A revisão exploratória aqui empreendida sinaliza que foi – e de certa forma ainda é – realizada uma apropriação ideológica e conveniente nas análises do EPT no Brasil. Nesse sentido, acerca das tradições que perduram na produção científica Feyerabend (1977, p. 21-22), levanta alguns questionamentos que se enquadra nas percepções identificadas durante o presente trabalho:

É possível, assim, criar uma tradição que se mantém una, ou intacta, graças à observância de regras estritas, e que, até certo ponto, alcança êxito. Mas será desejável dar apoio a essa tradição, em detrimento de tudo mais? Devemos conceder-lhe direitos exclusivos de manipular o conhecimento, de tal modo que quaisquer resultados obtidos por outros métodos sejam, de imediato, ignorados?

Pondera-se que acerca do período investigado, Oliveira (2012) relata que o Brasil “derrubou” as comportas nacionais e se abriu para o globo, em diversas esferas, educação universalizada, fortalecimento da sociedade civil, além da estruturação do setor esportivo, são exemplos de que apesar do nacionalismo e autoritarismo tão presente no Governo Militar, percebe-se ocorreram importantes avanços, no setor em questão, na década de 1970. Em termos gerais, o que se observa acerca das mudanças em emergência naquele momento histórico é a amplitude, haja vista que:

[...] é não-seletivo, global, não conhece nenhuma das distinções que o nosso mundo tem até agora construído: comunistas e capitalistas, mulheres e homens, pobres e ricos, oposições entre culturas, nações e blocos militares. Seu universalismo e utiliza de uma mistura peculiar de natureza e sociedade – a contaminação – e seu regime prossegue de modo que todos os nossos conceitos de poder - ação, direção, decisão – colapsam (BECK, 1987, p. 158).

Partindo desses pressupostos é possível desconsiderar a ambiguidade que permeia o delineamento dos processos políticos? É viável ignorar que a sociedade brasileira também estava concatenada com a modernidade-mundo atuando de forma extragovernamental? Até que ponto frente as ações do EPT esses indivíduos eram passivos?

Os questionamentos levantados à cima, se referem as percepções identificadas no decorrer da análise dos livros. Caso, as inquietações citadas tenham sustentação empírica – é válido ressaltar que estas serão postas à prova no capítulo seguinte – por que tais formas de pensar, que ignoram a dinamicidade presente na dualidade inter-relacional, foram rotinizadas no âmbito da EF e do esporte no país?

Nesse exercício de autoquestionamento e autoconfrontação, espera-se analisar o Movimento Esporte Para Todos no Brasil sob a ótica da Teoria da Modernização Reflexiva, de forma cosmopolita e relacional.

CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COM BASE NA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA

O presente capítulo aborda os aspectos de difusão do EPT no cenário mundial desde o final da década de 1950, sinalizando as possíveis relações cosmopolitas que permearam o referido processo. Além disso, será

evidenciado o delineamento do esporte não formal no Brasil nos anos de 1970, considerando as possíveis influências internacionais, as mudanças nos estilos de vida e no fazer político, que talvez represente uma preparação institucional para a implementação do EPT no país.

Em seguida, foi realizada uma análise do desenvolvimento do EPT brasileiro sob a ótica da TMR, considerando seus aspectos institucionais em perspectiva relacional, de modo a abordar algumas das dinâmicas presentes no tecido social relacionando-as com o período político do Governo Militar em que o país vivia naquela época. Nessa frente, busca-se também lançar olhar alternativo sobre algumas perspectivas presentes no campo da Educação Física que discutiram o EPT, tal como argumentado no capítulo anterior.

3.1 O Esporte Para Todos no cenário mundial

Na Alemanha em 1959, como iniciativa para a promoção de atividades esportivas de massa, a Federação Alemã de Esportes implementou a Campanha *Zweiter Weg* (Segunda Via). Hardman (2002) afirma que tal ação tinha como objetivo promover a prática esportiva popular de forma complementar as de cunho competitivo ofertadas nos clubes, atendendo as demandas recreativas e de lazer em emergência no período. O autor ainda relata que a referida campanha precedeu e influenciou o delineamento do EPT na Noruega em 1967.

O programa norueguês foi fundado pelo professor de Educação Física Per Hauge-Moe, sendo planejado para 15 anos de duração e recebeu o nome de *TRIM*, em alusão à prática lúdica e não formal do esporte, nos momentos de lazer (VALENTE, 1996; PAZIN, 2014). O *TRIM* obteve apoio dos meios de comunicação, o que, conforme Valente (1996), inferiu na ampliação do programa, haja vista que ele foi vendido para 500 clubes esportivos, alcançando 20 distritos e consecutivamente se espalhando por todo o país.

Posteriormente, o EPT se difundiu em diversos países. Na Alemanha ganhou a denominação de *Trimm dich durch Sport* em 1970, porém, vários países aderiram à proposta continuamente, utilizando-se de nomenclaturas distintas, a saber: *Contamos Contigo* (Espanha), *Life Be In It* (Austrália), *Sport Pour Tour* (França), *Participaction* (Canadá), *Physical Fitness and Sports*

(Estados Unidos), *Fit-aktion* (Áustria), *Deporte Por Todos* (Chile, Argentina e maioria dos países Sul-americanos), *Esporte Para Todos* (Brasil e Portugal), dentre outros. Apesar da diversidade nominal, a essência do programa era similar, tendo em vista a promoção de atividades esportivas e recreativas nos momentos de lazer (HARDMAN, 2002).

Palm (1977) pontua que o desenvolvimento tecnológico e comercial estava interferindo na redução da prática de atividade física, o que conseqüentemente refletia na saúde e qualidade de vida da população. Por esses motivos foram adotadas estratégias para o fomento de atividades esportivas não formais, com o intuito de incentivar a prática esportiva popular. Nesse sentido, Zorba (2012) afirma que o EPT se configurou como um dos fenômenos socioculturais mais importantes na segunda metade do século XX. O autor ainda enfatiza que as transformações na organização socioeconômica do pós-Segunda Guerra ditaram um novo ritmo e influenciaram no delineamento de ações de lazer para a população em vários países.

Apesar das justificativas constantes apresentadas pela literatura para o desenvolvimento do esporte não formal, percebe-se que as modificações citadas são plurais e não uma mera reação às ocorrências capitalistas. Ao contrário, configuram-se como processos contínuos e reflexivos relacionados às transformações nas concepções de sociedade e de estilos de vida.

Durante a década de 1970 foram elaborados e aprovados vários documentos de órgãos internacionais como, União Europeia, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, que potencializaram o ideário do esporte não formal, com destaque para o EPT.

A Carta Europeia de Desporto Para Todos elaborada em 1972, trazia a concepção de que o esporte deveria ser ofertado para todas as pessoas de forma regular e abrangente, para que pudesse contribuir não apenas nas questões da saúde, mas também para o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos.

Por outro lado, a Carta Internacional de Educação Física e do Esporte da UNESCO de 1978, além de abranger o esporte não formal e o EPT, apresentou um olhar mais amplo sobre a EF e as diversas características do esporte, abarcando recursos humanos, infraestrutura, bem como os meios de divulgação movidos pelo objetivo de expandir a prática esportiva.

A Carta da UNESCO (1978) em seu Artigo 10º enfatiza que, “a cooperação internacional é um pré-requisito para a promoção equilibrada da educação física e do desporto”. Isto posto, apesar do movimento surgir como contraponto ao esporte de alto rendimento, percebe-se o desenho de uma nova lógica política, que para Beck (2018, p. 215) “[...] se desvia da lógica nacional do amigo-inimigo para a lógica cosmopolita da cooperação”. Tal dinâmica também estava sendo delineada no âmbito da EF e do esporte.

Melo (2015) apresenta os referidos documentos como novas estratégias para readequar as transformações sociais da década de 1970 ao projeto dominante de acumulação do capital e controle da crise, utilizando-se assim, do esporte, da Educação Física e do lazer. Contudo, torna-se perceptível que os variados organismos internacionais, serviram como atores cruciais no metajogo global, tendo em vista que ao mesmo tempo que obedecem, eles também alteram às regras (BECK, 2018).

Giddens (2002) sinaliza que as referidas instituições mundiais, apesar de serem consideradas falhas em algumas de suas mediações, foram fundamentais para a reorganização global a partir do final do século XX. O autor ainda reconhece que a intensificação da comunicação mundial, constituiu um sistema global de interligação entre os Estados no delineamento de suas políticas e ações, considerando os órgãos internacionais como importantes precursores dessa modernidade-mundo.

A UNESCO e a União Europeia atuaram – e em partes ainda atuam – na reinvenção da política mundial, de forma que emergem em sentido duplicado: “[...] de um lado, direitos estabelecidos e assim percebidos reduzem as margens de manobra no sistema político e fazem com que surjam fora do sistema político demandas por participação política sob a forma de uma nova cultura política” (BECK, 2011, p. 278), ou seja, a subpolítica. Giddens (1997) afirma que as modificações cotidianas no seio social ocorrem no âmbito da subpolítica e que, com a globalização intensificada, os espaços locais de ação são esvaziados, requerendo e ocasionando o aumento contínuo da reflexividade institucional.

Nestes termos, pode-se considerar a possibilidade de a representatividade dessas instituições globais ter contribuído para a expansão do EPT pelo globo. Vale ressaltar que apesar de possuir um tronco comum, tal

ocorrência não se configurou como um “Ctrl C”, “Ctrl V”, afinal o referido movimento se desenhou considerando os aspectos nacionais, regionais e locais dos países. Por esse ângulo, percebe-se que as instituições da segunda modernidade possuem a capacidade de conectar o global com o local interferindo no cotidiano social, condição que para sociedades tradicionais seria um sistema impensável (GIDDENS, 2002). Na perspectiva *giddensiana*, pode-se dizer que:

[...] Num mundo globalizante, em que informação e imagens são rotineiramente transmitidas através do mundo, estamos todos regularmente em contato com outros que pensam, e vivem, de maneira diferente de nós [...] A globalização não diz respeito apenas ao que está lá fora, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá aqui dentro, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas (GIDDENS, 2007, p. 16 -22).

Além disso, a própria emergência da *Trim and Fitness International Sport for All Association* (TAFISA) também contribuiu para a ampliação do debate e da cooperação internacional para o fortalecimento da perspectiva comunitária do esporte, alcançando um outro patamar de capilarização do EPT pelo mundo, além de imputar novos embates referente ao trato institucional com o esporte de alto nível (TAFISA, 2011).

Neste ínterim, através das variadas ações internacionais de fortalecimento de uma nova perspectiva para o esporte, muitas atividades foram criadas e reinventadas em diversas partes do globo, por meio das parcerias entre as nações, os governos e as organizações locais. Logo, no Brasil o debate acerca das dimensões do esporte adentrou no âmbito institucional, gerando conflitos e consensos no bojo das disputas políticas na arena decisória (BUENO, 2008).

3.2 O Esporte não formal no Brasil: notas introdutórias ao EPT

Como já evidenciado em outros momentos deste texto, os questionamentos acerca do esporte e seu viés de alto rendimento ocasionou

alterações no âmbito científico, com o advento da Sociologia do Esporte, bem como gerou a instituição de novas deliberações de cunho estrutural por parte de diversos organismos em todo o mundo, a exemplo da União Europeia e do *Conseil Internationale d'Education Physique Et Sport* – CIEPS da UNESCO. Este último, inclusive, foi que, ainda em 1964, através do “*Manifesto Mundial do Esporte*”,¹³ conceituou as três dimensões do esporte – escolar, rendimento e participação – de forma inter-relacional. Bueno (2008) relata que a referida classificação se capilarizou pelo globo, e no Brasil foi institucionalizado durante o Governo Militar.

As alterações citadas ocorreram durante a década de 1970, período do Governo Militar que teve inicialmente como Presidente o general Emílio Garrastazu Médici (outubro de 1969 – março de 1974), considerado por Villa (2004) um dos governos mais conservadores, nacionalistas e repressivos da história do Governo Militar.

Nesta época o país se encontrava com problemas sociais em expansão e constantes conflitos políticos em diversas esferas governamentais. Mathias (1995) pontua que haviam inúmeros motivos para se desenhar mudanças na forma de governar dos militares. Com essa premissa era alegado que Castelo Branco, Costa e Silva e Médici – ambos “revolucionários” – já haviam atingido seus escopos de segurança e desenvolvimento econômico e que, nesse sentido, era o momento de focar na esfera política e social.

De acordo com Napolitano (2014), a partir da eleição indireta de Ernesto Geisel para a Presidência (março de 1974 – março de 1979), foram delineadas estratégias para o encaminhamento de reformas político-institucionais, em busca de um consenso mínimo para a institucionalização do Governo Militar e a tentativa de restabelecimento de algumas liberdades democráticas. Nesta perspectiva, o governo Geisel ficou conhecido como o período de transição política no Brasil, no qual os preceitos ditos autoritários começaram a ser diluídos, dando espaço a uma premissa considerada consensual – movimento distencionista (MATHIAS, 1995).

¹³ “[...] O Manifesto Mundial do Esporte trata-se do documento que serviu como base para outros documentos que influenciariam os rumos da relação entre o Estado e o esporte em nível internacional” (CANAN, 2018, p. 307)

Neste emaranhado de contradições políticas, Chagas (2009) afirma que o esporte de rendimento era visto como instrumento de uso político, e com a vitória da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo mexicana em 1970 esta característica foi reforçada (LINHALES, 1996). Todavia, apesar da literatura sinalizar uma prevalência do esporte de rendimento nas ações do Governo Militar, nesse decurso ocorreu a discussão do esporte não formal no contexto governamental, refletindo na produção de instrumentos de gestão, a exemplo do Diagnóstico de 1971, das leis e dos decretos regulatórios/normativos, além das alterações na estrutura administrativa voltadas para o setor que abarcaram as três dimensões do esporte (CANAN, 2018).

Por outro lado, percebe-se que, no âmbito das políticas públicas de esporte no Brasil, as influências internacionais ocorreram de forma processual, desde a regulamentação da Loteria Esportiva Federal e do Diagnóstico de 1971 às mudanças na estrutura administrativa e emergência do Plano Nacional de Desporto. Tais documentos, por assim dizer, prepararam o caminho para que no ano de 1977 fosse implementado o EPT Brasil.

3.2.1 A Loteria Esportiva brasileira

A Loteria Esportiva Federal, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, foi proposta pelo presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas, o senador João Villas Boas no ano de 1967, com o intuito de instituir no país uma loteria vinculada ao futebol, como vinha se desenvolvendo na Europa, com destaque à Itália, popularmente conhecida como *Totocalcio*¹⁴. Vincenzo (2006) reforça que a Loteria Esportiva brasileira – LEB foi influenciada por tal modelo italiano.

Partindo dessa premissa em 1969 a Loteria foi implantada, por meio do Decreto-lei nº 564, porém, só foi regulamentada no ano seguinte pelo Decreto nº 66.118, o qual especificava o direcionamento dos recursos arrecadados. Além disso, o referido dispositivo legal normatizou a forma em que a renda líquida de 40% deveria ser destinada à Legião Brasileira de Assistência (LBA),

14 “Note-se que a expressão *calcio* que acompanha o nome da loteria italiana, que serviu de parâmetro para o modelo brasileiro restringia igualmente a loteria ao futebol, que é a tradução da referida expressão italiana” (BARBOSA, 2018, p. 10).

30% ao Conselho Nacional de Desportos – CND e 30% para o Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Para Ferreira (2012, p. 02) os recursos da Loteria acabaram potencializando o “patrocínio do poder público aos clubes de futebol”. Todavia, constata-se que o Decreto nº 68.702/1971 alterou o redirecionamento dos recursos com base no Art. 15: “[...] 30% (trinta por cento) recolhidos ao FNDE, que serão aplicados: 2/3 (dois terços) pelo Departamento de Desportos e Educação Física [...] e 1/3 (um terço) pelo Conselho Nacional de Desportos” (BRASIL, 1971).

Em adição, critérios para a distribuição do financiamento, a partir dos recursos da LEB, foram adotados, de acordo com o Decreto nº 68.703/1971. Assim, o que ficou a encargo do Conselho Nacional de Desportos deveria ser destinado ao desenvolvimento de atividades esportivas por parte das entidades indicadas pelo órgão, enquanto o que era de responsabilidade do Departamento de Desportos e Educação Física deveria ser aplicado em programas de EF e esporte estudantil. O Decreto em questão ainda estabeleceu alguns parâmetros para a concessão de recursos, a exemplo do artigo 2º, o qual sinaliza a necessidade de submissão de projetos:

Art 2º Todos os programas de Educação Física e atividades esportivas, custeados com os recursos da Loteria Esportiva, serão desenvolvidos mediante projetos, que depois de estudados e aprovados pelo Conselho Nacional de Desportos ou pelo Departamento de Desportos e Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, serão executados por estes órgãos ou por intermédio de entidades, públicas ou privadas, conforme o caso, que manipularão os recursos financeiros concedidos e prestarão as respectivas contas, na forma e no prazo de lei (BRASIL, 1971).

As constantes modificações legislativas podem indicar indícios de reflexividade institucional, no que diz respeito a readequação do desenho da Loteria esportiva no país. Para Giddens (1991, p. 49) “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Além disso é possível verificar que ao adotar um redirecionamento de gastos de forma distinta para cada aspecto do esporte, os marcos legais possivelmente passaram a corroborar com as mudanças conceituais sobre o

fenômeno que estavam em emergência desde a década de 1960. Isto corrobora com a perspectiva *beckiana* de que aquilo considerado uma ameaça torna-se normal, ao assumir um certo grau de institucionalização. Desse modo, “os riscos da modernização acabam preparando o campo para uma parcial redistribuição do poder – em parte com a manutenção das competências formais e em parte com seu rearranjo explícito” (BECK, 2011, p. 96).

De acordo com Barbosa (2018, p. 10), “o modelo brasileiro restringiu a loteria esportiva eminentemente às apostas em campeonatos da modalidade esportiva futebol”, apesar do termo esportivo remeter a inúmeras modalidades. Possivelmente esse comportamento seja reflexo da influência italiana na formulação da LEB.

Vale ressaltar que mesmo com a influência europeia na LEB, diferentemente dos países europeus em que 50% de toda a arrecadação é destinada ao governo, no Brasil além dos 50% é cobrado imposto sobre o prêmio pago, o que potencializa o montante arrecadado superando os países que serviram de modelo para a instituição de tal legislação no país (VINCENZO, 2006). Acerca dessa relação global x local, Giddens (1996, p. 13) relata que:

A globalização não diz respeito apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também à transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. De modo oposto, hábitos dos estilos de vida locais tornaram-se globalmente determinantes.

Sendo assim, evidencia-se que mesmo sofrendo influências cosmopolitas no desenho da LEB, sua implementação ocorreu de forma distinta. Logo, os indícios apontam que o panorama apresentado corrobora com a perspectiva teórica da reflexividade institucional, tendo em vista que houve uma adequação da premissa influenciadora à realidade influenciada, o que coincide com o que Giddens (2002, p.193) caracteriza como uma “[...] conseqüente interpenetração do local e do global”.

Ao observar os delineamentos para a instituição da LEB além de identificar influências cosmopolitas foi possível verificar que as alterações legislativas reforçam que não apenas os clubes esportivos tinham aval para receber financiamento via LEB mas o Departamento ficava com o maior

montante para direcionar aos projetos de cunho educacional, colocando em xeque no contexto governamental, o favoritismo do esporte de rendimento apresentado pela literatura.

3.2.2 O Diagnóstico de Educação Física e Desportos 1971 e a Estrutura Administrativa do Esporte

Paralelamente à implementação da LEB, estava sendo elaborado o Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil, via solicitação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Educação e Cultura. O Professor Lamartine Pereira da Costa coordenou a elaboração do referido documento (TUBINO, 1996). Iniciado em 1969 e publicado no ano de 1971, o Diagnóstico é reflexo da adoção de novas práticas na gestão pública brasileira, devido a um movimento de eleição de prioridades para agenda governamental que estava se instaurando, indicando a necessidade constante de aperfeiçoar as técnicas de planejamento e implementação.

Farah (2011) salienta que durante os anos de 1960 e 1970 ocorreu um movimento de análise de políticas públicas no âmbito da Administração Pública americana, que levou a adoção de instrumentos inovadores na gestão pública, refletindo também na ampliação dos estudos na área, bem como o crescimento dos Programas de Pós-Graduação, que foram indicando caminhos considerados plausíveis ao setor público.

Ao retratar o movimento global de reformas de gestão pública, os autores Pollit e Bouckaert (2011) sinalizam que essas ações podem ser compreendidas como:

[...] Deliberate changes to the structures and processes of public sector organizations with the objective of getting them (in some sense) to run better. This is a deliberately open and wide definition which clearly leaves all sorts of important questions still to be answered. [...] And 'getting them to run better' could mean getting these organizations to run more efficiently, or ensuring that they are more responsive to the citizens who used them, or focusing more strongly on achieving their official objectives (reducing poverty, promoting exports, etc.). It should be obvious that these different kinds of objective will sometimes trade off against each other, for example a more Spartan, efficient service that minimizes the taxpayers' money spent on each of its activities may not simultaneously be able to increase its responsiveness to citizens or effectiveness in achieving policy goals. So the phrase 'in some sense' may stand for some

difficult choices and decisions about what the 9priorities really are. Reforms and 'modernization' almost always necessitate some awkward choices of this kind—decision-makers are obliged to decide what they think is most important—they can seldom hope to have everything at the same time (POLLIT; BOUCKAERT, 2011, p. 2).¹⁵

Os autores ainda afirmam que na década de 1970 os processos de reformas estatais foram intensificados e que mesmo em países com visões de mundo distintas – em todos eles – o debate girava em torno do papel do Estado perante às políticas públicas, além do levantamento/desenvolvimento de estratégias para a qualificação dos serviços públicos.

Neste emaranhado de modificações, Ortiz (2009, p. 243) relata que a modernidade, se transforma em modernidade-mundo e ultrapassa seus limites territoriais, tornando a “nação” insuficiente para compreensão de um fenômeno por si só, haja vista que há um contexto inter-relacional que transborda os limites territoriais.

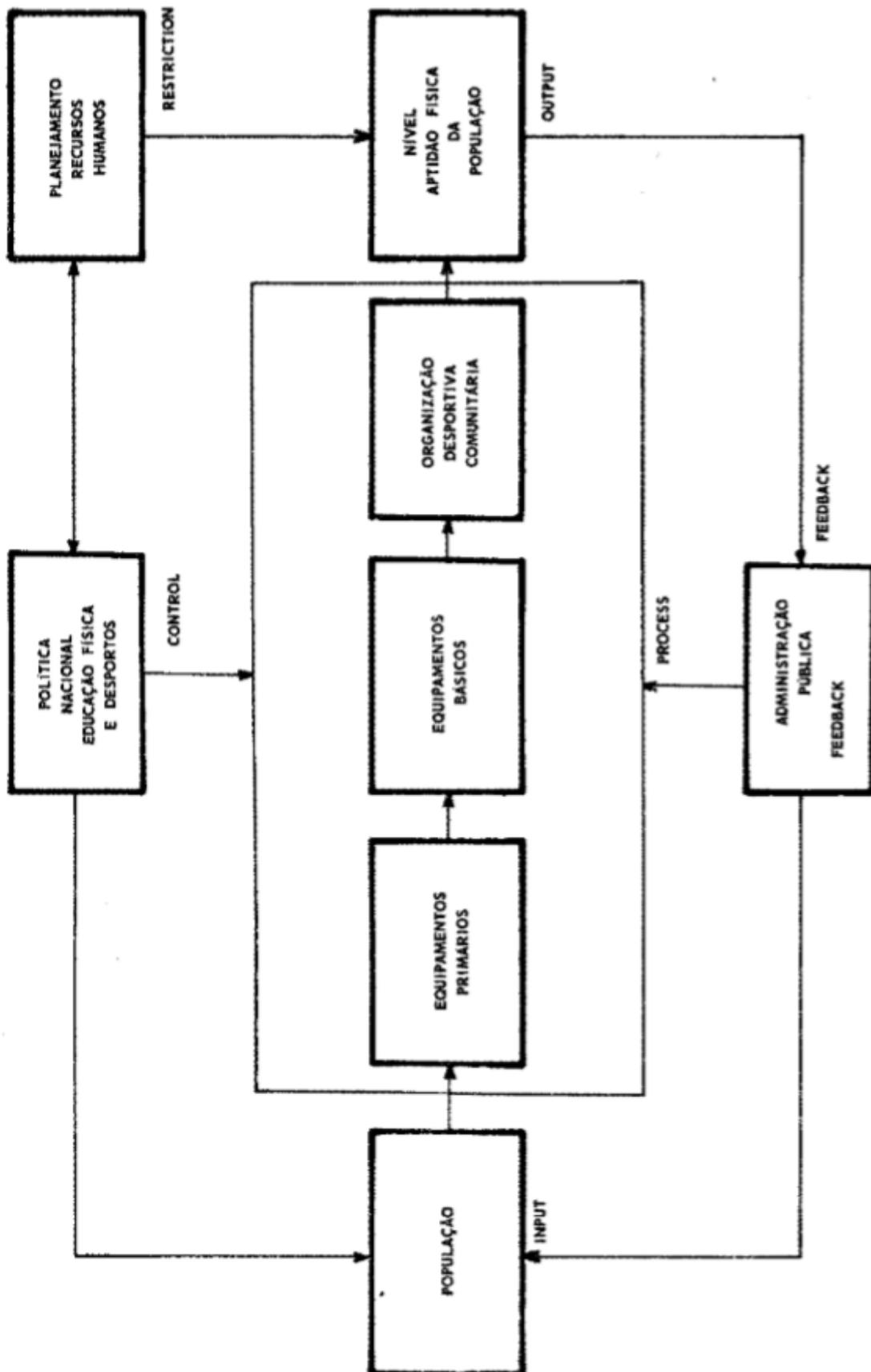
Na elaboração do Diagnóstico de EF e Desportos de 1971 foi utilizado o modelo da Abordagem Sistêmica¹⁶, ressalta-se que durante aquele período apesar das limitações, o mesmo se configurava como inovação no âmbito da gestão pública global (COSTA, 1971). Para tal, foi elaborado um framework na perspectiva *problem-solving*, como pode ser observado na figura 1. Tubino (1996, p. 49) relata que tal ação é fruto da influência do modelo francês, que possibilitou a distinção entre os aspectos técnicos, administrativos e políticos, dos critérios orientadores das ações de curto, médio e longo prazo.

¹⁵ “[...] Mudanças deliberadas nas estruturas e processos das organizações do setor público, com o objetivo de fazê-las (em algum sentido) funcionar melhor. Esta é uma definição deliberadamente aberta e ampla que claramente deixa todos os tipos de perguntas importantes ainda a serem respondidas. [...] E 'fazê-los funcionar melhor' pode significar que essas organizações funcionem com mais eficiência, ou garantir que sejam mais responsivas aos cidadãos que as usaram, ou se concentrar mais fortemente na consecução de seus objetivos oficiais (redução da pobreza, promoção de exportações etc.). Deveria ser óbvio que esses diferentes tipos de objetivos às vezes trocam entre si, por exemplo, um serviço mais espartano e eficiente, que minimiza o dinheiro dos contribuintes gasto em cada uma de suas atividades, que pode não ser simultaneamente capaz de aumentar sua capacidade de resposta aos cidadãos ou eficácia na consecução dos objetivos políticos. Portanto, a frase, em certo sentido, pode representar algumas escolhas e decisões difíceis sobre o que realmente são as prioridades. Reformas e modernização quase sempre exigem algumas escolhas estranhas desse tipo - os tomadores de decisão são obrigados a decidir o que eles acham mais importante - eles raramente esperam ter tudo ao mesmo tempo” (tradução nossa).

¹⁶ A Abordagem Sistêmica das políticas públicas, para Rua e Romanini (2013, p. 4) é a perspectiva que “[...] concebe a vida em sociedade como organizada a partir de sistemas abertos, múltiplos e interativos, de escopos diferenciado [...] Um sistema aberto é aquele que interage com o seu ambiente, por intermédio de fluxos de entrada (*inputs*) e saídas (*outputs*)”.

Nesse sentido, quando se trata do *control*, a Política Nacional EF e Desportos, é a situação regulatória do sistema, se tornando a referência para o *feedback*. Ao abordar a *restriction*, o planejamento e os recursos humanos, são reconhecidos como objetivo e limitação do setor. No que concerne ao *input*, a população, na condição de fluxo de entrada para serem nutridos, já os *process (withinputs)*, equipamentos primários, equipamentos básicos e a organização desportiva comunitária, se referem as dimensões estruturais dos subsistemas internos – salienta-se que as normas e terminologias dos equipamentos estavam de acordo com a Resolução de Oslo da União Internacional dos Arquitetos do ano de 1964.

Os *outputs*, nível de aptidão física da população, se refere ao resultado das modificações ambientais ocasionadas pelo sistema. No tocante ao *feedback*, a administração pública, se configura como à dinâmica de retroalimentação que pode gerar impactos positivos e/ou negativos.



Fonte: Costa (1971).

Rua e Romanini (2013, p.7) explicam o funcionamento do *problem-solving*, que “[...] em síntese, os *inputs* mobilizam o sistema político, que se processa e produz *outputs*. Os *outputs*, por sua vez, suscitam modificações no ambiente. Isso retroalimenta o sistema em questão e produz outros *inputs* e *withinputs*”. Esse ciclo é contínuo e constante, porém, quando no mínimo dois fatores se combinam a probabilidade de formulação de uma política é maior.

Beck (2018, p. 167) ressalta que em tempos de ampliação dos meios de comunicação a modernidade-mundo dispõe de uma dinâmica estrutural que compreende a metamorfose de forma processual, em que os riscos são invisíveis e “somente através de imagens mediadas eles adquirem o poder de romper com essa invisibilidade”, ou seja, a janela de oportunidade para que uma temática, ou risco, possa compor uma agenda governamental, muitas vezes depende da abertura que é dada por meio da visibilização.

Ademais, o Diagnóstico evidenciou a relação do uso dos instrumentos de gestão com o grau de urbanização dos países, além da influência deste elemento na prática esportiva. O referido documento ainda apresenta que o crescimento anárquico e a ausência de parâmetros quanto ao uso do espaço urbano nas cidades brasileiras, influenciariam na expansão e no desenvolvimento equilibrado da Educação Física e do esporte no país.

No Brasil, o delineamento político para a EF e o esporte reconhece que há uma tendência universal de mudanças, “[...] um novo estilo de vida vem-se definindo nas grandes cidades brasileiras, com novos hábitos de consumo e padrões de vida. Como consequência, surgem repercussões de natureza social” (BRASIL, 1975b, p. 77), o que ocasionou um redesenho institucional. Estes efeitos colaterais inferem no tempo destinado as atividades de lazer, alterações conceituais no processo dos modos de viver.

Em termos gerais, as transformações na perspectiva dos estilos de vida, durante o período investigado, podem se justificar pela reinvenção das relações sociais através da reflexividade privada e institucional que se autoconfrontam gerando uma mudança no status da tradição. Com relação a isto, Beck (2011, p. 127) ressalta que:

[...] o desencantamento de estilos de vida e de hábitos não modernos, tradicionais, que, na medida em que seguem representando aquilo que deve ser desencantado, continuam a renovar-se, a preservar-se

e encontram-se infinitamente à disposição como combustível do desencantamento em sua marcha infinita.

Logo, frente aos preceitos da destradicionalização, no trato com o esporte, percebe-se que a influência do processo de individualização (abarcada pelas alterações nos estilos de vida), infere no redesenho institucional do setor no país. Os documentos públicos evidenciam que naquela época o levantamento de estratégias para a potencialização da aptidão física da população brasileira estava atrelado, somente só, a ampliação dos índices de sedentarismo (COSTA, 1971; BRASIL, 1976).

Contudo, Brandão (2010) afirma que durante os anos de 1970 ocorreram movimentos em busca da liberalização dos costumes e de anseio pelo poder da juventude, refletindo na ampliação emergente de novas práticas esportivas, e de seus adeptos. Para ele “na década de 1970, o mundo parecia estar mudando e essas novas práticas esportivas podem evidenciar essa mutação” (p. 205). O autor ainda destaca os esportes radicais como uma das principais atividades em potencial durante o período em questão.

Por outro lado, apesar de creditarem às mudanças ao aumento do sedentarismo, em nenhum momento dos documentos analisados, os indivíduos foram colocados numa situação passiva, pelo contrário, fica perceptível que o levantamento público estava baseado nas mudanças de comportamento da sociedade civil – evidenciada, inclusive, pela contradição entre o despontamento dos novos estilos de vida e práticas esportivas x o aumento do sedentarismo – o que suscita um grau de subpolítica e individualização, atrelados às ações destradicionalizadas emergentes.

Ademais, é possível verificar a ambiguidade que rodeia a estruturação social reflexiva, deixando em voga os efeitos colaterais ocasionados pelas transformações sociais presentes na reorganização de todo o globo. De um lado o crescimento urbano que potencializa o desenvolvimento em diversas esferas, de outro este mesmo crescimento que desestabiliza as organizações sociais, desde o crescimento das desigualdades, ao uso inadequado dos espaços urbanos que influi nas questões ambientais tão emergentes nas grandes metrópoles brasileiras. Sob essa ótica, Ianni (2010) ressalta que durante o processo de modernização, os conflitos sociais pertencentes a uma

sociedade de distribuição de riquezas, se justapõe aos conflitos constituintes e eminentes na sociedade de distribuição de riscos.

Ao tratar da organização desportiva comunitária, o Diagnóstico identifica que a periodicidade de bons resultados nas competições internacionais se justificaria pelo fato de os organismos em questão, estarem presentes e representativos por meio da prática esportiva de massa. No entanto, tal premissa coloca em xeque parte dos argumentos utilizados no delineamento da Política Nacional de 1975, o qual relata como área prioritária o desporto escolar, seguido do desporto de massa, este que seria como uma ponte para a potencialização dos resultados no desporto de alto nível.

Por outro lado, o documento evidencia que seu foco era o desenho do desporto de massa numa perspectiva futurista de planejamento, identificando a premissa da aptidão física como objetivo central da EF e do esporte, considerando-a de forma biopsicossocial, para redução do sedentarismo. Acerca disto, Giddens (1991, p.156) percebe que a modernidade “[...] é inerentemente orientada para o futuro, de modo que o futuro tem o status de modelador contrafactual [...] Antecipações do futuro tornam-se parte do presente, ricocheteando assim sobre como o futuro na realidade se desenvolve.”

Vale ressaltar que a ausência de um banco de dados para a realização de estudos e orientação do planejamento, se apresentou como uma limitação na elaboração do Diagnóstico. No entanto, foi possível utilizar os dados do *cross-section* do exame de capacidade física do Serviço Militar, sendo que a amostragem compreendia apenas homens a partir dos 18 anos de idade. Costa (1971) pontua que os dados em questão, viabilizaram a definição de um propósito regulador para o documento em análise.

Apesar de não haver um banco de dados específico para o setor, durante o período de 1968 a 1971, para avaliar os procedimentos utilizados pelo Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desportos – SEEC, com o escopo de superar as limitações identificadas, estabeleceu-se uma assistência técnica com a UNESCO, contando com a colaboração do IBGE via Centro Brasileiro de Estatísticas Educacionais e da COMPLANE (Comissão de Planejamento), em que oportunamente ocorreu a definição sistemática para qualificação de seus levantamentos anuais e trienais. (BRASIL, 1984).

Com referência à produção e uso de dados, Giddens (1991, p. 42) apresenta que as estatísticas oficiais constituem o poder estatal e influem outras esferas do mundo social. E ainda acrescenta que “o controle administrativo coordenado obtido pelos governos modernos é inseparável da monitoração rotineira dos dados oficiais na qual se empenham todos os estados contemporâneos”. Para o autor a presença de estatísticas oficiais compõe um empenho reflexivo, que perpassa pelas constantes descobertas e transformações sociais.

Em termos gerais, ao levar em consideração o movimento global de reorganização das ações estatais, o Diagnóstico de 1971 se configurou como um importante subsídio para o planejamento das ações voltadas para Educação Física e esporte na época. Nesse sentido, o documento indicou que houve um crescimento quantitativo no setor com divergências setoriais e regionais, além de deficiências qualitativas relacionadas à integração de atividades físicas como importante instrumento educacional, à baixa circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, dificuldades de relacionamento entre as organizações esportivas, bem como arcabouço legal frágil por parte do governo (COSTA, 1971).

Contudo, em diversos momentos do documento fica visível um enaltecimento da gestão do Governo Militar, na área da EF e do esporte, a exemplo do trecho apresentado pelo Diagnóstico (COSTA, 1971, p. 353):

É possível comprovar um crescimento de importância no setor da Educação Física/Desportos no período 1964/1970, como também localizar uma estruturação de valores sociais, predisposto a um desenvolvimento acelerado e de alta significação.

Em contraposição a tal ação, Beck (2011, p. 261) deixa claro que a “pesquisa precisa se deslocar de sua constituição institucional, teórico-científica e moral para se colocar em posição de admitir e investigar a fundo as implicações políticas que ela mesma tenha, para que não perca seu tenaz controle”.

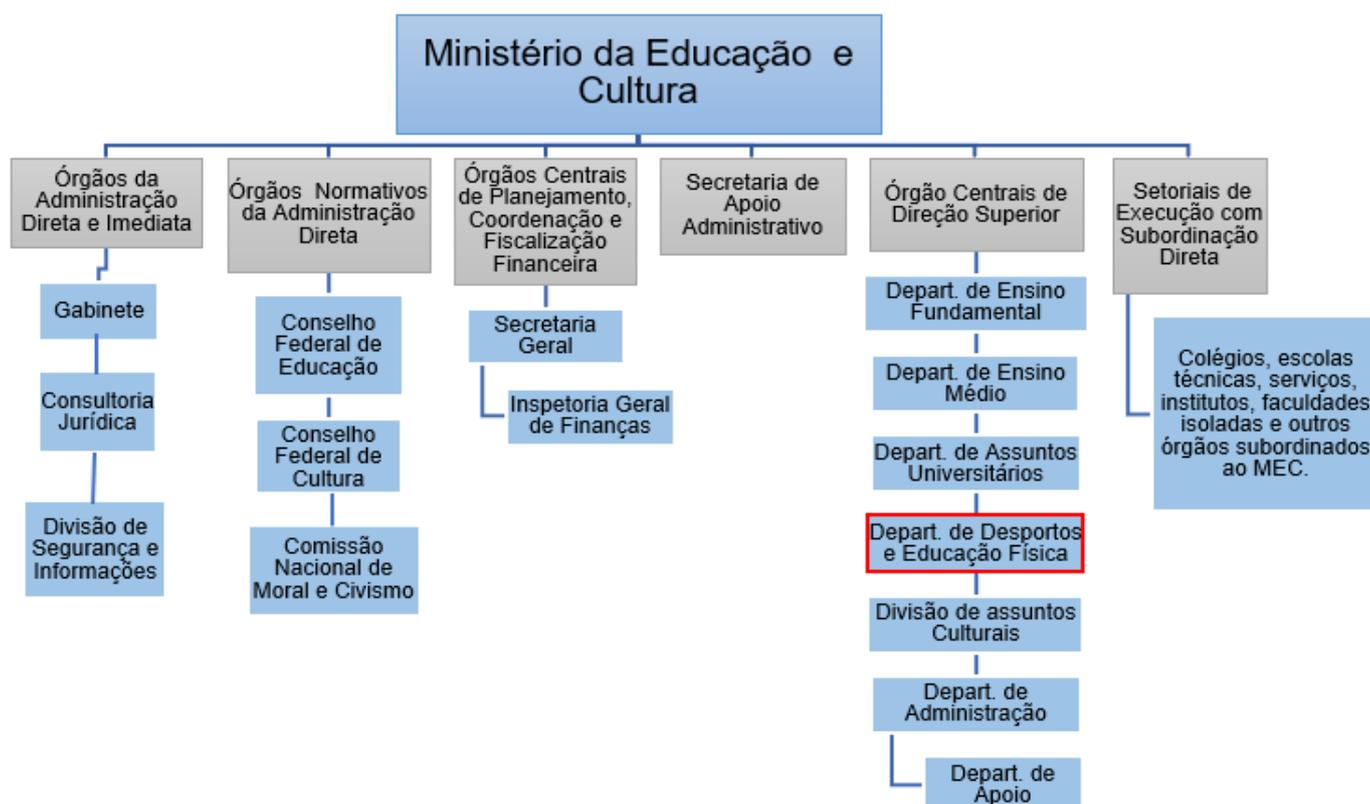
Outro ponto a ser observado é que apesar de estar no seio de um Governo Militar, que visava reforçar o sentimento patriota, nacionalista em diversas esferas e manifestações sociais (OLIVEIRA, 2012, p. 157), o Governo

não se desvencilhou da reinvenção política que estava ocorrendo no globo, e foi se redesenhando concatenado com a modernidade-mundo em ebulição, contudo, sem perder de vista o objetivo que alimentava as decisões governamentais naquela época, o de “desenvolvimento e segurança”.

É válido salientar que o cosmopolitismo não se refere apenas às influências externas, por exemplo, o uso de um modelo de aplicação política específico, mas, pelo contrário, ele corresponde ao desenvolvimento global interligado entre as nações, desde ao avanço científico que informa a vida, às mudanças de postura política que redesenham a ordem macro e micro social nos Estados – nação.

Em referência à estrutura administrativa federal, durante o período investigado, apesar do desenho institucional responsável pelo esporte e pela Educação Física permanecer no mesmo Ministério o da Educação e Cultura, foi possível identificar três alterações no mesmo, a saber, Decreto nº 66.296, de 3 de março de 1970, figura 2 – anterior ao EPT –, o Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, figura 3 – que antecede o EPT – e o Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978, figura 4 – que ocorreu no decurso do programa.

Figura 2 – Organograma Decreto Nº66.296/1970



Fonte: Decreto nº 66.296/1970. Elaborado pela autora.

O setor da estrutura administrativa federal que delineava a política pública de EF e esportes – figura 2 – era o Departamento de Desportos e Educação Física, que com mais seis Departamentos formavam os Órgãos Centrais de Direção Superior do Ministério. Vale ressaltar que mesmo com a instituição de um novo Decreto acerca da organização administrativa – figura 3 – o setor continuou sob responsabilidade do Departamento de Desportos e EF.

FIGURA 3 – Organograma Decreto Nº66.967/1970



Fonte: Decreto nº 66.967/1970. Elaborado pela autora.

Ao mesmo tempo, apesar de permanecer o Departamento de EF e Desportos, percebe-se a inserção do Conselho Nacional de Desporto – CND, que apesar de ter sido criado pelo Decreto nº 3199/1941, foi inserido na estrutura administrativa do MEC em 1970, e conforme o Art 3º foi instituído

para o estabelecimento de orientações normativas, se encontrava vinculado ao Gabinete, fazendo parte do conjunto dos Órgãos de Administração Direta e imediata do Ministério (BRASIL, 1970).

Outro ponto a ser considerado do referido marco legal está atrelado ao desenvolvimento em conjunto do planejamento e das ações de forma coordenada e integrada pelos órgãos do MEC, porém, além do trabalho setorial as ações deveriam abarcar o aspecto regional, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Com base nos dados levantados pelo Diagnóstico de 1971, identificou-se à estrutura administrativa dos 24 Estados que formavam o Brasil naquela época. Assim, observou-se que 18 deles possuíam uma estrutura administrativa vinculada à Educação e Cultura, seguindo a lógica Federal. Por outro lado, 2 possuíam uma estrutura própria para o Esporte, bem como 1 possuía um setor específico da Educação Física, 1 era em conjunto com Cultura e Turismo, e 2 deles não possuíam setor específico para a EF e o Desporto. Além disso, o Diagnóstico mapeou as áreas que eram atendidas por tais setores, como pode ser observado no quadro 3.

Quadro 3 – Áreas dos Setores Administrativos Estaduais (1969 – 1970)

CATEGORIAS	<i>Educação Física, Recreação e Desportos</i>	<i>Educação Física e Desportos</i>	<i>Educação Física</i>	<i>Desportos</i>	<i>Não possuía órgão administrativo para a EF e ou Desporto</i>	TOTAL
QUANTITATIVO	9	5	5	3	2	24

Fonte: Costa (1971). Elaborado pela autora.

É possível identificar que as áreas com uma certa predominância, foi a da EF, Recreação e Desportos, fica perceptível também a presença da Educação Física na maioria dos Estados, seja em conjunto com um outro elemento, ou apenas ela compondo órgão administrativo. Talvez isso se justifique através do que é apresentado por Canan (2018, p. 25), de que a partir da década de 1960 deu-se início a uma mobilização internacional “[...] de revisão humanista da relação entre Estado e esporte, no qual se apontaria uma maior necessidade de atenção dos governos para com aspectos do esporte enquanto atividade de educação permanente, acessível a todas as pessoas”.

Ao observar a figura 4, pode-se perceber que as alterações na estrutura administrativa, comparadas ao Decreto anterior, foram mínimas. O CND, em conjunto com outros 6 Conselhos, ficou sob tutela dos Órgão Colegiados do MEC, e de acordo com o Art. 10º do Decreto 81.454/1978, tinha como função colaborar na formulação da Política Nacional da área, bem, como se configurava como um órgão normativo e disciplinador.

Figura 4 – Organograma Decreto Nº 81.454/1978



Fonte: Decreto nº 81. 454/1978. Elaborado pela autora.

No que diz respeito ao Departamento, este se tornou Secretaria, continuando vinculada aos Órgãos Centrais de Direção Superior. Conforme o Art. 21, do Decreto em análise, compete a Secretaria de Educação Física e Desportos:

Planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física e dos desportos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições particulares de ensino, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente.

Percebe-se que as modificações no arcabouço administrativo indicam uma reorganização do Estado no âmbito federal, lembrando que em 1978 o país passava pelo período considerado distencionista (MATHIAS, 1995). Beck (1997) ressalta que as estruturas alteram estruturas, possuindo um papel central no que concerne à ação estrutural. Logo, a reflexividade institucional pode ocorrer via autoconfrontação com ela própria, causando alterações, ou não, nas tomadas de decisão e no delineamento da política.

Paulo (2016) pontua que a hibridiz presente no delineamento das tomadas de decisão na sociedade, transita entre as normas existentes e as possibilidades de alterá-las, e acrescenta que a pluralidade de regras permite modificações nas instituições políticas, haja vista os desafios que emergem constantemente na sociedade.

3.2.3 A Política e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos

A Lei nº 6.251 sancionada em 8 de outubro de 1975, discorria acerca da organização esportiva brasileira, destaca-se que a mesma considerava o esporte em seu Art. 2º como uma “[...] atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras preestabelecidas” (BRASIL, 1975a, p. 7). Em conferência proferida para apresentação da Política e do Plano Nacional para o setor, o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, afirma que a normativa em questão almejava transformar a concepção global de que o esporte seria solução para todos os problemas no país, passando a valorizá-lo como uma atividade social crucial manifestada de diversas formas pelos indivíduos.

As observações acima demonstram um certo conflito de interesses entre o que é exposto na Lei, o que é proferido pelo Ministro e o que explicitado pela Política Nacional, haja vista a valorização não apenas da competitividade, mas também da formação esportiva, escolar e comunitária.

No entanto, não se pode desconsiderar que no contexto de ampliação do acesso e produção do conhecimento, as contradições, ambiguidades e incertezas compõe as fases estruturais das ações, tanto como produtos, quanto na condição de produtores da reflexividade. Esses elementos, com destaque para incerteza, permeiam todos os processos de tomada de decisão, em qualquer área da vida social (GIDDENS, 1996).

Além disso, ressalta-se que a Lei nº 6.251 de outubro de 1975 subsidiou o planejamento governamental para o setor, resultando na construção de uma Política Nacional e de um Plano Nacional para a Educação Física e Desportos, os quais aspiravam atingir os seguintes objetivos:

- I. Aprimoramento da aptidão física da população;
- II. Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III. Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV. Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
- V. Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer (BRASIL, 1975a, p. 7-8).

Tubino (1996, p. 52) enfatiza que ao observar os escopos acima, é perceptível que o trato com esporte de massa e com o lazer, expandiram a concepção do fenômeno no país, considerando a perspectiva mais popularizada que o mesmo possuía, por outro lado, os demais objetivos se mantiveram elitistas e pouco democráticos.

Nesse sentido, para ampliar as chances de alcance do que estava sendo disposto em lei, o marco legal preconizava corresponsabilidade – entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios – referente aos recursos financeiros e técnicos para a promoção e incentivo esportivo (BRASIL, 1975a, p. 7). De acordo com o Ministro, a centralização das ações esportivas no âmbito federal dificultaria sua execução, haja vista, que através dos Estados e municípios o setor consegue se expandir de forma eficaz (BRASIL, 1975b).

Logo, a perspectiva de descentralização presente no contexto da política pública de esporte no período do Governo Militar, apesar de sinalizar uma certa contradição ideológica, haja vista os preceitos assumidos pelo GM, pode ser resultado do uso dos instrumentos de gestão, a exemplo dos dados

mobilizados pelo Diagnóstico de 1971, bem como podem ser reflexo do delineamento político distencionista abarcado pelo Presidente Ernesto Geisel.

Em adição, a Lei 6.251/1975 indicou a parceria público/privada para o desenvolvimento esportivo no país, sinalizando em seu Art. 4º que a mesma “merecerá o amparo técnico e financeiro dos Podêres Públicos” (BRASIL, 1975a, p. 7).

Em termos gerais, não se pode perder de vista que até mesmo antes da institucionalização do esporte, em 1941, já existiam ações extragovernamentais para o setor (LINHALES, 1996; STAREPRAVO, SOUZA e MARCHI JÚNIOR, 2011). Além disso, precisa-se reconhecer que o Estado já não comporta atender todas as demandas públicas (BECK, 1997). Nesse sentido, a busca pela parceria público e privada se apresenta como importante alternativa para a potencialização das ações esportivas no país¹⁷. Apesar dos documentos apontarem uma abertura ao setor privado no âmbito público, Tubino (1996, p. 52) sinaliza que durante o período, a centralização e a dependência tutelar – existentes desde o Estado Novo – perduravam.

Por hora, o governo lançou no ano de 1975, a campanha Mexa-se em parceria com a Rede Globo de Televisão, com a coordenação de Lamartine da Costa, tinha o objetivo de incentivar a prática de atividades físicas (ARAÚJO e FURTADO, 2019). Apesar do governo sinalizar que a campanha foi significativa em seu aspecto informativo, no que concerne sua eficácia não houve como mensurar (BRASIL, 1978c). Outrora, não foi possível identificar nenhum material digital sobre o Mexa-se, inclusive alguns blogs apontam que existe algo por trás da não divulgação digital das informações da campanha, mas também não informam os motivos (MUGNAINI JR., 2016).

Outro ponto a ser considerado está atrelado a instituição do Sistema Desportivo Nacional, via Lei nº 6.251/1975, o qual era “integrado por órgãos públicos e entidades privadas que dirigem, orientam, supervisionam, coordenam, controlam ou proporcionam a prática do desporto no País” (BRASIL, 1975a, p. 8-9).

¹⁷ Na atualidade esta ainda continua sendo uma temática polêmica, principalmente por parte daqueles que militam acerca da presença do Estado Máximo. No entanto, precisa-se reconhecer a necessidade de se estudar com profundidade os critérios para que tal parceria ocorra, bem como verificar a possibilidade de expansão e da qualificação das ações.

Canan (2018) ao abordar a Lei nº 6.251/1975 sinaliza que a mesma se mostrou incoerente ao traçar os objetivos de desenvolvimento do esporte não formal, haja vista que não o delineou no bojo da organização do esporte nacional, causando dúvidas no que era de competência de cada setor, mas afirma que os objetivos com o esporte de massa foram atendidos via EPT. No entanto a referida Lei pontuava que as organizações constituintes do sistema se enquadravam em quatro categoriais: comunitária (associações, ligas, federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro), estudantil (esporte escolar e esporte universitário), militar (Forças Armadas) e classista (associações, com personalidade jurídica de direito privado, integrada, exclusivamente, pelos seus empregados e dirigentes).

De acordo com Tubino (1996, p. 51), tal sistematização se apresenta como um aspecto mais efetivo da modernização do esporte trazida pelo ordenamento legal do período. É válido pontuar que existia um movimento de sistematização da organização esportiva de cunho global, Rocha (2018, p. 17) coloca tal delineamento como reflexo das mudanças nas formas de produção capitalista, apresentando que “[...] a organização e os objetivos do sistema esportivo também se modificam, parecendo essa ser uma tendência global do processo de desenvolvimento esportivo”, mas seria apenas resultado dos processos de produção capitalista.

Por outro lado, apesar das inferências mercadológicas e econômicas que compõem a modernidade-mundo, não se pode desconsiderar as mudanças no âmbito da produção e acesso ao conhecimento que é potencializada e ampliada, redesenhando as relações individuais, sociais, culturais etc., que também influem na reorganização institucional.

Ademais, observa-se que no período antecessor à Constituição Federal de 1988, já existiam marcos legislativos que delineavam a existência de um Sistema Nacional de Desporto, no entanto, corriqueiramente são evidenciados pela literatura, apenas as iniciativas consolidadas no pós-constitucional, a exemplo de Godoy et al (2015, p. 61) que apresentam a política de sistematização como elemento que passou a “[...] figurar na agenda de discussões do governo federal a partir da constituição de 1988”.

No que se refere a estrutura financeira abordada pela Lei 6.251/1975, foi apresentada como fonte de recursos destinados aos programas, projetos e

atividades esportivas: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social; Reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos; Receitas patrimoniais; Doações e legados; e de outras fontes (BRASIL, 1975a, p. 8).

É válido ressaltar, que conforme preconiza o Art. 8º da lei 6.251/1975 “o apoio financeiro da União somente será concedido a entidades que observar as disposições desta Lei e de seu regulamento ou as normas expedidas por órgãos ou entidades competentes do Sistema Desportivo Nacional” (BRASIL, 1975a, p. 8). Possivelmente o delineamento do uso de instrumentos diversos de gestão podem ter influenciado a aderência de critérios de acesso aos recursos públicos da época.

Com a instituição da Política Nacional da Educação Física e Desportos - PND ¹⁸ ainda em 1975, pôde-se discorrer de forma mais profunda o que havia sido preconizado na Lei 6.251 do mesmo ano. Por hora, percebe-se que em vários momentos do documento, fica evidente que o Diagnóstico de 1971 serviu como base para sua construção. Nesse sentido, o objetivo geral da PND estava relacionado a melhoria da aptidão física e da saúde da população como um todo, devendo priorizar os programas governamentais que valorizassem o homem.

A respeito dos desequilíbrios mapeados e desenvolvimento almejado pelo governo, foram estabelecidas corresponsabilidades entre os entes federados. Logo, a Política Nacional aborda que os municípios seriam fundamentais para ação governamental onde o sistema misto de gestão¹⁹, deveria considerar as condições sociodemográficas, espaciais, econômicas e ambientais, viabilizando o desenvolvimento das atividades locais (BRASIL, 1975b).

Com referência aos Estados, a PND sinaliza que faz parte de sua responsabilidade induzir, incentivar, complementar, orientar estrategicamente, treinar e assistir técnica e financeiramente os municípios, nesta mesma perspectiva se enquadra a União, contudo seu suporte se estende aos Estados.

¹⁸ “[...] concebida como documento programático e tem por finalidade definir a ação do Ministério na área da educação física e desportos” (BRASIL, 1976, p. 21).

¹⁹ “Tal sistema procura compatibilizar as ações do governo e da iniciativa privada, preservadas a liberdade individual e as iniciativas estatais” (BRASIL, 1976, p. 31).

Ademais, foi reforçada a parceria pública com as instituições de livre iniciativa (as associações ou clubes, as ligas, as federações, as confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro). E apesar de sinalizar que internacionalmente “[...] a intervenção direta do Governo nas entidades não resolve o problema, o que sugere uma atitude apenas normativa”, o Estado iria continuar contribuindo para o desporto profissional “[...] deixando o encaminhamento das questões ao encargo dos dirigentes desportivos, enquanto procura desenvolver a educação física como um todo” (BRASIL, 1975b, p. 48).

A não aderência do modelo que estava em alta no contexto internacional, também pode indicar, de certa forma, uma reflexividade institucional, que considera as especificidades locais. Corroborando Beck (2018, p. 175) acerca disto relata que, “[...] o global é refratado no horizonte nacional de relevância”. Considerando essa ambiguidade Giddens (1996, p. 13) assevera que o cosmopolitismo:

[...] não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos, que frequentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação. Daí, por exemplo, a revitalização dos nacionalismos locais e uma intensificação de identidades locais estarem diretamente ligadas e em oposição às influências globalizadoras.

A PND teve como desdobramento o Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED, que foi publicado em 1976, reforçando que o enfoque dos programas, projetos e ações, deveriam abranger três áreas de atuação: Educação Física e desporto estudantil; desporto de massa; e desporto de alto nível.

Por outro lado, acerca da conceituação de plano como instrumento de materialização das políticas, Cohen e Franco (1994, p. 86) afirmam que “um plano é a soma dos programas que procuram objetivos comuns, [...] inclui a estratégia, isto é, os meios estruturais e administrativos, assim como as formas de negociação, coordenação e direção”. Logo, o PNED apresentou na sua estrutura, um conjunto de medidas e cursos de ação a serem implantados, utilizando-se de quatro subprogramas que se desdobrariam em projetos e ações, a saber: 1) de Educação Física; 2) de Desporto Amador; 3) de Esporte Para Todos; e 4) de Administração Geral (BRASIL, 1976).

No desporto de massa as ações seriam desenvolvidas de forma descentralizada, conforme os critérios estabelecidos. Além disso, é evidenciado que baseado no censo de 1970, atualizado para 1975 e projetado para 1979, identificou-se que havia uma demanda de ações voltadas para o desporto de massa em potencial, que girava em torno dos 45 milhões de praticantes (BRASIL, 1976).

Posteriormente, no ano de 1977, a Lei 6.251/1975 foi regulamentada por meio do Decreto nº 80.228, o qual declarou em seu Art. 5º que “nenhuma pessoa deixará de ter acesso às atividades desportivas, ou delas será excluídas, por motivo de convicção filosófica, política, religiosa, ou por preconceitos de classe ou de raça” (BRASIL, 1977). Corroborando, assim, com Canan (2018) que afirma a existência do ideário de que o esporte poderia ser, de certa forma, um direito, ultrapassando a perspectiva do fenômeno apenas como meio de desenvolver o nacionalismo e a visibilidade internacional.

Por hora percebe-se que durante o período que antecedeu a implementação do EPT no Brasil, houve uma preparação processual legislativa, em que os setores responsáveis pela política pública de esporte se conectaram com a modernidade-mundo, de forma a aderirem as prerrogativas do esporte não formal como fator chave para a qualificação da área.

Além disso, identificou-se que o uso dos instrumentos de gestão solidificou o redesenho estrutural do esporte. Em adição, fica perceptível a importância de Lamartine Pereira da Costa durante toda a sistematização da política esportiva no período investigado. Acerca do papel dos agentes, ao retratar o reordenamento político mundial, Beck (2018, p. 196) ressalta que:

A política não está mais sujeita aos mesmos limites de antes nem ligada unicamente a atores e instituições estatais. Contudo, é possível que velhos e novos atores sejam personificados um único indivíduo, que tem de definir e criar seus papéis e recursos subpolíticos e sub-revolucionários no tabuleiro de jogo.

Ao considerar às influências ambíguas, incertas e destradicionalizadas, acredita-se que tais desdobramentos foram delineados e conduzidos pela reflexividade institucional. É nesse contexto contraditório e ambivalente que o EPT – sob a ótica da Teoria da Modernização Reflexiva – será analisado.

3.3 O Movimento Esporte Para Todos no Brasil

Ao analisar os documentos que embasaram a implementação do EPT, no Brasil, foi possível observar suas características e deliberações institucionais, além da relação dos agentes com o campo científico em meio às decisões políticas. Para tal, foram analisados: o Documento Básico do EPT (1977), o livro técnico Programa Esporte Para Todos (1978), os Anais Esporte Para Todos – 1º Congresso Norte/Nordeste, o Catálogo de agentes e publicações para cooperação técnica nacional e internacional (1985), bem como as entrevistas com Lamartine Pereira da Costa, Edilson Valente, Kátia Brandão Cavalcanti e Antônio Carlos Bramante, todas realizadas por Sérgio Teixeira (2015).

O Documento Básico da Campanha Esporte para Todos delinea a estrutura de planejamento e implementação do EPT no Brasil, e foi dividido em 7 partes em que aborda respectivamente: 1 – O que é; 2 – Como é; 3 – Com quem contamos; 4 – Para quem; 5 – Com o que contamos; 6 – Como fazer; e 7 – Endereços da Campanha. Nesse sentido, a primeira parte faz uma diagnose breve acerca das potencialidades do esporte brasileiro, sinalizando as mudanças legislativas dos últimos anos, com destaque para a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED e a reorganização do setor por meio do reconhecimento das três dimensões do esporte: alto nível, escolar e comunitário.

Ademais, o referido documento ainda sinaliza a existência de uma quantidade significativa de clubes e associações que potencializavam às práticas comunitárias, e acrescenta que através “dessas circunstâncias, e das ansiedades e iniciativas de algumas pessoas e entidades esclarecidas, foi tomando forma a Campanha Esporte Para Todos” (BRASIL, 1977, p. 6). Essas parcerias entre as distintas entidades esportivas, também ocorreram em diversos países que implementaram o EPT, Skille (2011) relata que os países

escandinavos usufruíram das parcerias com diversos segmentos, com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta das ações esportivas.

Por outro lado, a premissa de ampliação da rede institucional do EPT estava atrelada a estratégia de consolidação da proposta de que em longo prazo o círculo vicioso presente no delineamento do setor – do esporte de alto nível – seria exaurido, dando lugar a uma “necessária” consciência sobre o lazer esportivo. Logo, almejando atingir tal objetivo foi estabelecido o Decálogo, caracterizado por um conjunto de ideias orientadoras da Campanha, como pode ser observado no quadro 4 (BRASIL, 1977, p. 6).

Quadro 4 – Decálogo da Campanha Esporte Para Todos

EXPRESSÕES-CHAVES	DELIBERAÇÕES
1) <i>Lazer</i>	Orientação do tempo livre para à prática esportiva, alegre, prazerosa e voluntária, sem afetar as vertentes educativas e culturais.
2) <i>Saúde</i>	Gerar oportunidades para a melhoria da saúde da população, por meio da prática de atividades físicas recreativas condizentes com as condições locais.
3) <i>Desenvolvimento comunitário</i>	Qualificar a capacidade organizativa e mobilizadora comunitária para o trabalho coletivo com os diferentes segmentos locais.
4) <i>Integração social</i>	Estímulo ao fortalecimento dos vínculos solidários popular, com destaque à família, participação feminina e à valorização da criança e do idoso.
5) <i>Civismo</i>	Fortalecimento do sentimento nacionalista.
6) <i>Humanização das cidades</i>	Proporcionar possibilidades de práticas esportivas recreativas com uma participação quantitativa significativa das pessoas, considerando as potencialidades do uso de áreas livres nas grandes cidades.
7) <i>Valorização da natureza</i>	Promover a orientação da prática esportiva ao ar livre, com destaque para as crianças, valorizando a preservação da natureza.
8) <i>Adesão à prática esportiva</i>	Criação de possibilidades e atividades esportivas simplificadas e criativas, almejando a ampliação quantitativa de participantes, além da diversificação das práticas, refletindo no aumento do uso dos espaços e equipamentos já existentes.
9) <i>Adesão ao esporte organizado</i>	Motivar à prática esportiva, utilizando-se das emoções geradas pela mesma, na promoção do apoio as ações na Educação Física, nos esportes clubísticos e em outras entidades.
10) <i>Valorização do serviço à comunidade</i>	Agregar o apoio comunitário a realização das ações esportivas ofertadas pelos setores públicos e privados.

Fonte: Campanha Esporte Para Todos: Documento Básico (1977). Elaborado pela autora.

As expressões-chaves – lazer, saúde, desenvolvimento comunitário, integração social, civismo, humanização das cidades, valorização da natureza, adesão à prática esportiva, adesão ao esporte organizado e a valorização do serviço à comunidade – indicavam os caminhos, de certa forma plurais, que o EPT trilhava para consolidar o esporte não-formal no país.

Ao serem questionados sobre o Decálogo durante a entrevista com Sérgio Teixeira (2015), Lamartine Pereira da Costa, Edilson Valente e Kátia Brandão Cavalcanti, tiveram posicionamentos distintos acerca da constituição

dos ideais em questão. Costa, afirmou que o Decálogo era uma espécie de instrumento auto avaliativo, mas reconhece que “[...] era uma solução muito limitada” (TEIXEIRA, 2015, p. 287), e ainda acrescenta que:

[...] O Decálogo não é produto de uma cabeça. Ele foi sendo destilado, destilado, destilado, até chegar num determinado ponto. Ele era uma espécie de segurança final para dar coerência ao que estava sendo feito, porque ele se referia a qualquer circunstância, com exceção do item que fala no esporte de alto nível. Este item fui eu que sempre batalhei para ficar, para não criar uma guerra inicial com o esporte de competição (TEIXEIRA, 2015, p. 287).

Por outro lado, Edilson Valente afirma que Paulo Freire desenvolveu um Decálogo para a Educação, utilizado pelo MOBREAL “[...] e o Esporte para Todos adaptou aquela visão paulofreireana” (TEIXEIRA, 2015, p. 294). Ao ser questionado por Sérgio Teixeira acerca das críticas tecidas a Paulo Freire por Arlindo Lopes Correia (responsável pelo MOBREAL naquela época), Valente pontua que, “[...] ele não admitia que a visão era paulofreireana, mas o Lamartine dizia que era. Foi que pegou o Decálogo do MOBREAL e procurou adaptar os dez itens. Mas, era visão paulofreireana, apesar da discordância do Arlindo” (TEIXEIRA, 2015, p. 295).

Cavalcanti, ao ser questionada sobre o assunto, pontua que o conjunto de expressões-chaves não possuía influência de Paulo Freire “[...] porque o Decálogo é uma concepção do Lamartine. A partir das políticas de outros países” (TEIXEIRA, 2015, p. 317). E justifica que “[...] nessa época de 1977, com o Decálogo, não tinha inspiração de Paulo Freire. Até porque era proibido... Não se tinha literatura de Paulo Freire.” (TEIXEIRA, 2015, p. 318).

Na literatura, Costa e Rocha (1981) ao discorrerem acerca da avaliação do esporte não formal, afirmam que a mesma deveria ocorrer por meio de dois níveis: 1) Orientação geral; 2) Promoção dos eventos etc., considerando a filosofia, teoria, metodologia e prática, elementos que demonstram o conjunto de ideias que orientavam as ações, contidas no Documento básico, nesse sentido, para os autores, o Decálogo era utilizado como parâmetro avaliativo.

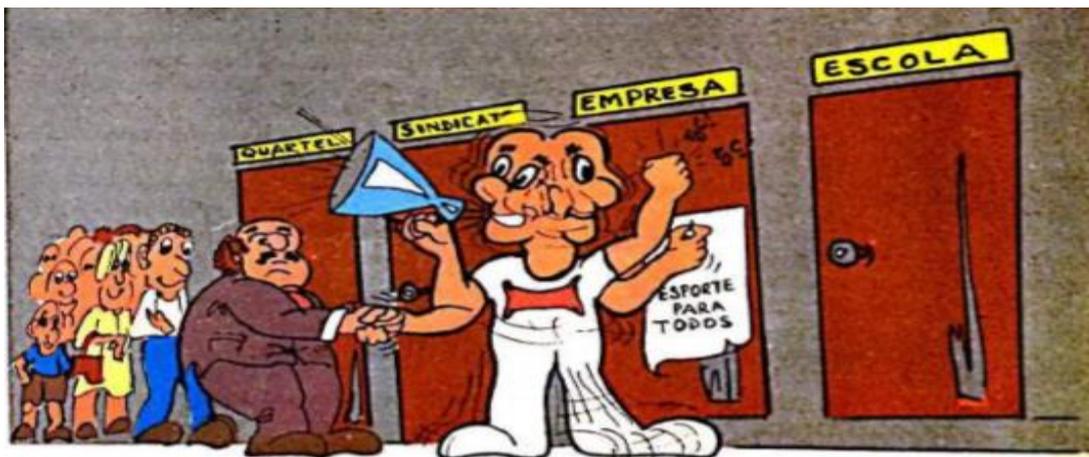
No entanto, apesar dos distintos olhares sobre a constituição do Decálogo, fica nítido o envolvimento de Lamartine Pereira da Costa, nas deliberações e decisões que abarcavam o setor naquela época. De certa forma esta inserção do agente nos espaços de decisão da política esportiva, com

destaque para o EPT, evidencia que a reprodução das propriedades estruturais ocorre por meio de agentes com capacidade cognoscitiva durante a interação (GIDDENS, 1997). É neste momento de autoconfrontação dos conhecimentos privados com a lógica institucional que a estruturação (estrutura + ação) acontece, metamorfoseando as concepções enraizadas, dando vida ao destradicionalizado (GIDDENS, 2009). Vale ressaltar que esse processo é antagônico e não exime disputas de poder em seu seio, porém a arena decisória presume uma reflexão continuada das condições e ações dos indivíduos (GIDDENS, 1996).

Ao descrever o tópico 2) como é, o Governo destaca o movimento municipalista como cargo chefe do desenvolvimento das ações do EPT, afirmando que a Campanha é um “[...] o movimento, no caso, é de pessoas e entidades em busca dos ideais do DECÁLOGO”. É essencialmente, uma iniciativa local “[...] uma corrente para frente do povo e para o povo” (BRASIL, 1977, p. 8). Lamartine em entrevista a Teixeira (2015, p. 273), revela que a referida característica de municipalização do Movimento tinha relação com sua inserção no MOBRAL, haja vista que “[...] o MOBRAL não era o MOBRAL federal, o MOBRAL era na essência municipal [...] porque no município se trabalhava como voluntário no MOBRAL deles, não do governo federal”. Apesar de 1978 o EPT ter sido alocado na Secretaria de Educação Física e Desportos, permaneceu com a essência municipalista (VALENTE; ALMEIDA FILHO, 2005).

Nessa premissa, os documentos evidenciam que o EPT também pretendia reconhecer as peculiaridades locais para que as atividades se adaptassem a elas, respeitando a cultura, tempo livre disponível da população, e as propostas dos agentes envolvidos no processo. As ações deveriam ser de fácil compreensão, criativas e utilizando o decálogo para fortalecer a prática do esporte comunitário na realidade local. Para tal parcerias com diversos segmentos sociais precisariam ser realizadas, tais como, empresas, sociedade civil, escolas, prefeituras e quartel (figura 5).

Figura 5 – Parceria Com diversos segmentos sociais



Fonte: Campanha Esporte Para Todos: Documento Básico (1977, p. 9).

Ao considerar a pluralidade que permeia o processo institucional, Heinemann (2005) atrela o estabelecimento de parcerias com diversos setores ao grau de Estado de Bem Estar Social que vigora em cada país, e ainda afirma que as modificações do aparato legal, os acordos financeiros e institucionais podem estar relacionados aos agentes que compõem o sistema esportivo e seu relacionamento com os órgãos estatais. Para Giddens (2009) a intervenção dos agentes na estrutura se dá de maneira contínua, haja vista a dualidade da estrutura. Nesse sentido, considerando o tempo-espço no contexto da reprodução social, o autor ainda afirma que “ao reproduzirem propriedades estruturais, os agentes também reproduzem as condições que tornam possíveis tal ação” (GIDDENS, 2009, p. 31).

Ao abordar a dualidade da estrutura Giddens (2009) reforça a margem de ação dos indivíduos de forma reflexiva, tanto no privado quanto no institucional, e reitera suas críticas a postura teórica do estruturalismo e da fenomenologia. Sinalizando que o primeiro suprime ou reduz o conhecimento do agente, colocando a racionalização das ações como elemento permanente das estruturas sociais. E o segundo, em suas abordagens hermenêuticas presumem a criação social moldada apenas pelos agentes. Logo, acredita-se que a autoconfrontação entre valores individuais e normas institucionais, foram destradicionalizando diversos fenômenos no sistema social, por esse motivo, não se pode desconsiderar a importância da dualidade inter-relacional entre as distintas esferas que influíram o desenvolvimento do EPT no Brasil.

Neste emaranhando de parcerias, as deliberações para a implementação do EPT evidenciam que o seu escopo estava atrelado a diversificação das atividades, bem como ao aperfeiçoamento da capacidade técnica e administrativa, além, do fomento e fortalecimento da criação de entidades comunitárias que viessem contribuir na estruturação do decálogo nos municípios.

Sendo uma movimentação de um grande número de pessoas e de entidades, não é recomendável qualquer excesso ou complicação administrativa. A coerência – a corrente pra frente e de todos – será obtida se os objetivos forem perseguidos seguindo-se um mínimo, mas essencial, de orientações gerais (BRASIL, 1977, p. 9).

Os documentos analisados mencionam a necessidade do cuidado com a burocratização demasiada da Campanha, para que não colocasse em risco a implementação das ações, e ainda relata, que neste sentido, “[...] a coerência da Campanha será observada através da busca do equilíbrio entre a improvisação – característica das promoções desenvolvidas em mutirão – e a necessidade de um mínimo de controle” (BRASIL, 1977, p. 17). Tal premissa de flexibilização da burocracia da Campanha se alinha ao que conforme Rezende (2004) foi proposto pelo Decreto-Lei 200/1967 que almejava maior autonomia e flexibilidade burocrática, salienta-se que de acordo com Bresser Pereira (1998) a referida legislação se configurou entre as maiores reformas administrativas do Estado brasileiro durante o século XX.

Beck (2018, p. 197) ao retratar a metamorfose mundial afirma que “[...] a política está entrando numa peculiar zona crepuscular, a zona crepuscular da dupla contingência: nada permanece fixo, nem as velhas instituições e os sistemas básicos de regras”.

Em termos gerais, objetivando simplificar o desenvolvimento da Campanha, a gestão do EPT seguia duas lógicas: uma local – representada pelas atividades de identificação comunitária, que seguia o calendário do município – e outra nacional – composta por um calendário anual baseado nos feriados cívicos e nos fins de semana, em que todos os municípios adeptos ao programa realizariam a mesma atividade de alcance nacional – figura 6.

Figura 6 – Calendário de anual de atividades nacionais do EPT

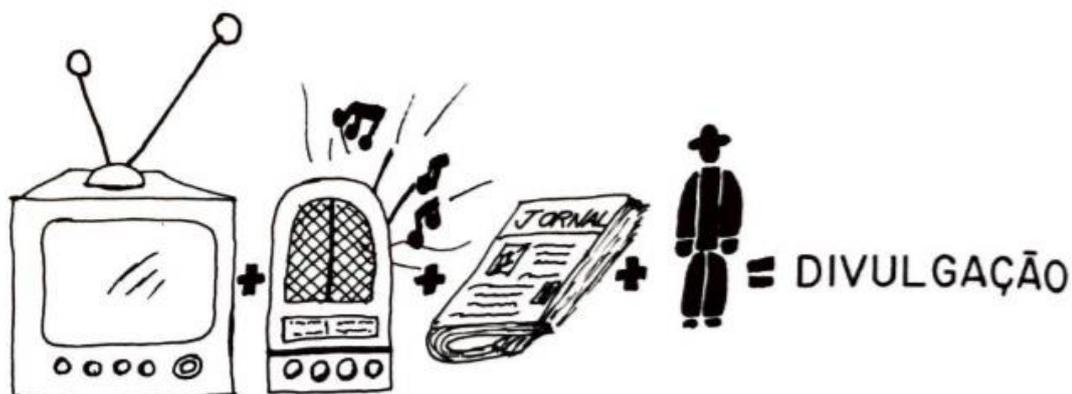
JANEIRO Colônias e praias de férias	FEVEREIRO Colônias e praias de férias	MARÇO Áreas, parques e ruas de lazer nos fins de semana	ABRIL Áreas, parques e ruas de lazer nos fins de semana	MAIO 01/05 – Passeios e corridas de bicicleta	JUNHO Torneio gigante de futebol, aos fins de semana
JULHO Colônias e praias de férias	AGOSTO Áreas, parques e ruas de lazer nos fins de semana	SETEMBRO 07/09 – Passeios e corridas a pé	OUTUBRO Áreas, parques e ruas de lazer nos fins de semana	NOVEMBRO 15/11 – Festival de jogos de quadra, praia e rua	DEZEMBRO Áreas, parques e ruas de lazer nos fins de semana

Fonte: Campanha Esporte Para Todos – Documento Básico (1977, p. 10). Elaborado pela autora.

A programação nacional era reconhecida como a força da Campanha, para fortalecer o sentimento de integração. Para tal, a disseminação dos acontecimentos via mídia potencializava as atividades do EPT no Brasil, proporcionando uma disseminação simbólica do Movimento para que este fosse reconhecido como uma grande intervenção que colocava em prática as diretrizes do Decálogo (BRASIL, 1978c). Azevedo (2006) afirma que durante o Governo Militar ocorreu uma forte expansão dos recursos midiáticos pelo Brasil, com a modernização dos jornais, ampliação setorial das revistas e o progresso da televisão como importante veículo de informação.

Naquela época vários canais de comunicação divulgaram a implementação das ações do EPT no Brasil, de acordo com o Programa Esporte Para Todos (1978) a televisão, o rádio, os voluntários e os jornais impressos – figura 7 – conseguiam uma capilaridade ampla e divulgavam constantemente as atividades do Movimento pelo país.

Figura 7 – Canais de divulgação do EPT



Fonte: Brasil (1978)

Acerca da relação da reinvenção da política com a mídia, Beck (1991, p. 249) relata que “[...] a reflexividade política precisa de imagens para acender e desenvolver uma concepção jornalística do próprio programa e de questões a serem exploradas e construídas na mídia, onde se fabrica a opinião pública”.

Neste íterim, a figura 8 apresenta um destaque informativo de convite à participação da população nas Ruas de Lazer, uma ação do EPT na cidade de Cuiabá. Acerca do enfoque nas distintas possibilidades de lazer, que estavam em emergência naquela época, Roberts e Parsell (1994) revelam que desde a década de 1960 vinha ocorrendo modificações nos estilos de vida dos jovens, refletindo nas escolhas e nas práticas esportivas e de lazer.

Figura 8 – O Estado de Mato Grosso 1977

AOS DOMINGOS

Participando do Programa 'Esporte Para Todos', do Ministério da Educação e Cultura, a Coordenadoria Estadual do MOBRAI, anuncia a realização aos domingos nesta Capital das Ruas de Lazer, que, conforme informação de Thais Moreira da Silva, Coordenadora Adjunta, se localizam na rua 13 de junho, entre a rua Senador Metelo e a Travessa do Limoeiro e na Travessa da Justiça, entre as ruas Desembargador Ferreira Mendes e Dona Elvira Ferreira da Silva.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Ao observar a figura 9, referente a divulgação do feedback acerca da realização de um evento de impacto da Campanha – o II Passeio Ciclístico realizado em Natal/RN – é possível identificar a parceria do público com a rede privada, Caloi e Casa Régio, empresas que distribuíram bicicletas como prêmios. Navarro, Mezzadri e Silva (2020) afirmam que o futebol e o ciclismo no EPT estavam em destaque na mídia, o que estava influenciando o crescente uso das *bikes* no Rio de Janeiro.

Em referência aos eventos de impacto que envolviam o uso de bicicletas, é válido emitir uma breve contextualização histórica para compreender os delineamentos que possivelmente influíram nas referidas deliberações.

Com o crescimento das cidades e o advento de novos meios de transporte, ocorreram modificações no trato com a mobilidade urbana, em escala global. No Brasil desde a década de 1950 com o surgimento das indústrias automobilísticas, e em 1960 com os projetos de construção do metrô no Rio de Janeiro e em São Paulo, as novas formas de locomoção adentraram no cotidiano dos brasileiros deixando de lado os transportes não-motorizados, “[...] a bicicleta, em particular, era tida como uma tecnologia ultrapassada, fadada ao desaparecimento” (GEIPOT, 2001, p. 3).

Figura 9 – Diário de Natal (1977)

Vinte e cinco mil no II Passeio Ciclístico

Com a participação de 25 mil ciclistas foi realizado ontem pela manhã o II Passeio Ciclístico de Natal numa promoção da Caloi, Casa Régio, com apoio dos Diários Associados no Rio Grande do Norte, Polícia Militar e Departamento Estadual de Trânsito, fazendo parte do programa “Esporte para Todos”, do Ministério da Educação e Cultura e Mobral.

O êxito do II Passeio Ciclístico superou as previsões dos patrocinadores em número de participantes, garantindo assim um sucesso superior ao I Passeio realizado no ano passado. A concentração dos ciclistas inscritos começou às 8 horas na Praça Cívica Pedro Velho. Os primeiros que chegaram no local receberam camisas e bonés da Caloi e

Casa Régio.

O PASSEIO

O passeio se desenvolveu dentro da maior tranquilidade sem que houvesse nenhum problema. Todas as determinações foram cumpridas pelos ciclistas, facilitando assim o trabalho de segurança feita pelo Detran, e Polícia Militar do Estado.

Vários grupos representativos de colégios e entidades de classe participaram do II Passeio Ciclístico, dando um brilhantismo ainda maior à promoção da Caloi-Casa Régio. O Passeio foi iniciado às 9 horas e 30 minutos, saindo da Praça Cívica Pedro Velho e percorrendo a avenida Nilo Peçanha, rua Manoel Dantas, avenida Hermes da Fonseca, avenida Bernardo

Vieira, avenida Salgado Filho, rua Jundiá, avenida Deodoro, rua Apodi, avenida Rio Branco, rua Ulisses Caldas, avenida Deodoro, rua Potengi, e chegando finalmente à Praça Cívica Pedro Velho por volta das 11 horas.

PRÊMIOS

Vários prêmios foram distribuídos para os participantes logo após o encerramento do passeio, sendo contemplados o grupo mais numeroso, o mais organizado e o mais vibrante.

A comissão organizadora escolheu como o grupo mais organizado o que esteve representando o Colégio Salesiano. O mais numeroso foi o do Colégio Winston Churchill e o mais vibrante do Padre Monte.

Esses grupos receberam



As bicicletas sorteadas serão entregues hoje, na Casa Régio.

uma taça. O principal prêmio, uma bicicleta BARRAFORTE, o mais novo lançamento da Caloi ficou para o ciclista Francisco Felinto de Lima, que participou do passeio com a bicicleta “Dona Xepa”, ganhando o prêmio em originalidade. Diferente de todas as outras bicicletas, a do ciclista Francisco Felinto de Lima, tinha uma volante de automóvel no lugar do guidão convencional.

Caloi e Casa Régio sor-

tearam três bicicletas Berlinetas entre os participantes. Os sorteados foram Mizael Simplicio de Souza, residente na rua Rio Potengi, 3375, Quintas; Milton Dantas, residente na rua Coemaçu, nº 1.002, nas Quintas e Gilson Diniz, rua José do Patrocínio, 3473, Candelária.

As bicicletas serão entregues hoje pela manhã na loja matriz da Casa Régio, na avenida Rio Branco.

Conforme a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT em 1970 devido à Crise do Petróleo novas medidas passaram a ser tomadas no que diz respeito ao uso da energia, eclodindo em diversos movimentos em prol da sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Com a articulação e o aumento dos movimentos ecológicos, ocorreu em 1972 a primeira reunião mundial sobre o Meio Ambiente na cidade de Estocolmo/Suécia, a qual possibilitou novos delineamentos acerca da mobilidade urbana, colocando o uso das bicicletas como um meio de transporte crucial na defesa da sustentabilidade (GEIPOT, 2001). Assim, no Brasil também ocorreu uma modificação na visão do uso da *bike* como meio de transporte, em 1976 a GEIPOT publicou o Planejamento Cicloviário: uma Política para as Bicicletas, que se configurou como importante marco para as políticas voltadas para o setor. Salienta-se que até os dias atuais o mesmo serve de referência na literatura técnica de transporte cicloviário no país (GEPOIT, 2001).

Nesse sentido, o referido trato com o uso das bicicletas possivelmente está atrelado a emergência de novos estilos de vida, desde a preocupação com o meio ambiente, ou a busca por uma vida mais ativa, e até mesmo por outros interesses. Para Giddens (1997, p. 112):

Nas sociedades modernas, as escolhas de estilo de vida são ao mesmo tempo constitutivas da vida cotidiana e ligadas a sistemas abstratos. Há uma percepção fundamental em que o aparato institucional total da modernidade, uma vez afastada da tradição, depende de mecanismos potencialmente voláteis da confiança.

Navarro, Mezzadri e Moraes e Silva (2020) relatam que a Confederação Brasileira de Ciclismo foi criada durante o período de implementação do EPT, e participou das ações da Campanha de forma ativa. Tal fato retrata que a criação da estrutura em questão é reflexo das alterações no trato com o ciclismo no país, indicando uma reflexividade institucional.

Salienta-se que o EPT tanto em seus documentos institucionais, quanto nos eventos de impacto reforçava a promoção do uso da bicicleta, na tentativa de ampliar a sua adesão como um meio de transporte. Vale ressaltar que naquela época, reflexo possivelmente das alterações normativas estabelecidas

pelas instituições, já era sinalizada a necessidade de adequação das cidades para o uso da bike como mobilidade urbana. Referente a inter-relação das ações institucionais brasileiras próximas do desenho internacional, pode-se argumentar a partir da visão *beckiana* de que “[...] quanto mais cosmopolitas forem as nossas estruturas e atividades políticas, mais elas serão bem sucedidas na promoção de interesses nacionais, e maior será o nosso poder individual nessa era global”(BECK, 2008, p. 7). O autor afirma que:

Na era de incerteza fabricada, a constante ameaça de uma crescente série de riscos locais e de megaperigos abre espaços de ação subpolíticos, sub-revolucionários e reinventa instituições de infraestrutura científica e política. Isso não tem haver somente com novos espaços cosmopolizados de ação, mas com novos campos de ação e reformas políticas (BECK, 2018, p. 151).

Ademais, o Documento Básico fortalece a importância das entidades parceiras, voluntários e órgãos públicos alinharem o discurso utilizando mesmo slogan, e seguindo a lógica de aplicação do Decálogo em todo território nacional. Vale ressaltar que caso as Prefeituras não aderissem o EPT para se tornar órgão responsável pelo seu desenvolvimento nos municípios, entidades poderiam se filiar e assumirem tal protagonismo. No entanto, não havia restrições a intersetorialidade, haja vista que apesar de conter a posição líder, a programação poderia ser desenvolvida de forma cooperativa, evidenciando que “[...] para resguardar o caráter aberto da Campanha, mantendo a independência das diferentes entidades e a possibilidade de iniciativas particulares na área esportiva” (BRASIL, 1977, p. 16).

Ao relatar o delineamento da municipalização do EPT no Brasil, Lamartine Pereira da Costa revela a Teixeira (2015) indícios de uma subpolítica, que ao ser descoberta, passou a moldar a estrutura de desenvolvimento da Campanha no país:

A proposta já existia latente em várias regiões do país, em potência e, às vezes, até em realização prática. Eu descobri isso viajando pelo interior de São Paulo e, de repente em Sorocaba, ao falar no EPT os interlocutores me diziam: “vem cá, isso que vocês estão propondo agora, nós estamos fazendo aqui há dez anos”. Eu me sentia desconfortável, mas convencido da raiz local do EPT [...] Eu disse aos meus colegas que “parassem com essa história toda de EPT copiado do exterior e, pelo amor de Deus, vamos nos voltar para esse pessoal que já faz um EPT deles. Não há necessidade de trazermos

uma ideia de fora. O EPT já pertence à cultura local no Brasil”. Então, já houve outro envolvimento meu com o EPT, desde que eu passei a defender radicalmente as raízes locais do esporte, situação que eu estou até hoje [...] EPT é um dado da cultura nacional e que reapareceu por ser procurado e não por criação e promoção como tem feito todos os governos com seus projetos. (TEIXEIRA, 2015, p. 273-274).

Para Beck (1997) quem observa a política de cima e aguarda resultados negligencia a auto-organização do político, a subpolítica, que pode influir em muitos campos da sociedade. Além disso, a partir da análise que tem sido proposta, é perceptível que as relações da reinvenção da política, reforça a autoconfrontação entre o local e o global. Inter-relação que não ocorre de forma “importada” ou impositiva, mas atrelada ao tempo-espaço, que conforme Giddens (1997, p. 77) refletem o papel da tradição - e de certa forma da destradicionalização – tanto no cotidiano quanto no mundo, nesse sentido ambas “[...] devem ser consideradas no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialidades, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos”.

Em seu tópico, 3) Contamos com quem, o Documento Básico apresenta as entidades e agentes que atuariam na implementação do EPT, apresentando os seguintes órgãos como bases organizativas da ação, o Departamento de Educação Física e Desportos (traçou linhas gerais do programa), os assistentes de mobilização do MOBREAL (responsáveis por alinhar as ações no país, sem perder de vista os objetivos nacionais da Campanha), os Supervisores Estaduais e os Supervisores de Área (realizavam treinamentos e contatavam os municípios), além das prefeituras ou entidades líderes (responsável por coordenar o EPT no município), das entidades parceiras e os voluntários esportivos (organizava a promoção das ações em conjunto com os demais responsáveis e implementava as ações tendo os voluntários como os agentes executores do projeto), e da promoção da Campanha (realização das atividades esportivas).

Costa e Rocha (1981, p. 117) afirmam que na esfera municipal cada programa do MOBREAL possuía características próprias acerca do voluntariado no EPT, essa perspectiva dos agentes envolvidos nas ações deram forma ao objetivo da Campanha e “[...] entre 1977 e 1979, um total de 10.458 Voluntários

Esportivos foram treinados em 2.772 Municípios, movimentando 9,7 milhões de pessoas em 62 tipos de promoções”.

Acerca do voluntariado nas ações esportivas dos países escandinavos, Norberg (1998) sinaliza que há uma harmonia entre o público e o voluntariado no EPT, caracterizando até mesmo como uma dependência mútua, ressaltando a dinamicidade que permeia essas relações e os embates ideológicos que buscam influir nesses processos. Em adição, Bergsgard e Norberg (2010), pontuam que tanto o campo esportivo quanto o político desses países são contraditórios. Por outro lado, Navarro, Mezzadri e Moraes Silva (2020) relatam que no Brasil os interesses plurais presentes no esporte, refletiram na difusão de distintas perspectivas acerca do papel dos agentes do EPT no país.

Com o desenho institucional apresentado pelo MEC para a implementação, fica nítido que apesar de possuírem um tronco comum em todo o país, as ações municipais deveriam ser desenvolvidas de forma descentralizada. Por outro lado, também foi possível perceber que em todo o arquivo analisado, é defendida a premissa de que quanto mais ações municipais descentralizadas existirem, mais pessoas terão acesso as políticas. Algo considerado controverso no universo de um Governo Militar. Todavia, os entrevistados por Teixeira (2015) revelam que o EPT e sua característica municipalista, de certa forma fortalecida pelo MOBREAL, causou embates em alguns setores do Governo Federal no período, haja vista que a campanha alcançou uma amplitude inimaginável pelos seus idealizadores, e foi rotulada em diversos momentos como válvula propulsora da política comunitária e sindical.

Além disso, ao delinear as condições de cooperação entre as parcerias institucionais, é enfatizado que a participação das entidades, deveria girar em torno de quatro palavras, “divulgar, mobilizar, promover, informar”. Com base nesse quarteto foram elencadas diferentes possibilidades de cooperação entre as entidades, a saber: de apoio (simples divulgação), de promoção (esforços para implementar os programas nacional e local), de patrocínio (financeiro, humano e material em troca do desenvolvimento promocional das empresas e outras instituições), de mobilização (veículos de comunicação para divulgação), de atividades (ampliação do número de participantes do EPT) – figura 10 representa modelos de divulgação das ações do programa.

Figura 10 – Cartazes de divulgação do EPT no Brasil



Fonte: Brasil (1978)

Teixeira (2009) relata que essas estratégias de divulgação e mobilização utilizadas pelo EPT na verdade serviam para que os indivíduos assimilassem os discursos propagados, no sentido de manter a ordem social vigente. No entanto, tal premissa desconsidera os agentes como sujeitos ativos nas escolhas que desenham e redesenham suas vidas em autoconfrontação com as estruturas, que por outro lado também sofrem influências das tomadas de decisões dos indivíduos (GIDDENS, 1996b).

Ao relatar 4) Para quem, fica explícito que o delineamento do EPT almejava atingir quantitativamente o máximo de pessoas possíveis no país. Porém, considerando a necessidade de promover o acesso a grupos distintos, como, mulheres, homens, crianças, jovens adultos, idosos. O que corrobora com as deliberações da Conferência Europeia do Esporte de 1976, que conforme Heinemann (2005) fez com que os países buscassem garantir oportunidades igualitárias para a prática esportiva, independentemente de idade, sexo, situação econômica, status social ou grupo étnico.

O Documento também evidencia a amplitude das significações do esporte para a população, e esclarece a importância da intervenção no sentido da promoção de atividades recreativas para que desprendesse o foco no esporte

espetáculo, este que consequentemente limita o acesso a um número menor de praticantes.

Diante disto, fica evidente as ambiguidades que permeiam a produção e implementação de políticas, deixando em voga o efeito elevador, este que se encontra atrelado ao desenvolvimento socio estrutural, em que a sociedade de classes se movimenta para um outro ímpeto de vivência e de debate. Segundo Beck (2011) mesmo prevalecendo a produção de desigualdades, existe um “plus coletivo” em referência à educação, direitos, renda, mobilidade, consumo e ciências, que infere consequentemente na dissolução das identidades e vínculos classistas atrelados apenas as características econômicas.

Em adição, também é sinalizado que as diferenças sociodemográficas dos municípios brasileiros poderiam inferir no desenvolvimento das ações e no número de pessoas assistidas pela Campanha. Nesse sentido, perante as inúmeras diferenças no país, algumas observações, deveriam ser consideradas, como, uma “[...] maior ênfase na participação e não na seleção; tamanho e recursos do Município; estabelecimento de categorias de praticantes; tipo e quantidade de trabalho físico das promoções; ênfase na participação de pessoas mais carentes” (BRASIL, 1977, p. 29).

As diferenças de cada esfera governamental presumem peculiaridades que estão em constante mutação dentro do sistema social. No âmbito da Ciência Política ao discorrer acerca da definição de problemas e alternativas durante a formação da agenda governamental, Capella (2018) enfatiza a importância de se levar em consideração os dados locais para a elaboração de políticas, para que estas consigam atender as demandas necessárias para solucionar os problemas existentes. Logo, reconhecer e usufruir das características locais pode potencializar as ações governamentais.

O elemento 5) Com o que contamos, do Documento Básico, apresenta as diretrizes de mobilização e divulgação, com destaque para os critérios de elaboração dos materiais impressos a serem utilizados, haja vista que o EPT possuía todo um aparato específico de símbolos, estes que são explorados juntamente com os slogans de outros países no material Programa Esporte Para Todos (1978). Valente (1996, p. 203) argumenta que:

[...] no jogo do Esporte Para Todos, a idéia do respeito ao trabalho, ao progresso, à cultura individual, ao inter-relacionamento entre o formal e o não formal, dentre outras, tendencialmente tem sido estimulada à estar interagindo com a alegria de viver, com o prazer, com a liberdade de escolha, com a participação, bem como com a ideologia do consumo. Isto torna-se inevitável porque, da mesma forma, como vem acontecendo com outras formas de conduta social, o Esporte Para Todos configura-se como um dos símbolos mitologizados nessa sociedade.

Nesse sentido, o uso das imagens influía e transmitia a visão do esporte não formal, conforme pode ser observado na figura 11, que expõe o slogan utilizado pela Campanha para divulgar as ações. De acordo com o livro técnico Programa Esporte Para Todos, a imagem em questão representa a improvisação, informalidade, mobilização popular, elementos cruciais para o Movimento (BRASIL, 1978).

Figura 11 – Simbologia do EPT no Brasil

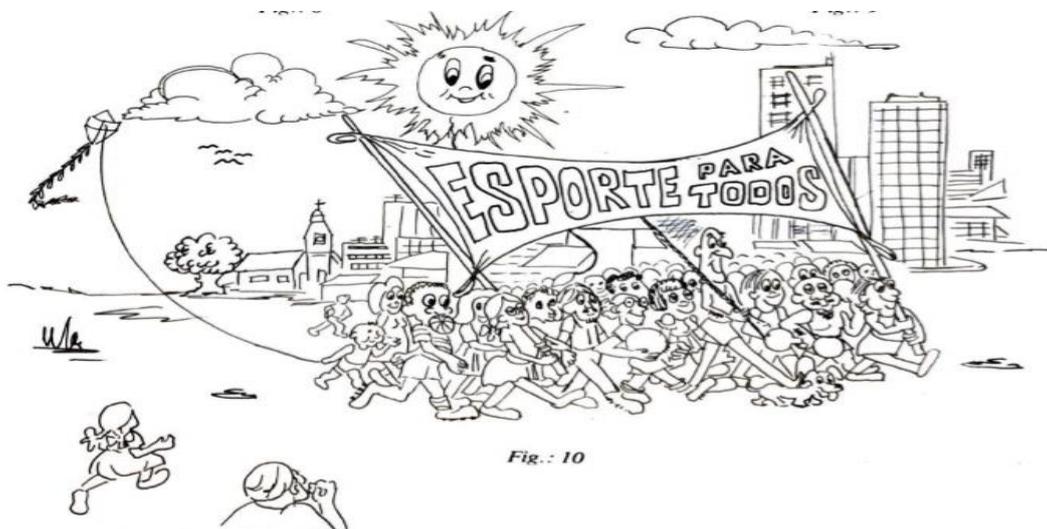


Fig.: 10

Fonte: Brasil (1978)

Por outro lado, o penúltimo capítulo apresentado pelo Documento Básico do EPT, 6) Como fazer, relata o meio o qual a Campanha se materializa, que é através das promoções – acontecimentos esportivos na perspectiva recreativa. Tais que devem considerar alguns aspectos, a saber: o local (espaço

disponível e com capacidade para a realização da ação), abertura (deve ocorrer de forma breve), organização das categorias de praticantes, e a premiação (recomenda-se a busca por patrocínios comerciais). Em termos gerais, o capítulo apresenta um *check-in list* acerca de como proceder para a organização de promoções específicas: 1- passeios e corridas de bicicletas; 2- torneio gigante de futebol; 3- passeios e corridas a pé; 4- festival de jogos de quadra, para e rua; 5- colônia de férias; 6- áreas e ruas de lazer. Por fim, o Documento Básico apresenta os endereços dos órgãos Federais e estaduais responsáveis pelo EPT durante aquele período.

Outro ponto a ser considerado acerca do Movimento Esporte Para Todos é o processo de cientificização que foi desenvolvido em torno dele. Vale ressaltar que entre os anos de 1970 e 1980 a própria EF passava por uma fase de estruturação científica – que de certa forma até os dias atuais ainda se encontra em voga²⁰. Neste período também ocorreu a implementação dos cursos de Pós-Graduação no país e o reingresso de vários professores que migraram para o exterior com o intuito de fazerem *stricto sensu*, elementos que além de representarem esta alteração de paradigma científico na área, ainda evidenciam a fragilidade científica do campo (TANI, 2011).

Com o intuito de debater as limitações e avanços do EPT no país, ocorreram 3 congressos nacionais, em Curitiba/PR (1982), Belo Horizonte/MG (1984) e o último em Campo Grande (1986), com a proposta aberta às críticas e opiniões que visassem qualificar as ações do EPT. Lamartine afirma que Alfredo Gomes de Faria Júnior foi o encarregado na elaboração da estrutura do evento (TEIXEIRA, 2015).

Por hora, Antônio Carlos Bramante relata a Teixeira (2015) que haviam muitas críticas ao Movimento, seja pelo embate com o esporte formal ou por questões conceituais do lazer, e ainda acrescenta que teve conflitos em diversos segmentos, haja vista o amplo debate proporcionado pelos Congressos, “[...] de repente, se organiza e se cria um lugar para o pessoal criticar o EPT. Dentro do congresso. Aquilo lá era uma grande feira. Mais parecia uma feira do que um congresso. E incomodava muita gente”.

²⁰ Ver mais em: SOUZA (2018; 2019a; 2019b).

Percebe-se que devido o Governo Militar estar em vigência durante a realização da maioria desses eventos, muitos autores consideram que as ações do EPT eram controladas e todas as deliberações eram repressivas, no sentido de “alienar” a população (CAVALCANTI, 1984; CASTELLANI, 1988; PAZIN, 2014). No entanto, Bramante sugere o oposto:

[...] Era um momento diferenciado para a construção do conhecimento na área, mas eu não sentia, eu estando aqui no município, realizando um trabalho, o governo nosso era do MDB, portanto era um grupo não alinhado com o militarismo e, então, a gente foi fazendo. A gente tinha uma convicção conceitual. Eu não percebia em nossas reuniões, mesmo quando era para discutir esses documentos básicos, qualquer... Olha, isso aqui não pode, é melhor ir por esse caminho! Nunca eu recebi qualquer orientação dessa natureza (TEIXEIRA, 2015, p.330).

Este movimento de ampliação dos espaços para o debate científico, corresponde, de certa forma, ao fim do monopólio da ciência, que conforme Beck (2011) impacta numa possível dependência das produções acadêmicas para o estabelecimento de verdades e para as tomadas de decisão nas amplas esferas da vida, podendo gerar efeitos colaterais incalculáveis.

Os Congressos nacionais do EPT promoveram discussões que emprestaram não apenas um olhar sobre o esporte não formal, mas também ocasionou debates no âmbito da própria Educação Física. A Carta de Belo Horizonte (1984) é um exemplo, elaborada no II Congresso discutia pontos como direito a EF, ética profissional, ensino, pesquisa, relação da área com Estado e etc. Conforme, Faria Júnior (2001) a referida carta foi construída durante o Congresso com o intuito de aproveitar os recursos que já estavam sendo investidos pela Secretaria de Educação Física e Desportos na logística do evento. Tendo em vista que haviam muitas divergências entre os professores do setor público e os do âmbito privado, foram estabelecidas parcerias entre as esferas, com destaque para o estreitamento das relações com as Associações de Professores de Educação Física e a Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física. Posteriormente, os delineamentos discorridos no documento tomaram forma em outros espaços legislativos, acadêmicos e profissionais.

A lógica evolutiva que começa a permear a produção de conhecimento científico, se encontra atrelada a autoconfrontação entre ciência, prática e

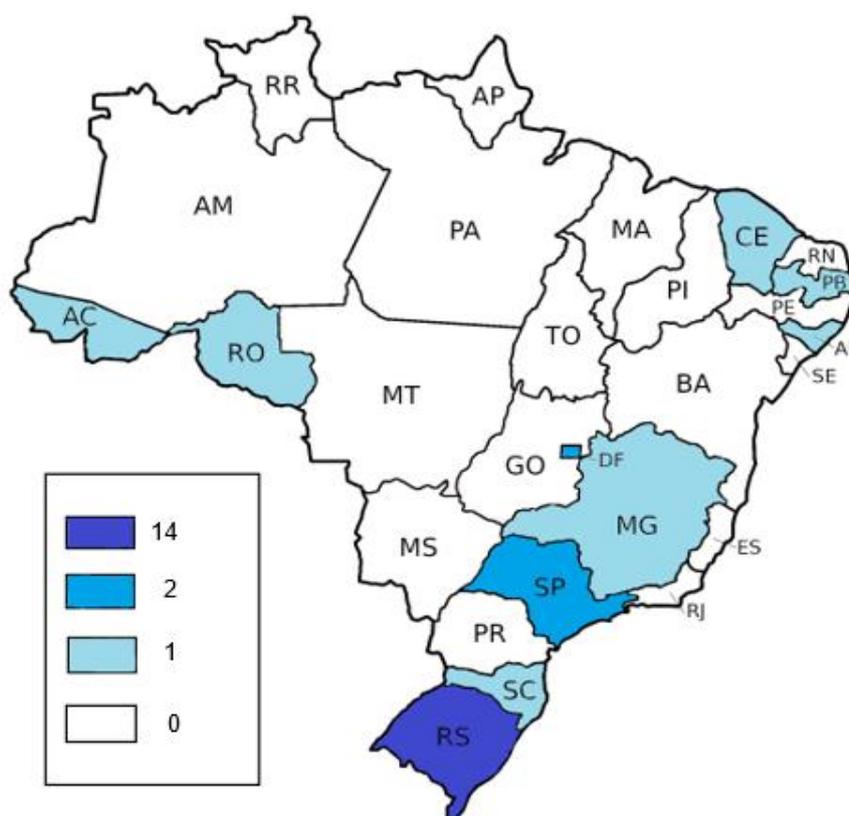
opinião pública. Tal interação é conflituosa e quando tensionada pelas distintas esferas desencadeia alterações na reorganização do mundo social, seja por meio de crises identitárias, autoquestionamento científico, novas teorias e metodologias, alterações institucionais e legislativas ou transformações no mundo do trabalho (BECK, 2011).

Além dos eventos nacionais, em 1982 foi realizado o 1º Congresso Norte/Nordeste do EPT, em que reuniu diversos profissionais da área com vistas ao intercâmbio de experiências para a consolidação do movimento nas Regiões. Os anais do evento em questão, sinaliza que além das palestras que abordaram o histórico, o social, as experiências do Movimento, e a relação da Campanha com a Política Nacional de Educação Física e Desportos, houve espaço para apresentação de trabalhos. Ao analisar o conteúdo dos trabalhos apresentados foi possível verificar que em sua maioria se tratavam de relatos de experiência, além de abarcar uma discussão ampla sobre lazer, e um debate intersetorial com educação, cultura e turismo.

Em 1982 também foi criada a Rede EPT, composta por profissionais de EF, líderes comunitários, professores universitários e algumas instituições, objetivava trocar informações e experiências acerca das manifestações socioculturais brasileiras, incentivando a prática do esporte não formal pelo país, salienta-se que a mesma se manteve em funcionamento até 1988 através dos apoios públicos e privados (VALENTE; ALMEIDA FILHO, 2005).

Nesta esteira de produção científica, o Catálogo de agentes e de publicações para cooperação técnica nacional e internacional (1985) apresenta as informações acerca da especialização do EPT, que aconteceu na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS, com um total de 25 pós-graduandos. Ao observar a figura 12, é possível verificar a divisão por Região, e perceber que não houve representantes de todos os Estados brasileiros, apenas 9 deles e o Distrito Federal foram assistidos. Por outro lado, o Rio Grande do Sul obteve um quantitativo de mais da metade do total de participantes da Pós-Graduação, possivelmente justifica-se por sua realização ocorrer no mesmo Estado.

Figura 12 – Quantitativo de especialistas em Esporte para Todos pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM por região (1985)



Fonte: Brasil (1985). Elaborado pela autora.

O Catálogo ainda indica um quantitativo de produções acadêmicas e técnicas que foram publicadas abordando o EPT no Brasil, a saber: (6) livros, (20) brochuras, (4) revistas e jornais, (4) artigos, e (5) *papers* em congressos, seminários e conferências internacionais. Tal dado, evidencia a capilaridade cosmopolita que permeava o conhecimento científico e técnico voltados para o setor durante o período.

Além disso, a Revista Comunidade Esportiva foi criada para difundir os conhecimentos acerca do esporte não formal no país, veiculando, principalmente, as informações acerca das ações desenvolvidas no EPT. Sua vigência durou de 1980 a 1986, com 40 números, publicados em 35 exemplares, discutindo de forma aberta e flexível sobre o esporte não formal e a própria EF brasileira (BRAMANTE; PINTO, 1991).

Esses indícios de eventos e publicações científicas, evidenciam uma relação entre academia e sociedade por meio do conhecimento. Ou seja, os aspectos políticos institucionais se encontram inter-relacionados com os delineamentos científicos e individuais, e de certa forma vão moldando o agir

estrutural e social constantemente. A própria emergência de críticas e ampliação do locus acadêmico são autoproduzidos durante o processo de modernização travado na modernidade (BECK, 2011).

A partir da análise exploratória que foi empreendida no decorrer deste dissertação pode-se identificar vários indícios da força destraditionalizadora do EPT no Brasil, considerando as influências cosmopolitas e a reflexividade institucional que permearam o processo introdutório do esporte não formal nas estruturas governamentais e científicas brasileiras, sem desconsiderar o movimento da subpolítica e o papel dos indivíduos nesse processo, que até então, era visto pela literatura na área da EF de forma rudimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação empenhou-se em investigar se o desenvolvimento do Esporte Para Todos no Brasil evidenciou um processo determinístico, conforme sugerido em parte da literatura da área da Educação Física, abordando os principais elementos teóricos que permeiam a TMR, bem como diagnosticando a percepção da linhagem marxista no campo da EF no tocante ao EPT. Partiu-se da hipótese de que o referido processo sofreu influências de várias frentes (sociais, culturais, individuais, estruturais e científicas), surgindo como reflexo da evolução da modernização reflexiva que ao mesmo tempo que produz reflexividade é produzida por ela em um contexto emergente nas distintas realidades socioespaciais do globo.

Vale ressaltar que não houve a intenção de emitir qualquer juízo de valor acerca dos feitos do Governo Militar, nem o defendê-lo ou acusá-lo. O intuito foi de compreender a realidade sobre o EPT e de que maneira ele se instaurou no

país, sem utilizar os fatos de forma ideológica, em um exercício constante de vigilância epistemológica²¹.

Nesse sentido, ao apresentar a TMR desenvolvida por Ulrich Beck e Anthony Giddens foi possível identificar que a teoria em questão possibilita que seja realizada uma análise relacional acerca das políticas públicas de esporte e lazer, em especial porque ela permite observar distintos aspectos (micro e macrossociológicos) que podem influenciar a tomada de decisão e o desenvolvimento das políticas, através da reflexividade, cosmopolitismo, cientificização reflexiva, subpolítica, riscos, incertezas, efeitos colaterais, individualização etc., conceitos que podem contribuir na compreensão da dinamicidade que permeia as políticas de esporte e lazer.

No âmbito da revisão exploratória empreendida nesse estudo, foi possível verificar que há uma rotinização de pensamento da linhagem marxista acerca do EPT no âmbito da EF, de que o fenômeno era utilizado como instrumento de controle social a favor de uma classe dominante, considerando os indivíduos de forma passiva e reconhecendo as influências mundiais apenas pelo viés econômico. Todavia, ao se debruçar nos dados empíricos, verificou-se que houve uma pluralidade de campos influenciando as tomadas de decisão em contexto global, seja via organizações internacionais ou, até mesmo, pela crescente metamorfose dos estilos de vida individual/social.

Nessa esteira, também foi possível perceber que a disputa de poder presente no campo epistemológico da EF foi reproduzida nas análises do EPT. De um lado, a subárea sociocultural geralmente descaracterizando as ações do Movimento e, do outro, a subárea biodinâmica enaltecendo a atividade física como carro-chefe do EPT. Ademais, a referida polarização deixa em voga diversas questões no contexto da produção de conhecimento na área, o que pode gerar a emissão de um “veredito” sobre o EPT, haja vista que ele é colocado de forma ideológica, de acordo com os caminhos ditados pelas lentes analíticas utilizadas, comprometendo a realização de uma análise mais relacional da realidade em que o fenômeno se desenvolveu.

²¹ Conceito utilizado por Bourdieu (2004), para definir a necessidade de o pesquisador se afastar do seu objeto de estudo, em três níveis de objetivação: [1] posição do sujeito no espaço global (origem e composição); [2] posição ocupada no campo dos especialistas; [3] de tudo relacionado à pertença, pontos de vista, valores crenças etc.

No que diz respeito ao cenário mundial, identificou-se que as modificações sociais imputadas no pós-Segunda Guerra induziram a uma nova dinâmica no trato com o esporte, por meio das alterações nos estilos de vida, avanço tecnológico e científico, ampliação da comunicação global e variados fatores. Nessa perspectiva difusa e plural emergiu no contexto europeu, com destaque aos países escandinavos, a proposta do *TRIMM*, possibilitando a implementação de uma política para o esporte não formal que se difundiu pelo mundo.

Ao analisar as relações cosmopolitas em torno do EPT, verificou-se que elas ocorreram de forma plural, recebendo influências e sendo influenciadas por distintos campos, e não apenas pelo econômico, conforme sugere uma parte da literatura científica na EF. Além disso, na difusão do EPT identificou-se as instituições, UNESCO e União Europeia como cruciais no metajogo do poder mundial. Ressalta-se que a referida dinâmica é complexa e deixa evidente que o contexto local *versus* o global se autoconfronta constantemente, produzindo uma lógica reflexiva e sendo produzida por ela, destradicionalizando as práticas esportivas e se auto moldando, conforme as demandas geradas por meio das alterações imbricadas à emergência de novos estilos de vida.

É nesse cenário ambíguo que no Brasil se instaurava o Governo Militar (1964), e a partir de 1970, conforme os dados analisados, ocorreram várias alterações no trato institucional com o esporte. Assim, com a Loteria esportiva implementada no país, além de identificar indícios de cosmopolitismo, percebeu-se a interpenetração do global no local e vice versa, haja vista que o modelo instaurado apesar de partir de Itália possuía características próprias.

Em adição, as modificações na porcentagem de repasse dos recursos financeiros para entidades a partir da LEB, demonstrou que houve uma adequação da estrutura a nova concepção de esporte que estava em eminência naquele período, em que o esporte não formal e o escolar passaram a ser reconhecidos como aspectos importantes para o desenvolvimento humano, recebendo uma destinação maior de recursos que o esporte formal, dentro dos preceitos legislativos da LEB. Tal fato questiona o debate predominante na produção acadêmica da EF, de que o esporte de alto rendimento detinha maior incentivo e espaço no contexto do Governo Militar brasileiro. Claro que o dado evidenciado é um elemento isolado e demanda

uma pesquisa mais aprofundada, porém há de se considerar que visões rotinizadas precisam ser questionadas para que a produção científica avance, haja vista que o conhecimento científico é provisório e reflexivo.

Outro ponto discutido foi o Diagnóstico de Educação Física e Desportos (1971), observado tanto pela ótica cosmopolita quanto via reflexividade institucional. Logo, identificou-se que, no contexto da EF e do esporte, a elaboração do documento em questão significou a adoção de novas estratégias na formulação da política esportiva no país, e que apesar de estarmos no centro de um Governo Militar o questionamento acerca do papel estatal perante as políticas públicas estava em voga, atrelado ao desenvolvimento de estratégias de aprimoramento das ferramentas institucionais da gestão, debate este, que ocorria em diversos países. Nesse sentido, o uso do modelo da Abordagem Sistêmica sinaliza essa busca por alternativas no setor esportivo governamental.

Além disso, a discussão acerca do grau de urbanização e o seu reflexo nas práticas esportivas, também foi estabelecida no Diagnóstico, evidenciando que a EF e o esporte se desenvolveram no país, de certa forma, guiado pela evolução anárquica do espaço urbano, haja vista a ausência de parâmetros de uso, demonstrando o quanto o esporte é dinâmico e ambíguo.

Por outro lado, ao sinalizar o panorama do fenômeno no país, o documento em questão situou o esporte não formal e o escolar como elementos cruciais na expansão da prática esportiva. Além disso, há que se reconhecer que mesmo indicando que as alterações no trato político com o setor deveriam ser estabelecidas por causa do sedentarismo, os indivíduos não eram tratados passivamente. Pelo contrário, ficou evidenciado a emergência de novos estilos de vida ativos, o que evoca a premissa da destraditionalização e individualização no bojo das tomadas de decisão privada e institucional.

No que concerne às estruturas administrativas dos Estados brasileiros, o Diagnóstico apresenta a pluralidade de setores que se interligavam com o a EF e o esporte, destacando uma visão dinâmica e humanística que vinha sendo adotada em diversas partes do mundo no pós-1960. No entanto, talvez essa interdisciplinaridade tenha interferido na conceituação e no direcionamento das ações em cada setor, influenciando na conjunção da EF e do Esporte – o que gera conflitos até a atualidade.

No âmbito da estrutura administrativa federal, responsável pela EF e pelo esporte no período, foi possível identificar que houveram três alterações, duas delas em 1970 e uma em 1978. Em ambas o setor permaneceu sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, alcançando em 1978 o status de Secretaria. Tais modificações no aparato administrativo pode representar que a EF e o esporte estavam ganhando espaço no governo, reflexo das ações governamentais que estavam se espalhando pelo país durante aquele período, com destaque para o EPT.

Por ora, ao observar às mudanças no ordenamento legal, analisou-se a Lei nº 6.251/1975 que imputou novos delineamentos a organização esportiva no país. Além de evidenciar os objetivos que regeriam as ações estatais, o referido marco legal sinalizou a criação de um Sistema Nacional de Desporto considerando quatro perspectivas do esporte (comunitário, escolar, classista e militar), bem como definiu as corresponsabilidades entre os entes federados, descentralizando as ações e apresentando a parceria público-privada como caminho para ampliar e qualificar o setor.

Os objetivos abordados na Lei nº 6.251/1975 subsidiaram a elaboração da PND e do PNED. A PND aprofundou as corresponsabilidades entre os entes federados acerca dos recursos financeiros, aumentando as chances de realização do que havia sido disposto em Lei. E também demonstrou o choque entre o global *versus* local, o que indica além do cosmopolitismo a eminência da reflexividade institucional nas escolhas tomadas para estruturação das parcerias público-privadas. Com relação ao PNED identificou-se que ela, como um desdobramento da PND, especificou os caminhos que a política esportiva tinha que seguir para ser materializada. Salienta-se que os projetos e ações foram baseados nos dados do Diagnóstico, evidenciando as três áreas do esporte: Educação Física e desporto estudantil; desporto de massa; e desporto de alto nível.

Nesse sentido, percebe-se que o uso dos instrumentos de gestão estava em voga naquele período, incutindo alterações nas estratégias de organização da política esportiva. Além disso, observou-se que tais marcos legais modernizaram a área, porém também deixaram em evidência as ambiguidades e incertezas presentes no desenho conceitual e na estruturação do setor em questão.

Em termos gerais, todas essas alterações no trato com a política esportiva, desde a LEB ao PNEB promoveram uma introdução ao esporte não formal no país, delineando a estrutura governamental, bem como aderindo ao movimento de questionamento das bases esportivas que estavam em emergência no mundo e, de certa forma, preparando o campo político institucional para a implementação do EPT.

Ao analisar o EPT no Brasil, foi possível perceber que diversos campos influenciaram para seu desenvolvimento, de modo que o Movimento era aberto e estava em constante metamorfose se (re)adequando às práticas esportivas e de lazer que já eram atuantes na sociedade brasileira naquele período, característica impulsionada pela característica municipalista já presente no MOBREAL.

Ademais, os métodos utilizados para a estruturação do Programa, corresponsabilidades, descentralização e o uso de instrumentos de gestão de forma contínua, expressam uma contradição ao regime político militar que estava em vigência no país, o qual, apesar de se localizar num momento distensionista, possuía um discurso nacionalista e centralizador eminente.

Ao falsear a tese de alienação do esporte no Brasil, utilizou-se da perspectiva teórica da TMR e do viés empírico do EPT, elucidando os aspectos ambíguos e relacionais que compõem o campo esportivo. E apesar da literatura na área da EF – analisada no trabalho – relatarem que o EPT foi um vetor ideológico mantenedor da repressão em prol da classe dominante, a partir do que foi analisado percebeu-se que ele representou uma força propulsora da própria liberação do movimentar-se das características da primeira modernidade comprometida com o tecnicismo no ideário do corpo-máquina, passando a assumir um lugar de corpo ativo, plural e dinâmico, deixando em evidência a ambiguidade e as amplas possibilidades de tomada de decisão por parte dos indivíduos e grupos.

Nesta lógica, percebeu-se uma inter-relação entre a implementação do Programa no país com as decisões internacionais acerca do esporte não formal, com destaque para os documentos da União Europeia e da UNESCO que não só difundiram o ideário do EPT pelo globo como também propiciaram um novo caminho institucional para o setor ao possibilitarem reflexões sobre o papel do Estado perante o esporte. Além disso, por meio da inserção de

Lamartine Pereira da Costa no âmbito institucional esportivo em escala federal, atrelado à capilarização do fenômeno em diversos países que também estavam adotando a premissa comunitária em suas agendas governamentais, a implementação do EPT em solo nacional ganhou força.

Cosmopolitamente numa autoconfrontação do contexto global ao contexto local, o EPT brasileiro tomou forma ampliando as possibilidades de vivência do se-movimentar em municípios com realidades distintas. Logo, essa contribuição do EPT para ampliação de uma nova cultura de movimento em emergência no mundo, também sinaliza que a subpolítica se fez presente em sua estruturação social, científica e cultural. A partir do que foi analisado no Brasil – considerando que o esporte é um fenômeno que ocorre em diferentes contextos e incentivado por variados campos – a referida prática que, portanto, é difusa, foi moldando a estruturação do EPT reflexivamente.

Em termos gerais, esta subpolítica reflexiva demonstra que as ditas “amarras” que prendiam os indivíduos às forças institucionais foram diluídas perante as amplas possibilidades de escolha dos indivíduos, e pelas ações que já eram desenvolvidas em alguns municípios brasileiros antes do Programa ser iniciado. Salienta-se que acerca dos contornos dessa subpolítica esportiva, novos estudos precisam ser realizados almejando compreender de que forma ela ocorreu.

Ainda no que concerne à reflexividade institucional, verificou-se que ela permeou todo o processo introdutório do esporte não formal e de implementação do EPT, causando, na maioria das vezes, alterações no ordenamento legal e no aparato institucional. Todavia, como ora evidenciado, houve momentos em que as decisões não foram tomadas conforme o desenho cosmopolita e social indicava. Em todo caso, esta não modificação também presume reflexividade.

Além disso, a produção científica e os eventos voltados ao debate do EPT indicaram uma mudança de paradigma no contexto profissional e social, incidindo nos rumos não apenas do esporte não formal, mas também de outros contextos da EF e do esporte brasileiro, estendendo-se esse debate ao âmbito da profissionalização, da ampliação da formação inicial e continuada, etc.

Tendo em vista, portanto, as tensões e ambiguidades presentes no fenômeno investigado e no contexto cujo qual ele ocorreu, a hipótese de que o

EPT contou com influências reflexivas e cosmopolitas, isto é, com as dinâmicas institucionais que acomodam os indivíduos como protagonistas em suas escolhas por novos estilos de vida, foi confirmada.

Nesta perspectiva, ao considerar à inter-relação dialógica e reflexiva entre os países, no sentido, desta inferir, ou não, nas deliberações políticas locais, afirma-se que tal autoconfrontação mútua entre Estados-nação, estrutura e agente, autoconfrontou os cenários imprevisíveis da modernidade radicalizada, gerando efeitos colaterais universais, o que resultou na capilarização do EPT pelo globo.

Paralelamente, também constatou-se que a reflexividade produzida através da colisão entre estrutura e agente, que ocorre continuamente e se manifesta de forma ambígua, considera os indivíduos como ativos no contexto social, fato que infere no processo de tomada de decisão institucional. Salienta-se que por se tratar de uma pesquisa exploratória não houve intenção de esgotar o debate, afinal o fenômeno investigado é difuso e complexo.

Por fim, espera-se que o trabalho tenha contribuído no avanço científico da EF, no cerne das investigações acerca do EPT. Ao promover uma visão alternativa àquela rotinizada na área acredita-se que a cientificização reflexiva aqui empreendida venha subsidiar a realização de outros trabalhos que visem aprofundar o debate acerca das categorias utilizadas, ampliando a diagnose sobre o EPT no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **“Revolta Comunista de 1935”** (Verbetes). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. In: Posições II. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

AMATO, J. F. Kairós: o momento da partida na história de vida de mulheres olímpicas brasileiras. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2018.

ANDRÉ, M. H. O jogo no ambiente escolar. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2007.

ANGELO, L. F. Gestão de carreira esportiva: uma história a ser contada no futebol. **Tese (Doutorado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2014.

ARAÚJO, W. B. Educação Física Escolar no período da ditadura militar em Jundiaí/SP'. **Mestrado em Educação Física** Instituição de Ensino: Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. 2011.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 88-113, abr.-maio, 2006.02

BAPTISTA, G. G. A forma o de professores na escola de Educação Física e Desportos de 1979 a 1985: A educação do corpo e os territórios de diálogo. **Mestrado em Educação Física** Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CCS-UFRJ. 2015.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. **Modernização reflexiva** Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Unesp. 1997.

BECK, U. “Momento cosmopolita” da sociedade de risco. Tradução: Germana Barata e Rodrigo Cunha. **Com. Ciência** nº.104, Campinas, 2008.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34. 2ª ed. 2011.

BECK, U. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar. 1ª ed. 2018.

BERGSGARD, N. A.; NORBERG, J. Sport policy and politics – the Scandinavian way. **Sport in society**, 13 (4), 567–582, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRANDÃO, L. Esportes de ação: notas para um estudo acadêmico. **Revista Brasileira de Ciências do. Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 59-73, 2010

BRASIL. **Campanha Esporte para Todos**. Brasília, DF. 1977.

BRASIL. **Decreto no 66.118/70**. Brasília, DF. 1970.

BRASIL. **Lei n. 6.251/75**. Brasília, DF. 1975a.

BRASIL. **Retrato Brasil 1970-1990**. Brasília, 1985.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação Física e Desportos-PNED**. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF. 1976.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Física e Desportos**. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF. 1975b.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BUENO, L. Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. **Tese (Doutorado)** - FGV, Escola de Adm. de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

BURKE, P. **A Escrita a história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CANAN, F. Compreendendo o direito ao esporte no Brasil – constitucionalização, teleologia e dogmática. **Tese (Doutorado em Educação Física)** – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Maringá, 2018.

CARBINATTO, M. V. A atuação do docente de ginástica nos cursos de licenciatura em Educação Física. **Tese (Doutorado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2012.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 1.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CARVALHO, M. Governança do risco, participação e comunicação na perspectiva da “sociedade de risco global”. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas*. **V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais** (pp. 98-118). Braga: CECS. 2017.

CARVALHO, M. Risco, dispositivos de informação e a questão do governo em sua relação com a saúde nas sociedades contemporâneas. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n.2. 2007.

CASTELLANI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil**: A história que não se conta. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CASTIEL, L. D. **Vivendo entre as exposições e agravos**: a teoria da relatividade do risco. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.3 n.2, p.237-264, 1996.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Esporte Para Todos**: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984.

CHAVES, A. D.O clima motivacional nas práticas pedagógicas do esporte educacional. **Tese (Doutorado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2015.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, João Guilherme de Souza. Relação Marxismo e ciência: Luta de classes, superação da filosofia e emancipação humana. **Em Debat: Rev. Dig.** Florianópolis, n 3, p. 120-134, 2007.

CORREIA, R. N. P. Competências do professor de Educação Física: um estudo com professores da rede pública. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2008.

COSTA, L. P. **Diagnóstico de Educação Física e Desportos**. 1971.

COSTA, L. P.; ROCHA, R. L. A Avaliação Participativa no Esporte Não formal em Programa de Massa. **Artus: Revista de Educação Física e Desportos** - n.9 - 1981.

CRUZ, L. O. Eu faço por saúde": interconexões possíveis entre escolhas por atividades físicas e a história corporal de mulheres maduras. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2010.

DAS NEVES PEDRUZZI, A.; LOPES PODEWILS, T.; BRANDÃO SCHMIDT, E.; VIEIRA AMORIM, F. Apontamentos sobre a Epistemologia marxista: neutralidade, pluralismo e ortodoxia. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 10, 3 nov. 2014.

DOMINGUES, J. M.. Reflexividade, individualismo e modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais** - VOL. 17 No 49, 2002.

FARAH, M. F.S. Administração pública e políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, June 2011.

FEBBEL. **Federação Baiana de Baleado**. 2018. Disponível em: <http://www.campeonatobaianodebaleado.com.br/> . Acesso em: 10 de maio de 2019.

FERREIRA JÚNIOR, N. de S. A transição de carreira dos bicampeões mundiais de basquetebol: uma análise com base em narrativas biográficas. **Dissertação**

(Mestrado em Educação Física e Esporte), Universidade de São Paulo. 2014.

FERREIRA, L. da C. et al. Environmental issues, interdisciplinarity, social theory and intellectual production in Latin America. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.9, n.2, p.924, 2006.

FERREIRA, L. da C. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FERRETTI, M. A. de C. A formação da lutadora: Estudo sobre mulheres que praticam modalidades de luta. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2011.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Unesp. 2007.

FICO, C. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20. jan./abr. 2017.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. **Modernização reflexiva** Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Unesp. 1997.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp. 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2002.

GIDDENS, A. **Novas Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996b.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

GIDDENS, A. **O estado-nação e a violência**. São Paulo: Edusp. 2001.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp. 1996a.

GIGLIO, S. S.COI x FIFA: a história Política do futebol nos jogos olímpicos. **Tese (Doutorado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2002.

GODOY, L.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M.; STAREPRAVO, F. A. Contradicciones entre la agenda política brasileña y el sistema nacional de deporte y ocio. **Revista Universitaria de la Educación Física y el Deporte**, v. 8, n. 8, p. 59-67, 12 may 2016.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

GORENDER, J. Estudo introdutório à ideologia alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, FRIEDRICH. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. VII-XXXV.

GUARINON, P. C. Representações Sociais e o Currículo de Educação Física: com a palavra os alunos. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2016.

GUIVANT, J. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck**: entre o diagnóstico e a profecia. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.16, p.95-112, abr. 2001.

GUIVANT, J. Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**, Rio de Janeiro, n.46, 1998.

HARDMAN, K. Context for sport and physical education in Germany. **Sport and physical education in Germany** / Org(s) por: Roland Naul and Ken Hardman. International Society for Comparative Physical Education and Sport, 2002.

HEINEMANN, K. Sport and the welfare state in Europe This article is based on an intercultural comparative project on “Sport and Welfare Policies” including six European countries (Denmark, Germany, France, Great Britain, Italy and Spain), financed by the Club of Cologne (Heinemann, 1999). **European Journal of Sport Science**, 5:4, 2005.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos** - O breve século XX, 1914-1991. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.

IANNI, A. Sobre a aplicabilidade da teoria de Ulrich Beck à realidade brasileira: situação de saúde e ação política. In: **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 29, 2010, p. 471-490.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LERA-LÓPEZ, F.; LIZALDE-GIL, E. Spain. Org: K. Hallmann and K. Petry (eds.). In: **Comparative Sport Development: Systems, Participation and Public Policy, Sports Economics, Management and Policy** 8, © Springer Science+Business Media New York 2013.

LICO, F. de A. A. O boicote aos jogos olímpicos de Moscou - 1980: uma análise da reação do movimento olímpico brasileiro e internacional. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2007.

LLOPIS-GOIG ,R. Spain: Putting the Pieces of the Sport System in Place — The Role of the Sport Federations. Org: J. Scheerder et al. (eds.). In: **Sport Policy Systems and Sport Federations**. 2017.

LUGUETTI, C. N. Moving from what is to what might be: developing prototype pedagogical model of sport addressed to boys from socially vulnerable backgrounds in Brazil. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2014.

LUIS, O. do C.; COHN, A. Sociedade de risco e risco epidemiológico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.11, p.2339-2348, 2006.

MAKUCH, M. Y.; FILETTO, J. N. Procedimentos de fertilização *in vitro*: experiência de mulheres e homens. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 15, n. 4, p. 771-779, out./dez. 2010.

MALAGOLI, L. S. "Corpos em movimento: conceitos e perspectivas na virada do século XXI". **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2006.

MANCHADO GARABITO, R.; GÓMEZ, S. T.; GONZÁLEZ, M. L.; MACÍAS, L. M.; D'AGOSTINO, M.; CABO, J. V. Revisiones Sistemáticas Exploratorias. **Med. segur. trab.**, Madrid, v. 55, n. 216, p. 12-19, sept. 2009.

MANHÃES, E. D. **Política de esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A. 2002.

MARINHO, I. P. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Cia do Brasil. 1980.

MASCARENHAS, F. Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. 2005.

MATHIAS, S. K. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas, Papyrus, 1995.

MATSUDO, S.; MATSUDO, V.; ARAUJO, T.; ANDRADE, D.; OLIVEIRA, L.; SANTOS, M.; SILVA, L. Do diagnóstico à ação: a experiência do Programa Agita São Paulo na promoção do estilo de vida ativo. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Volume 13, Número 3, 2008.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZONI, T. **O esporte a serviço da pátria**. São Paulo: Olympicus.1941.

MELLO FILHO, Á. **O Desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira**. São Paulo: Malheiros Editores LTDA. 1995.

MELO, V. A. de; BITTENCOURT, M. O esporte na política colonial portuguesa: o Boletim Geral do Ultramar. **Revista Tempo**, vol. 17 n. 34, Jan. – Jun. 2013: 69-80.

MEZZADRI, F. M. A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. Campinas. **Tese (Doutorado em Educação Física)** – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MORTON, A.; STOCKTON, G. Methylphenidate abuse and psychiatric side effects. Primary Care Companion - **Journal Clinical Psychiatry**, Rockville, Physicians Postgraduate Press, 2 (5), 2000, pp.159-164.

MOTTA, R. P. S. **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto. 2016.

NAVARRO, R. T.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. The genesis of the sport for all campaign in Brazil as seen through the *Jornal dos Sports* in the 1970s. **Sport in Society**, 2020.

NETO, A. R. M. Alfredo Gomes de Faria Junior e a educação física brasileira nos anos 1960 a 1970: uma história que se conta. **Mestrado em Educação Física** Instituição de Ensino: Universidade Gama Filho, RIO DE JANEIRO. 2006.

NORBERG, J. R. A mutual dependency – the Nordic sport and the state. In: H. Meinander and J.A. Mangan, eds. **The Nordic world**. Sport in society. London: Frank Cass, 1998.

OLIVEIRA JUNIOR, J. L.; CORREIA, EMEF R.; SÃO MIGUEL-SP, D. R. E. **Ameba, Real, Chinesa, Baleado**: protagonizando jogos de queimada. 2011. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/jorge_01.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2019.

OLIVEIRA, M. T. de. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 04, p. 155-174, out/dez de 2012.

OLIVEIRA, S. R. de S. Estudo do comportamento das tendências competitivas de atletas federados ao Judô. **Tese (Doutorado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2006.

PAZIN, N. P. A. Do Esporte para Todos à constituição de uma pedagogia corporal no Brasil (1970-1985). **Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, abril de 2004.

PIRES, A. F.; BARBOSA-RINALDI, I. P.; SOUZA, J. O que tem sido ou não tem sido a formação profissional em Educação Física no Brasil? Reflexões e provocações a partir da teoria da modernização reflexiva. **Movimento**, v. 24, p. 1407-1420, 2018.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1974.

POPPER, K. R. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da UnB. 1980.

PORTAL AGITA. **Agita Mundo**. 2020. Disponível em: <http://portalagita.org.br/pt/agita-mundo/o-agita-mundo/quem-somos.html>. Acesso em: 23 de março de 2020.

PORTO, M. F. de S. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PRECIADO, B. **Texto Yonqui**: sexo, drogas e biopolítica. Madrid, Espasa-Calpe, 2008.

QUINTILIO, N.K. Aprendizagem significativa e o ensino de conceitos na educação física escolar: um estudo com jogos olímpicos. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2014.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

REI, B. D. Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física Escolar brasileira em revista (1976-1979). **Mestrado em Educação Física** Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REZENDE, F.C. **Por que falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

REZNIK, L. **Democracia e Segurança Nacional**: A Polícia Política no Pós-Guerra. FGV: Rio de Janeiro, 2004.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2018)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROCHA, D. F. Políticas públicas e organização esportiva: estudo comparado Brasil-Espanha. 2018. 188 f., il. **Dissertação (Mestrado em Educação Física)** —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ROSINA, D. Entre narrativas, fragmentos e estilhas: construções de atletas brasileiros sobre os jogos olímpicos do México de 1968. **Doutorado em Educação Física e Esporte** Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: EEFÉ-USP. 2018.

RUA, M. G.; ROMANI, R. **Para Aprender Políticas Públicas**: As abordagens das Políticas Públicas (vol. 5). Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas. 2013.

SABA, F. **Mexa-se**: atividade física, saúde e bem-estar. São Paulo: Takano, 2003.

SARMENTO, C. E. **A regra do jogo**: uma história institucional da CBF. FGV – CPDOC. 2006.

SKILLE, E. Å. Sport for all in Scandinavia: sport policy and participation in Norway, Sweden and Denmark. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 3:3, 2011.

SODRÉ, M. L. Cultura organizacional e Valores Olímpicos: estudos de caso de uma ONG. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2017.

SOLAR CUBILLAS, L. V. El —deporte para todosll, cuestión de Estado. El deporte para todos en Europa y en España (I) 1/2. **Revista Española de Educación Física Y Deportes**, Madrid, n. 209, año LXVII, 2º trimestre, 2015. p. 65-91.

SOTERO, M. A. Questões de gênero e desconstrução de estereótipos: um plano lúdico para ensino da dança na educação física escolar. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2010.

SOUZA, J. Da força do argumento ou do argumento de força? Notas para repensar a produção teórico-crítica em Educação Física no Brasil. **Revista da ALESDE**, v. 9, p. 108-127, 2018a.

SOUZA, J. A Educação Física Reflexiva como paradigma articulador do se-movimentar. **Revista da ALESDE**, v. 9, p. 393-294, 2018b.

SOUZA, J. Digressões acerca da ciência aplicada do movimento humano (ou sobre como podem prosperar revoluções simbólicas na área de Educação Física?). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 27, p. 43-63, 2019a.

SOUZA, J. Educação Física Reflexiva - problemas, hipóteses e programa de pesquisa. **Movimento**, v. 25, p. 1-15, 2019b.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Revista Movimento**, Porto Alegre, p. 233-251, ago. 2011.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JR., W. (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 2016.

TAFISA, TRIM AND FITNESS INTERNACIONAL SPORT FOR ALL ASSOCIATION. **TAFISA 1991-2011: 20 Years For An Active World**, 2011. Disponível em: <http://www.tafisa.org/sites/default/files/pdf/TAFISA%2020%20Years%20Brochure.pdf> . Acesso em: 19/05/2018.

TANI, G. **Cinesiologia, EF e Esporte**: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. *Motus Corporis*. V.3, n. 2, p. 9-49, 1996.

TANI, G. **Leituras em Educação Física**: retratos de uma jornada. São Paulo: Phorte, 2011.

TEIXEIRA, S. O Esporte Para Todos: “popularização” do lazer e da recreação. Recorde: **Revista de História do Esporte**. 2009

TEIXEIRA, S. Programas esportivos no estado militar: ações do esporte para todos para a educação popular (1973-1990). **Tese (Doutorado em Ciências Humanas)** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

TRALCI FILHO, M. A. Artes marciais chinesas: histórias de vida de mestres brasileiros e as tensões entre a tradição e o modelo esportivo. **Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)**, Universidade de São Paulo. 2014.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil**, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: IBRASA, 1996.

TUBINO, M. J. G. Sports For All Movement: from opposing high level performance sports to promoting current health. **FIEP Bulletin**, Vol. 73 Nº 3 – 2003.

VALENTE, E. F. Esporte Para Todos: a desescolarização da Educação Física e do esporte e o universalismo olímpico. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas- SP, 1996.

VALENTE, E. F.; ALMEIDA FILHO, J. M. Lazer esportivo e Esporte para Todos. In: Lamartine Pereira Da Costa. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Shape, v. 1º, 2005.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas: UNICAMP - Faculdade de Educação Física. 2005.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Rev. bras. educ. fís. esporte** (Impr.) [online]. 2011, vol.25, n.2, pp.285-296. ISSN 1807-5509.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira 1964 – 1985**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VOSLKI, V.; SOUZA, J. A resignificação das práticas corporais na modernidade reflexiva - um olhar a partir das corridas de rua. **Revista da ALESDE**, v. 9, p. 269-283, 2018.

ZORBA, E. The perception of Sport For All in the world and in turkey. **The Online Journal of Recreation and Sport**, Volume 1, 2012.

